

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

A ENCRUZILHADA DO DESENVOLVIMENTO

DANIELLE COSTA REIS MIGUELETTO

Sob a orientação do Professor

Dr. JORGE OSVALDO ROMANO

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências, no
Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ

Agosto, 2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho àqueles que estão à frente do Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty, que diante de tantas adversidades, acreditam e realizam o seu poder de mudança.

AGRADECIMENTO

Devo a tantas pessoas que acompanharam essa pesquisa, a família, amigos, alunos, professores, mas agradeço especialmente a orientação e motivação brilhantes do Prof Jorge Romano. E também a todo o CPDA, foi um privilégio conhecer as idéias e as pessoas dessa instituição.

A valorização da terra corresponde ao valor que se faz com ela.

Onde a terra passa a valer mais do que bananas, o desejável não é plantar bananas...
e sim instalar algo mais compatível com a valorização. Cidades, turismo, são mais
valiosos que bananas.

Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, 1972

O progresso... é coisa que a comunidade recebeu de bondade, pela estrada.

Mas essa bondade, prá muitos, foi um sacrifício,
porque nós... que vivia com liberdade
ficamos sem liberdade.

Antônio, caiçara da Trindade, 1978

Na cidade é tudo muito bonito, muito granfino,
mas passa falta.

Dona Dica, caiçara da Praia Grande da Cajaíba, 2006

Os pobres não são aqueles que ficaram para trás por serem incapazes de jogar as regras
do capitalismo, mas aqueles que foram excluídos do jogo e roubados do acesso aos
próprios recursos.

Vandana Shiva, 2009

RESUMO

O tipo de desenvolvimento que se expandiu aos povos do mundo com a colonização, e depois com a globalização, colide hoje com os próprios limites da Terra, sinalizando uma crise estrutural, um colapso da civilização urbana e industrial, da sua fé na dominação da natureza e na salvação pela tecnologia.

Nas áreas do terceiro mundo, onde ainda existe uma natureza preservada, vivem culturas não capitalistas, que se formaram à margem do desenvolvimento e cada vez mais sofrem uma intensa disputa pelos seus territórios. Esta pesquisa analisa as pressões que as comunidades tradicionais de Paraty enfrentam com o movimento de proteção ambiental e a valorização comercial do seu território, que de um lado forçam a sua expulsão mas de outro provocam resistências e reações estratégicas que fortalecem a sua permanência e o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento; áreas protegidas; movimentos sociais, turismo

ABSTRACT

The type of development that has spread to peoples of the world through globalization is today colliding with the earth's own physical limits, and signals the beginning of a structural crisis: a collapse of urban industrial civilization and of its faith in man's control over nature and in salvation through technology.

In areas of the third world where nature has been preserved and is protected by environmental policies, there are non-capitalistic cultures that have stayed on the fringe of development and today suffer intense disputes over their land.

This research analyzes the pressures and reactions that traditional communities of Paraty (Rio de Janeiro state, Brazil) face due to environmental protection policies and the rising commercial value of their land, which on one hand can force them out but on the other inspire creative solutions that strengthen their position to stay and develop.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PNDSPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNT	Política Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particular de Proteção da Natureza
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UFRuralRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
WWF	World Wild Foundation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	----------

CAPÍTULO 1

Ensaio sobre o desenvolvimento

1.1 Desenvolvidos e subdesenvolvidos.....	16
1.2 Uma economia insustentável	20
1.3 A conservação conservadora	23
1.4 Reflexão sobre a sustentabilidade	25
1.5 O fim do desenvolvimento?	27

CAPÍTULO 2

O estudo de caso

2.1 Paraty, o cenário e o território.....	31
2.2 Duas histórias	35
2.3 O freio da conservação	38
2.4 Os novos protagonistas	40

CAPÍTULO 3

A questão ambiental

3.1 Breve histórico da proteção ambiental	52
3.2 A influência dos seringueiros	54
3.3 Terra indígena e terra quilombola	56
3.4 Sistema Nacional de Unidades de Conservação	57
3.5 O ICMBio em Paraty, preservar para desenvolver	65
3.6 O Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro	70
3.7 O INEA em Paraty, continuidades e inovações	74

CAPÍTULO 4

Os povos tradicionais

4.1 Uma identidade em construção.....	79
4.2 A política nacional para os povos tradicionais	81

4.3 Com a palavra, uma representante caiçara	84
4.4 O Fórum de Comunidades Tradicionais	87
4.5 Os líderes do Fórum	98
4.6 As ONGs	103
4.7 O governo local	109

CAPÍTULO 5

O mercado de turismo

5.1 O potencial sustentável do setor	114
5.2 Cenário de crescimento do mercado	115
5.3 A política nacional e reflexos locais	117
5.4 Outras experiências na América Latina	125
5.5 O movimento do Aventureiro	129
5.6 As possibilidades do turismo em Paraty	131

CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
-----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	144
---------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Repensar o desenvolvimento no mundo de hoje é uma tarefa tão urgente quanto complexa, e vai exigir dos interessados no assunto um trabalho na revisão das suas premissas teóricas, das políticas públicas que o organizam e dos movimentos sociais que o reinventam. No campo científico, o desenvolvimento é um conceito social típico, como diz Pedro Demo (1985:33), “quando temos razoável certeza de seu miolo, mas não sabemos bem onde começa e nem onde acaba”. O desenvolvimento ora parece uma questão sepultada com a ideologia do progresso, ora uma idéia banalizada na sua expressão sustentável e apesar dessa relativa imprecisão, o desenvolvimento é uma idéia-força que ainda organiza e mobiliza as sociedades contemporâneas, a um destino duvidoso.

O meu interesse no tema do desenvolvimento se refere essencialmente a sua crise e às outras possibilidades que podem surgir a partir dela, com o colapso da civilização moderna, como revela o Mito do Desenvolvimento Econômico (Furtado, 1996).

O mito está na idéia de que o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado... Esta idéia constitui uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia burguesa dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.

(...) o que acontecerá se o desenvolvimento econômico para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar a se concretizar? A resposta é sem ambigüidades: se tal acontecesse a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem que o sistema econômico mundial entraria em colapso.

(...) a atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados pela tecnologia, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los.

Furtado, 1996:8-11

No sistema econômico capitalista, o progresso das sociedades acontece através da industrialização, sob o motor das inovações tecnológicas, que levariam ao crescimento infinito da riqueza. O desenvolvimento seria uma consequência deste processo, com investimentos na educação, saúde e lazer para a sociedade.

Além de ignorar as bases finitas da Terra, este modelo de economia concentrou os benefícios do progresso em poucas mãos. Furtado (1996) e outros economistas da América Latina demonstraram que o subdesenvolvimento da periferia capitalista era o outro lado do hiperdesenvolvimento dos países centrais, devido a uma renovação da dominação colonial, de uma divisão do trabalho e dos benefícios cada vez mais injusta.

A crise ambiental e social que enfrentamos hoje em nível mundial impõe repensar o modelo dominante de desenvolvimento, em busca de caminhos alternativos ao pensamento único de crescimento econômico a qualquer custo e às relações desiguais entre os povos do Norte e do Sul.

O primeiro desafio no estudo do desenvolvimento exige uma reflexão sobre as origens do conceito, que vem de uma ideologia burguesa e ocidental, com a promessa de modernização. É uma idéia-força, no sentido em que fala Bourdieu (2000) e que hoje mobiliza todos os governos e sociedades.

Um dos desafios no estudo do conceito do desenvolvimento se deve ao conhecimento fragmentado nas ciências sociais, e o seu monopólio pela economia. Como diz Morin (1999), um dos grandes problemas da ciência são as especializações, no campo econômico, político, antropológico, psicológico, que estudam faces do mesmo fenômeno, isoladamente. “O edifício do saber contemporâneo ergue-se como uma Torre de Babel, que nos domina mais do que a dominamos” (Morin, 1999:23). Na abordagem do pensamento complexo, proposto por Morin, o conhecimento é construído como uma espiral, um movimento que tangencia as diversas faces do problema e retorna às questões iniciais com o saber ampliado. Também Bourdieu (1999) argumenta que a teoria e a experiência interagem de forma não linear. Sem conhecer a teoria não enxergamos o problema e, por outro lado, só buscamos a teoria a partir da experiência vivida. Neste movimento circular do teórico ao empírico é que se constrói o objeto científico.

Ao contrário do pensamento complexo, o pensamento cartesiano se baseia na separação dos campos científicos, na relação linear dos fenômenos e no universalismo das idéias. Fundada neste paradigma científico se encontra a teoria dominante do desenvolvimento.

Diante da insustentabilidade do modo de vida das sociedades desenvolvidas, nas últimas décadas, o debate sobre o desenvolvimento tem ampliado seus horizontes, envolvendo também questões ambientais, culturais e políticas, que revelam os conflitos ignorados pela visão economicista. Para Morin (1999b), além da necessidade de atravessar as fronteiras entre as disciplinas, é necessário incorporar, à construção do objeto, as contradições da dinâmica social.

O olhar da minha pesquisa é para um território que se transformou em área protegida do desenvolvimento urbano e industrial, é habitada por comunidades tradicionais, em uma economia baseada nas atividades de agricultura, do extrativismo, a pesca e cada vez mais no turismo. Uma minoria que luta pela terra em que vive e que vem ampliando a sua visibilidade e influência nas políticas públicas, com o discurso da sustentabilidade apoiado na sua tradição.

O desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas é o que defendem os órgãos ambientais, as comunidades tradicionais e os empresários do turismo em Paraty que, apesar de distintas perspectivas, reconhecem a importância da natureza preservada. É a encruzilhada do desenvolvimento nestas áreas que me interessa compreender, o que passa pela proteção da natureza e a sua privatização, os conflitos culturais e os de classe, o mercado de turismo e a especulação imobiliária. A contribuição das ciências sociais na análise do desenvolvimento em áreas protegidas não será conceber um modo de vida sustentável aos seus moradores, mas compreender a resistência e a reinvenção das suas estratégias frente à expansão capitalista sobre os seus territórios.

O movimento social das comunidades tradicionais não é recente e traz os conflitos históricos da formação da sociedade brasileira, especialmente os conflitos pela terra e a exclusão dos nativos, negros e mestiços dos espaços políticos, questões que marcaram o tipo de desenvolvimento brasileiro. Desde o ciclo do ouro, da cana e do café no período colonial, depois os projetos desenvolvimentistas levados pela BR-101, ao recente mercado do turismo, Paraty é síntese do desenvolvimento desigual que marca a nossa história.

Nos últimos vinte anos, o desenvolvimento da região obedeceu à política neoliberal, favorecendo os investimentos estrangeiros, a apropriação privada da natureza e a exclusão dos seus moradores. O tipo de desenvolvimento que se expandiu com a globalização ampliou o acesso das pessoas a alguns bens de consumo, mas longe dos direitos de cidadania, produziu uma profunda fragmentação social e degradação ambiental, com crescente perda na segurança e na qualidade de vida. Apesar do cenário

sombrio, neste contexto de promessas não cumpridas, os povos excluídos reagem e novos movimentos sociais se articulam frente à necessária busca por alternativas.

A minha tese é que diante da crise ambiental da civilização urbana e industrial, estão sendo gestadas alternativas ao projeto dominante do desenvolvimento, por meio das políticas públicas e do protagonismo das comunidades tradicionais. O objetivo da pesquisa é compreender a encruzilhada gerada por distintos projetos de desenvolvimento que estão em disputa nos territórios protegidos, em nome da sustentabilidade.

Este cenário produz tensões sociais entre diferentes grupos de interesse, apoiados por distintos grupos dentro do Estado. Sob a política dominante de aceleração do crescimento, as comunidades enfrentam uma desigual disputa pelo seu território, devido à expansão do livre mercado de turismo nas áreas naturais, com grandes grupos empresariais e imobiliárias que atuam com a estratégia de privatização da natureza. Por outro lado, políticas públicas, especialmente da área ambiental, cultural e de turismo estão destinando linhas de financiamento para as comunidades tradicionais, o que favorece a sua permanência e a melhoria nas condições de vida. Estas por sua vez estão ampliando a sua visibilidade, influenciando na formulação de políticas e acessando recursos governamentais com projetos pautados na proteção da natureza, na diversidade cultural e na geração de renda.

Os atores que compõem a minha pesquisa em Paraty são os executores da política ambiental, líderes dos povos tradicionais, políticos locais, ONGs, pequenos e grandes empresários. Com maior interesse em escutar o que pensam as pessoas que vivem nas áreas protegidas, privilegiei o seu ponto de vista. Quais são as ameaças e as oportunidades criadas pela política ambiental? Como se organizam e o que reivindicam? E como reagem à expansão do turismo no seu território?

Para me aproximar dessas respostas, na pesquisa de campo realizei entrevistas com os representantes das seguintes instituições e comunidades:

- ICMBio (Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade)
- INEA (Instituto Estadual do Ambiente)
- Liderança caiçara
- Lideranças quilombolas
- Associação Nhandeva
- Secretário Municipal de Turismo de Paraty
- Funcionário da Secretaria Municipal de Saúde

- Ong Casa Azul
- Ong Verde Cidadania
- Silo Cultural José Kleber
- Estalagem Colonial
- Agência de turismo Paraty Tours
- Agência de turismo Paraty Adventure

Os principais documentos analisados foram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; a Política Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro; a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; o relatório da Organização Mundial do Turismo e a Política Nacional de Turismo, com seus respectivos planos de 2003-2007 e 2007-2010.

Por que Paraty? Nos últimos dez anos acompanhei os conflitos de terra na região, a impotência dos órgãos ambientais, a migração forçada dos moradores e o subemprego nos serviços do turismo, ocultos pelo cenário da Costa Verde. Com a valorização da natureza para o lazer urbano, o litoral que liga São Paulo ao Rio de Janeiro se tornou um produto turístico que atraiu investimentos e fez crescer o mercado, ao lado de um verdadeiro *apartheid* social, entre os condomínios de luxo, o entorno favelizado e os territórios protegidos, onde vivem as comunidades tradicionais, cada vez mais ameaçadas.

A minha aproximação aos problemas locais se deu através da ONG Verde Cidadania, formada por jovens estudantes do Rio de Janeiro, que freqüentavam as praias da Reserva Ecológica da Juatinga, em Paraty. Dentre os membros da ONG, quatro advogados assumiram a representação jurídica de famílias caiçaras ameaçadas de remoção, na Praia Martim de Sá e Praia Grande da Cajuíba, devido a um processo de reintegração de posse, movido por conhecidos grileiros da região. Ambos os processos se estendem na Justiça há 10 anos. Além da atuação na defesa dos direitos, a Verde Cidadania ampliou sua ação em projetos de educação, assessoria jurídica e apoio à articulação das comunidades caiçara, quilombola e guarani.

Em 2007, essas três culturas começaram a se organizar em um movimento social e criaram o Fórum de Comunidades Tradicionais, com a liderança do Quilombo do Campinho da Independência e importante apoio do Ministério do Meio Ambiente. Iniciaram um diálogo sobre seus problemas comuns e possíveis ações coletivas, desde a representação nos Conselhos à elaboração de projetos sociais. Lutam pela garantia da terra e a geração de renda a partir do seu território, por direitos de cidadania e por

direitos diferenciados. Aliando o discurso da sustentabilidade a sua tradição, estão construindo uma estratégia política, que amplia o seu poder e ao mesmo tempo provoca pensar um outro caminho para o seu desenvolvimento.

Acompanhei as reuniões do Fórum desde o início, em 2007, como ouvinte, relatora de atas, ou qualquer outra função de apoio. Como as poucas pessoas “de fora” que participavam dos encontros, compreendi que naquele espaço a voz é deles. O tempo, a pauta e a ordem eram definidos pelos líderes daquelas três culturas. O Fórum está articulado a uma importante rede de parceiros, estudantes e professores universitários, ambientalistas, técnicos, artistas e líderes comunitários de outras regiões do Brasil, mas é um espaço que os une pela identidade e problemas cotidianos, demarcando fronteiras entre os tradicionais e os outros.

O Fórum se organizou em um cenário de grandes contradições na política do governo Lula, entre os projetos desenvolvimentistas do PAC e os projetos de apoio aos movimentos de base, como o dos povos tradicionais, que foram priorizados na gestão da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. As oportunidades criadas com este apoio deram um impulso inegável ao empoderamento de novos movimentos sociais, no entanto, o mesmo governo, com sua política neoliberal, acabou por beneficiar ainda mais a onipotência dos grandes negócios.

A narrativa do trabalho é expressão e síntese do meu pensamento nos últimos quatro anos, tem a forma de um vai-e-vem entre a reflexão teórica e o objeto empírico. Cada capítulo traz questões conceituais, análise de políticas e a realidade local de Paraty, em uma linguagem que mais flui de um pensamento em construção do que obedece a uma ordem didática. A forma da narrativa também teve o objetivo de facilitar o acesso à leitura àqueles que não são do meio acadêmico e que mais podem se beneficiar das análises da tese. Indicações ao referencial teórico foram mencionadas em notas de rodapé, orientando o leitor a aprofundar o assunto na bibliografia existente sobre cada tema.

O texto está dividido em cinco capítulos. No primeiro, apresento as premissas da teoria do desenvolvimento dominante e suas inconsistências, tratando em seguida das abordagens críticas, que problematizam as sociedades insustentáveis e levantam alguns parâmetros de sustentabilidade.

No segundo capítulo apresento Paraty em perspectiva histórica, a herança colonial, a ocupação da terra pelos posseiros, a chegada da estrada, a demarcação de áreas protegidas, a grilagem e a especulação imobiliária, a formação de uma cultura

local artística e participativa da vida política, e o recente movimento social dos povos quilombola, guarani e caiçara.

No terceiro capítulo, apresento uma breve história do movimento de proteção da natureza, seguida da análise da política ambiental brasileira para as unidades de conservação e como estão sendo administradas pelos órgãos ambientais federal e estadual em Paraty, assim como o funcionamento dos seus Conselhos.

No quarto capítulo analiso a construção do conceito de comunidade tradicional, o seu uso como estratégia política e afirmação cultural, e as conquistas com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais. Em Paraty, analiso a organização do Fórum de Comunidades Tradicionais, a visão dos líderes e dos participantes, a rede de relações de parceria e as tensões com a política local.

No quinto capítulo analiso o mercado de turismo, seu potencial para uma abordagem socioambiental do desenvolvimento e a recente expansão via globalização. Apresento uma análise crítica da Política Nacional de Turismo, seus reflexos em Paraty, em seguida as experiências alternativas de turismo de base comunitária, que estão se multiplicando na América Latina. Por fim, analiso o projeto de turismo proposto pelo Fórum de Comunidades Tradicionais, que abrange os povos quilombolas, guaranis e caiçaras de Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis.

No último capítulo apresento as considerações finais da pesquisa, comentando o processo de construção de alternativas ao projeto dominante do desenvolvimento, favorecidas com as inovações na política ambiental brasileira, com a organização e articulação dos povos tradicionais e com o suporte das políticas de turismo no fomento aos projetos de base comunitária. Tais iniciativas entram em conflito com os projetos desenvolvimentistas do governo federal, com o conservadorismo dos órgãos ambientais e com o turismo excludente do livre mercado. Trata-se de uma disputa desigual, no financiamento, no poder de influência e na velocidade das transformações. Com esperança nas incertezas do futuro, esta tese não tem a pretensão de chegar a uma conclusão, mas apenas deixar mais visível a encruzilhada do desenvolvimento que se deparam hoje as comunidades tradicionais e todos nós.

CAPÍTULO 1

ENSAIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO

1.1 Desenvolvidos e subdesenvolvidos

A doutrina econômica que se impôs como universal com a globalização defende a idéia de que o desenvolvimento é uma consequência natural do crescimento econômico, o único caminho para livrar as sociedades da pobreza e as conduzir à modernidade. Nessa perspectiva, o crescimento econômico depende das contínuas inovações tecnológicas e da liberdade das empresas, leva ao aumento dos empregos e dos salários, e financia o desenvolvimento da sociedade, através dos investimentos na saúde, educação e lazer. Basicamente, é nesta idéia que se apóia a política de crescimento primeiro e desenvolvimento depois.

Escobar (1995) define o desenvolvimento, tal como se disseminou após a segunda guerra mundial, como o processo direcionado a preparar o terreno para reproduzir na maior parte da Ásia, África e América Latina as condições que caracterizaram as nações mais avançadas do mundo – industrialização, alta taxa de urbanização e de educação, tecnificação da agricultura e adoção generalizada dos valores da modernidade. Para o autor, o desenvolvimento traz ao mesmo tempo o reconhecimento e a negação da diferença, sendo os habitantes do terceiro mundo considerados os diferentes, o desenvolvimento será o mecanismo através do qual esta diferença deve ser eliminada.

Zaoual (2003) elabora uma crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista imposto aos países do Sul, cujos resultados tem sido desastrosos em toda parte. O autor mostra que se trata de uma ocidentalização do mundo, determinada pelos países do Norte aos países do Sul, com desrespeito à diversidade de civilizações, culturas ou religiões. De fato, as tensões desencadeadas com a globalização vão revelar cada vez mais a ilusão do desenvolvimento e as contradições de uma crescente uniformização cultural ao lado de uma crescente segregação econômica.

Segundo Maluf (2000:75), “o desenvolvimento desigual expressa, a rigor, uma característica intrínseca ao desenvolvimento capitalista, que gera os processos de diferenciação entre os agentes econômicos (concentração de capital) e mesmo entre

regiões (concentração espacial)”. O crescimento econômico, na sociedade capitalista, dividida em classes e com uma profunda diferença de poder entre elas, tende à concentração da renda e à desigualdade social¹. Mesmo o modelo de desenvolvimento europeu, fundado no *welfare state*, se sustentou na exploração do terceiro mundo e só alcançou uma relativa igualdade interna enquanto esteve sob a ameaça socialista.

No caso dos países da América Latina, marcados pela herança das sociedades coloniais, se reforçou ainda mais o elemento concentrador e o abismo entre as classes. Os processos de crescimento econômico via industrialização atropelaram a diversidade cultural dentro de cada país e seguiram dependente da demanda externa, produzindo o subdesenvolvimento².

As economias periféricas, enquanto exportadoras de produtos primários, não dispõem de comando sobre seu próprio crescimento, que depende, em última instância, do vigor da demanda no centro.

Mello, 1982:25

O projeto desenvolvimentista iniciado por governos da América Latina na década de 60 foi uma tentativa de romper com a dependência do mercado externo, realizando a transição de uma economia agroexportadora para uma economia urbana e industrial. Esta modernização se deu através de uma industrialização planejada pelo Estado, em aliança com o empresariado nacional e com os bancos estrangeiros (Bielschowsky, 2000).

Os objetivos não foram alcançados. A necessidade de recorrer ao financiamento externo renovou os laços de dependência com os países desenvolvidos, por meio da dívida externa. As elites locais, ao imitar o estilo de vida europeu, usaram o excedente econômico para o consumo de importados ao invés de investimentos no setor produtivo (Furtado, 1992), e ainda os baixos salários dos trabalhadores resultaram em uma demanda interna frágil, o que levou a indústria nacional a se voltar para a exportação (Mello, 1982).

¹ Para compreender a importância do Estado na mediação dos efeitos perversos do desenvolvimento dos mercados, ver Polanyi, A Grande Transformação (Rio de Janeiro: Campus, 1980).

² Para Furtado (1992), o subdesenvolvimento se refere ao caso especial de processos sociais em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduziram ao desenvolvimento da sociedade, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população”. Para aprofundar a análise do conceito, ver “O Subdesenvolvimento Revisitado” in *Economia e Sociedade* (Campinas: UNICAMP, no. 1 agosto, 1992).

No campo político, o desenvolvimentismo esteve associado à ascensão de regimes autoritários. A mão forte do Estado foi a outra face da concentração da riqueza, produzindo, como resultado, uma *modernização conservadora*, com relativo avanço no campo tecnológico e um atraso no campo da cidadania³. De forma geral, nos países do Sul, a modernização se concentrou em ilhas de prosperidade rodeadas de pobreza.

Enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao próprio dinamismo do sistema.

Tavares, 2001:132

O fracasso dos projetos desenvolvimentistas na América Latina pode ser atribuído à opção das elites pela conservação de seus privilégios⁴, às custas de uma nação subdesenvolvida, mas também deve ser entendido na dinâmica do capitalismo mundial, que necessita dessas elites para manter as relações desiguais de comércio entre Norte e Sul (Caio Prado, 1999). Nesta perspectiva, o subdesenvolvimento da periferia está vinculado ao hiperdesenvolvimento das nações centrais⁵, revelando a face socialmente insustentável da expansão capitalista.

Como argumenta Zaoal (2003) é a universalidade da crise do desenvolvimento que fundamenta a hipótese de um lento declínio da ocidentalização entendida como modelo único para todos povos. A expansão da ideologia do desenvolvimento não é apenas fruto da visão eurocêntrica do mundo senão de sua própria dinâmica de sobrevivência, dependente dos recursos naturais de outras terras, cuja usurpação não poderia ocorrer sem corrupção e violência⁶.

A relação quase sinônima entre crescimento e desenvolvimento, imposta hoje pelo

³ Para uma análise detalhada deste processo, ver Ricardo Bielschowsky, *Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL* (Rio de Janeiro e São Paulo: Ed Record, 2000).

⁴ Para aprofundar neste tema, ver Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 1976), em que o autor explica uma dupla articulação entre a dominação imperialista externa e o desenvolvimento desigual interno.

⁵ Caio Prado (1999) contesta ao mito das etapas do desenvolvimento, no qual a condição subdesenvolvida seria o primeiro passo do caminho, a ser superado com os investimentos necessários na industrialização.

⁶ Como diz Serge Latouche, na *Ocidentalização do Mundo* (Petrópolis: Vozes, 1994) “a burguesia, que fundou o seu poder graças ao mito da erradicação da morte em suas três formas (violenta, miserável e natural), só garante a paz interna à custa de gigantescas carnificinas”. E diante das constantes guerras ao longo da modernização planetária que “o Ocidente perdeu o seu álbi civilizador” (Latouche, 1996: 25).

capitalismo global, produz uma crescente contradição entre o crescimento do PIB e a perda da qualidade de vida da maioria da humanidade, o que deixa cada vez mais evidente a inconsistência da doutrina neoliberal e nos exige repensar o projeto de desenvolvimento⁷.

Para Sachs (1986), o que aconteceu na América Latina foi um desenvolvimento maligno que precisa ser revisto a fim de aliar o crescimento econômico à justiça distributiva, o que passa pelo aprofundamento da democracia. Também buscando superar o economicismo da visão dominante, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo economista Amartya Sen, que incorpora à variável da renda, o nível de alfabetização e longevidade, em cada país. Além de ampliar o alcance do conceito, o IDH mostrou que o crescimento econômico medido pelo PIB não produz necessariamente o desenvolvimento da sociedade⁸, como revelam os casos do Brasil, Índia e África do Sul.

No atual momento de crise do capitalismo crescem movimentos anti-globalização, se retoma a necessidade de regulação dos mercados pelo Estado e são inventados modelos alternativos de sociedade e economia. Hirschman (1996) compreende o desenvolvimento como um movimento histórico, que nos períodos de crise faz surgir outras possibilidades⁹.

A defender uma revisão no desenvolvimento, Latouche (1994) critica as suas relações de injustiça e busca recuperar a sua promessa humanista.

Se o Ocidente surgiu diante de nós como essa máquina infernal que esmaga os homens e as culturas para fins insensatos que ninguém conhece e cujo desfecho parece ser a morte, ele não se resume nisso. Existe neste projeto a aspiração a uma humanidade fraterna. Paralelamente ao imperialismo, em todas as suas formas, o Ocidente

⁷ Argumento defendido até mesmo pelo ex-economista chefe do Banco Mundial, Joseph Stiglitz. Ver *Em busca de um Novo Paradigma para o Desenvolvimento: Estratégias, Políticas e Processos*, palestra proferida na UNCTAD, Genebra, 1998.

⁸ Sobre as mudanças no conceito de desenvolvimento, em uma perspectiva histórica, ver Barbara Ingham, em "The Meaning of Development: interactions Between "New" and "Old" Ideas, in *World Development* (Great Britain, vol 21, n 11, 1993).

⁹ Hirschman (1996) sustenta este argumento na idéia de que não há nada de determinado no desenvolvimento, não há uma relação linear entre os fenômenos sociais e eles acontecem mais por uma conjunção de fatores do que por um projeto pré-determinado.

elaborou o sonho de uma comunidade emancipada, onde todos os homens teriam seu lugar e onde cada um seria um cidadão livre.

Latouche, 1994:8

Isso nos leva ao desafio de conciliar os direitos humanos, conquistados com a modernidade, à diversidade cultural dos povos, o que vai produzir diferentes formas de desenvolvimento¹⁰, de acordo com cada local, e neste sentido, além dos critérios de justiça social, o desenvolvimento deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade.

1.2 Uma economia insustentável

Com a globalização, a expansão capitalista chegou ao ápice e colidiu com os próprios limites da Terra¹¹. Os problemas produzidos pelo processo industrial levou à escassez ou à degradação ambiental em todos os ecossistemas do planeta e continua a acelerar¹². O debate internacional sobre a degradação do meio ambiente se iniciou na década de 70 e hoje tem espaço constante na mídia. Uma das expressões mais pronunciadas e ao mesmo tempo indefinidas do nosso tempo é o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável consagrado pela ONU no relatório Nosso Futuro Comum, de 1987, se refere àquele “que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. É uma idéia que oculta, de início, o fato de que a maioria da geração presente já não tem suas necessidades atendidas, e deixa no vazio qualquer idéia do que sejam essas necessidades e como podem ser atendidas. Mais significativa é a legitimação do pensamento único, quando o relatório conclui que “precisamos de uma nova era de crescimento econômico, um crescimento vigoroso e, ao mesmo tempo,

¹⁰ Para encontrar exemplos práticos deste processo ver Peter Evans, em “Development Strategies across the Public-Private Divide” in *World Development* (v 24, n 6, Great Britain, 1996), onde analisa as relações Estado e Sociedade, que produzem uma multiplicidade de políticas baseadas em critérios mais democráticos e ao mesmo tempo diferenciados, a partir da sinergia entre burocracias estruturadas e comunidades auto-organizadas.

¹¹ Para Weber, desde 1904, “o debate internacional sobre as restrições ambientais será vinculado, cedo ou tarde, a uma discussão sobre os limites da cultura de domínio e da acumulação do capitalismo”. Ver *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (São Paulo: Martin Claret, 2001).

¹² A degradação acelerada dos biomas brasileiros pode ser estudada no relatório *The State of the Brazilian Environment 1992-2002* (São Paulo: Ed Estação Liberdade, 2002), elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio da Fundação Ford.

social e ambientalmente sustentável”.

Já a Carta da Terra, documento produzido no ECO Rio-1992, onde o encontro das Nações Unidas dividiu o espaço com centenas de movimentos e organizações sociais, ampliou significativamente as dimensões do desenvolvimento sustentável, que passa por uma outra visão de mundo, sociedade e economia, como revela seus quatro princípios: respeitar e cuidar da comunidade de vida; integridade ecológica; justiça social e econômica; democracia, não-violência e paz.

No campo das ciências sociais e naturais, também desde a década de 70 foram conduzidas pesquisas internacionais para se estudar a dimensão e as causas dos problemas ambientais, entre elas, o Relatório Limites do Crescimento, do Clube de Roma, do qual participou o cientista Nicholas Georgescu-Roegen (1971), cuja obra *The Entropy Law and Economic Process*, se tornou uma das principais referências¹³.

A partir de uma análise físico-química do processo industrial, Roegen demonstrou os impactos ambientais que são causados com a industrialização e que são ignorados nos modelos matemáticos da economia. O autor vai analisar o fluxo de energia no processo industrial e o tipo de transformação que acontece na matéria. Com base na Lei da Entropia da físico-química, demonstra que a transformação industrial não gera apenas uma mudança física mas também química, na qualidade na matéria. Por exemplo, a queima do carvão, que gera energia para o deslocamento físico, produz também um processo químico que é a transformação do carvão em cinzas, mais empobrecida do ponto de vista ambiental, uma vez que é irreversível ao estado do carvão. Basicamente, todos os bens de consumo passam por este processo e correspondem à criação de valor econômico na nossa sociedade.

O estudo de Roegen não trata apenas de analogias emprestadas da termodinâmica, mas da reconexão do processo econômico com o mundo biofísico. A geração de entropia pelo processo econômico implica que, mesmo em nível físico básico, há sempre algum tipo de mudança qualitativa, qual seja, a transformação de energia útil em energia inútil. Isso significa que a ocorrência de mudanças qualitativas na economia não

¹³ No período do pós-guerra, o debate refletia a polarização capitalismo *versus* socialismo e economia de mercado *versus* planificada. No entanto, liberalismo e socialismo eram duas faces ideológicas da mesma moeda, o crescimento via industrialização. Ver José Eli da Veiga, “a insustentável utopia do desenvolvimento, em Lena Lavinas (org.) *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil* (São Paulo: Hucitec, 1993).

pode ser considerada periférica¹⁴.

O desenvolvimento urbano e industrial que se expandiu a todos os territórios, além de transformar a natureza em matéria-prima para a indústria, vem provocando a extração dos recursos naturais em quantidade e velocidade cada vez maiores, ignorando a capacidade de reposição dos ecossistemas. Da mesma forma, se despeja os resíduos no ar, nas águas e nos lixões, em quantidade e velocidade maiores que a capacidade de decomposição da natureza.

Nas suas conclusões, Roegen revela um grande paradoxo da modernidade: para se alcançar os níveis de conforto da sociedade industrial estão se deteriorando os níveis essenciais da vida, como a boa qualidade do ar, da água e da terra. Argumenta que a economia vem desvirtuando o sentido mesmo da vida, impondo a tecnologia e a riqueza como valores universais, dissociados dos limites da natureza¹⁵.

O conforto e o luxo fabulosos, buscados pelas sociedades do presente, tem nos feito esquecer o fato mais elementar da economia, que de todas as necessidades para o bom desenvolvimento da vida, aquelas biológicas são absolutamente indispensáveis.

Georgescu-Roegen, 1971:94

Em continuidade ao pensamento de Roegen, Cechin (2010) levanta a discussão sobre os alcances da inovação tecnológica na solução dos problemas ambientais. Os crédulos da tecnologia defendem que ela obedece às demandas da sociedade e vai criar soluções para evitar a escassez, capturar a poluição e reciclar todo o lixo.

Ao estudar a ecoeficiência nos processos de inovação tecnológica, que visa ao melhor aproveitamento da matéria-prima, Cechin (2010) observou que o aumento na eficiência do uso de um recurso natural leva ao aumento da demanda por ele, e portanto o aumento da sua produção. “Os ganhos de eficiência no plano microeconômico elevam a demanda no plano macroeconômico” (Cechin, 2010:106). As escolhas tecnológicas,

¹⁴ Para a análise do debate entre as correntes neoclássica e moderna da economia, ver Charles Mueller, “os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente”, em Andrei Cechin, *A natureza como limite da economia* (São Paulo: SENAC/Edusp, 2010).

¹⁵ Em outro estudo, Roegen demonstra como o sistema fabril elimina completamente os períodos de ociosidade do trabalho e do capital, à diferença da produção agrícola, que obedece ao ritmo sazonal em que a energia solar determina as condições climáticas. Ver o estudo de Roegen, “Process in farming versus process in manufacturing: a problem of balanced development” em Ugo Papi e Charles Nunn (orgs), *Economic problems of agriculture in Industrial Societies* (London: St Martin Press, 1969).

mesmo motivadas pela ecoeficiência, continuam a obedecer às regras da maximização.

A obra de referência de Ulrich Beck (1998), *A Sociedade de Risco*, recupera a origem destas escolhas na sociedade industrial do século XIX, baseada no paradigma científico que separa o homem da natureza e justifica a exploração dos seus recursos. Mostra como a técnica se separou da ética em função das exigências da economia de mercado e o lucro se tornou o projeto de sociedade, com todos os riscos que disso decorrem. Ao final do século XX, a ilusão da separação sociedade e natureza se desfaz e a degradação ambiental se torna um problema intrínseco a nossa civilização.

A contraposição de natureza e sociedade é uma construção do século XIX que servia ao duplo fim de dominar e ignorar a natureza. A natureza agora está submetida e esgotada, deixou de ser um fenómeno exterior para ser um fenómeno interior.

Beck, 2010:15

Apesar da insustentabilidade do processo industrial e do crescimento infinito, eles permanecem centrais no sistema económico dominante, que ao incorporar a crítica¹⁶ ambiental, elabora o discurso da preservação da natureza e do desenvolvimento sustentável.

1.3 A conservação conservadora

Diante dos problemas ambientais causados pelo desenvolvimento capitalista, a resposta conservadora foi a demarcação de áreas naturais protegidas, isoladas da intervenção humana. Conservadora no sentido em que mantém o modelo de desenvolvimento dominante, criando ilhas de natureza preservada, para compensar os desequilíbrios ambientais causados nos territórios urbano-industriais. Esta proposta nasce nos Estados Unidos, no século XIX, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone. As populações indígenas deste território foram removidas sob o argumento de que cedo ou tarde vão assimilar o modo de vida moderno e esgotar os recursos naturais.

¹⁶ Para compreender este processo de apropriação da crítica pelo capitalismo, ver Boltanski e Chiapello, *El nuevo espíritu del capitalismo*. (Madrid: Akal, 2002).

Na obra de referência, o Mito Moderno da Natureza Intocada, Diegues (2004) analisa a política de criação de áreas naturais protegidas nos Estados Unidos, depois copiada no Brasil, que defende a preservação da natureza como objeto de lazer e contemplação aos visitantes da cidade, um território com fronteiras demarcadas, que não pode ser ocupado e menos ainda ter seus recursos extraídos. O mito se baseia na imagem de uma natureza selvagem, intocada, virgem, que ignora os povos humanos que a utilizaram há séculos, sem esgotá-la.

Diegues (2004) mostra que apesar do incentivo à criação de parques nos Estados Unidos e na Europa, apenas 5% dos seus territórios foram protegidos. De fato, o movimento de preservação da natureza vai pressionar os países subdesenvolvidos que ainda possuem extensas áreas de natureza preservada, habitadas por diversas culturas que ficaram à margem do desenvolvimento. Diegues começa a traçar as características dessas comunidades tradicionais e sua relação com o mercado.

As culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios das sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há uma relação direta com os ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total.

Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro.

Diegues, 2004:42

Segundo Diegues (2004), o conflito ambiental no cenário contemporâneo pode ser resumido na divergência de três visões. Primeiro, a visão desenvolvimentista, que considera a questão ambiental um problema menor diante da necessidade de crescimento econômico para melhorar a condição de vida dos pobres. Depois, a visão preservacionista, que defende a demarcação de territórios protegidos, sem ocupação dos humanos, compensando assim o estrago que fazem fora deles. E a visão conservacionista, que defende o uso sustentável da natureza, com limites à extração dos recursos naturais de acordo com o equilíbrio do ecossistema.

De acordo com Bookchin (citado em Sachs, 1986:25) a questão ambiental “é um poderoso palco para a ação, colocando à prova, ao mesmo tempo, todos os aspectos insustentáveis do atual sistema social”, e abre caminho para a crítica da ecologia que, “insistindo no papel da diversidade, nos leva aos conceitos de comunidade equilibrada,

tecnologia humanista, sociedade descentralizada, democracia face a face”.

A abordagem do uso sustentável da natureza provoca a reflexão sobre os limites do desenvolvimento, contrariando a premissa fundamental da economia capitalista, o crescimento infinito. A idéia do decrescimento sustentável, proposta por Latouche (1992), questiona uma ilusão da modernidade, o fato de que a qualidade de vida não está na acumulação infinita de bens.

Sem cair na armadilha do preservacionismo, que legitima e fortalece o modelo dominante, algumas perguntas tão simples quanto essenciais nos indicam o caminho para uma outra relação entre sociedade e natureza. O desenvolvimento se baseia afinal no crescimento de quê, para quê e para quem? (Maluf, 2000; Leroy e Ascerald, 2000)¹⁷.

As alternativas indicam para a desmaterialização da economia e argumentam a favor de setores que produzem bens imateriais no campo da cultura, da educação, das artes e do lazer.

1.4 Uma reflexão sobre a sustentabilidade

Ignacy Sachs (1996), na sua proposta do Ecodesenvolvimento, Crescer sem Destruir, traça um conjunto lógico de premissas para o desenvolvimento sustentável. O primeiro passo é conhecer os ecossistemas e seus ciclos, para definir os limites de quantidade e ritmo de extração dos recursos, evitando um *déficit* ambiental. O segundo passo é levantar as necessidades *básicas* da população de forma a planejar a produção para atendê-la. Por último, organizar um modelo de economia baseado nas premissas anteriores.

Ao invés da idéia de crescimento econômico primeiro e o desenvolvimento depois, Sachs provoca pensar novos modelos de economia que derivem de parâmetros sustentáveis de desenvolvimento, do ponto de vista social e ambiental¹⁸.

¹⁷ Novos movimentos sociais que estão produzindo não apenas uma outra forma de luta política, mas também de organização econômica, foram analisados por Boaventura de Sousa Santos, na sua ampla pesquisa internacional Reinventar a Emancipação Social: para Novos Manifestos. Ver a publicação do segundo volume, *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002).

¹⁸ Sachs enfatiza, desde 1970, na sua proposta pioneira do desenvolvimento sustentável, a necessária solidariedade distributiva. Se para boa parte dos ambientalistas a ênfase está na necessidade de reduzir o volume do consumo material, para Sachs, o entrave principal está nas abissais desigualdades sociais. Para o autor, a partilha justa do “ter” é condição *sine qua non* da idéia de desenvolvimento sustentável. Ver Ignacy Sachs, *Caminhos para o desenvolvimento sustentável* (Rio de Janeiro: Garamond, 2002).

A corrente contemporânea do socialismo verde também acenam neste sentido. Na proposta do Ecosocialismo, Lowy (2005) argumenta sobre a necessidade de ruptura com a ideologia produtivista e de luta por uma nova civilização. Lowy (2005:24) vai buscar a crítica ambientalista nos textos clássicos, afirmando por exemplo que “o objetivo supremo do progresso técnico para Marx não é o crescimento infinito de bens (o ter) mas a redução da jornada de trabalho e o crescimento do tempo livre (o ser)”¹⁹.

Os mais diversos ecossistemas do planeta, ocupados e utilizados historicamente por culturas distintas, explicam porque o tema da diversidade tem sido a noção mais freqüente nos debates contemporâneos sobre o desenvolvimento (Maluf, 2000). A idéia de sítios simbólicos e desenvolvimento local se baseiam neste paradigma da diversidade, que fortalece a noção dos territórios. Olhando para a realidade local, “o sítio é sempre singular, contendo um código de seleção e de evolução próprias” (Zaoual, 2003:29). Nesta perspectiva, Zaoual (2003) contrapõe duas visões sobre a natureza humana, o *homo economicus*, aquele ser motivado pelo interesse de lucro, e o *homo situs*, aquele que tem raiz em seu meio, no seu sítio simbólico. No contexto atual de crise da civilização industrial, Zaoual argumenta sobre as oportunidades dos povos do Sul fazerem suas próprias experiências, levando em conta os erros do modelo de desenvolvimento dos países do Norte.

A idéia de demarcar áreas protegidas sem pessoas ignora a diversidade de culturas e suas distintas relações com a natureza. Como afirma Diegues (2004), as áreas de proteção da natureza não são vazias, mas a casa de diferentes povos, com culturas que foram indispensáveis para a conservação dos recursos naturais. No caso do Brasil, a maior parte das unidades de conservação foi criada no período militar, que ignorou absolutamente as comunidades que viviam nestes territórios, com a proibição do uso dos recursos naturais ou mesmo a remoção forçada, provocando um êxodo para as cidades, o que causou a perda da qualidade de vida daquelas pessoas e do seu conhecimento ancestral sobre o território.

Os fenômenos correlatos da uniformização cultural, a diferenciação de classes e a exploração da natureza sinalizam a profunda crise deste modelo de civilização.

¹⁹ Lowy faz uma leitura de Marx à luz da ecologia, revelando trechos em que mostra uma relação direta entre a exploração do proletariado e da natureza, a despeito dos seus limites, o que abre um campo de reflexão sobre a articulação entre a luta de classes e a luta em defesa do meio ambiente. Como analisa, em Marx, “a dominação e o aviltamento dos trabalhadores e da natureza são postos em paralelo, como resultado da mesma lógica predatória, aquela da grande indústria e da agricultura capitalista” (Lowy, 2005:30).

Atravessamos um período de tomada de consciência sobre a face insustentável da modernidade (Leis, 1999), do modo de produção industrial (Georgescu-Roegen, 1971) e do crescimento infinito (Furtado, 1996). A idéia de sustentabilidade se coloca como um imperativo para repensar as sociedades e significa um constrangimento ao modelo dominante de produção, de consumo e de estilo de vida.

1.5 O fim do desenvolvimento ?

Neste cenário, a própria idéia de desenvolvimento é questionada, especialmente a partir das críticas de autores do Sul. Banerjee (2004) argumenta que o desenvolvimento sustentável, ao invés de representar uma verdadeira ruptura, é uma renovação do paradigma econômico dominante, uma vez que garante a continuidade do pensamento colonial que produziu o discurso do desenvolvimento. Banerjee (2004) argumenta que o desenvolvimento se tornou uma máscara para a “hegemonia da visão ocidental da história, roubando às pessoas de diferentes culturas a oportunidade de definir suas próprias formas de vida” (Banerjee, 2004:98). Neste sentido, fala de um novo imperialismo: “o Terceiro Mundo nasceu em um determinado momento quando dois bilhões de pessoas se tornaram pobres, atrasadas, na percepção ocidental sobre o resto do mundo”.

Na crítica ao desenvolvimento, Escobar (1995) argumenta que se inventou inicialmente a noção de pobreza baseada em indicadores modernos, como a renda *per capita*, a posse de bens materiais, o tipo de tecnologia aplicada. Depois, foi criada a necessidade de modernização dos pobres.

Acosto (2008) também questiona o universalismo do desenvolvimento

Na compreensão do sentido que tem a vida das pessoas, nas sociedades indígenas do nosso país não existe o conceito de desenvolvimento. Ou seja, não há uma concepção de um processo linear que estabeleça um estado anterior e um posterior.

E para os povos indígenas não há a concepção tradicional de pobreza associada à carência de bens materiais ou de riqueza vinculada a sua abundância.

Acosto, 2008:13

Para Shiva (2009), os pobres não são aqueles que ficaram para trás, por serem incapazes de jogar as regras do capitalismo, mas aqueles que ficaram excluídos do jogo e roubados do acesso aos próprios recursos. Mostra como atualmente, por meio das leis de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio, a própria biodiversidade está sendo roubada. “Os sistemas vivos que são indispensáveis para satisfazer as nossas necessidades fundamentais foram declarados propriedade privada, como se fossem uma criação das corporações”.

Em crítica ao conhecimento ocidental, Shiva (2009) argumenta que a visão reducionista da ciência consente que todos os limites éticos sejam removidos na exploração da natureza. As culturas fundadas em uma visão holística da natureza eram um obstáculo à exploração, por isso foi necessário um ataque à idéia dos seres humanos como parte da natureza e a *terra mater* foi convertida em *terra nullius*.

Shiva (2009) demonstra como o sistema de pensamento reducionista e a organização econômica capitalista também desqualificaram o conhecimento das mulheres, fazendo acreditar que o trabalho de manter a vida não é um verdadeiro trabalho, porque não é “produtivo”. Neste sistema de pensamento, uma mulher que mantém a própria família e não contribui com o PIB não produz riqueza. Uma comunidade que satisfaz todas as suas necessidades alimentares, mas não vende ou compra alimentos, não produz riqueza.

Como argumenta Romano (2009), as crises têm criado a oportunidade de trazer para o debate propostas que apontam para um novo paradigma, como por exemplo, as de pós-desenvolvimento, bem viver, democracia ecológica e economia do cuidado²⁰. Estes paradigmas, que marcam uma ruptura epistemológica com a noção de desenvolvimento econômico, não se fundamentam nos padrões do *ter* mas do *ser*.

As tendências em pensar o desenvolvimento sob os critérios da qualidade de vida pode parecer subjetivo e abstrato, e mesmo ignorar a base material das sociedades. No entanto, essas referências trazem outro projeto político para a civilização humana, em confronto à insustentabilidade da civilização ocidental. De forma mais pragmática, Roegen (1976) traçou as principais diretrizes para um outro tipo de sociedade, efetivamente sustentável, em bases humanas e ambientais, enfrentando os principais problemas contemporâneos. E apesar de parecer um projeto utópico, apresenta uma

²⁰ Diversos outros sistemas econômicos, tradicionais ou pós-modernos, podem ser analisados no trabalho publicado por Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha, o *Dicionário Internacional na Outra Economia* (Coimbra: Ed Almedina, 2009).

lógica irrefutável. São elas:

1. A produção de todos os instrumentos de guerra deveria ser proibida;
2. Os países não desenvolvidos devem contar com a ajuda dos desenvolvidos para alcançar um patamar de qualidade de vida;
3. A humanidade deveria reduzir gradualmente a sua população até o nível em que pudesse ser alimentada somente pela agricultura orgânica;
4. O uso direto da energia solar deve ser generalizado enquanto as outras fontes energéticas devem ser reduzidas gradualmente;
5. As pessoas devem desprezar a moda e o descarte de produtos que ainda podem ser usados. Os consumidores precisam se reeducar para exigir produtos duráveis;
6. Os bens duráveis devem ser cada vez mais duráveis e desenhados para serem consertáveis;
7. É preciso perceber que um importante requisito para a qualidade de vida é uma quantidade substancial de lazer, vivida de maneira inteligente.

A importância do pensamento de Roegen está no seu embasamento nas ciências naturais e sociais, partindo de uma análise do processo físico-químico da economia e nos conduzindo a uma leitura crítica dos valores da sociedade moderna e uma reflexão ética frente às escolhas que se abrem neste momento.

Nesta perspectiva, ainda faz sentido falar em desenvolvimento?

Apesar de uma evidente crise no paradigma dominante, compreendo que quanto mais se aprofundam as suas contradições, mais é necessário observar e refletir sobre elas e em como superá-las.

Em resposta à dominação e à globalização de um pensamento único sobre o desenvolvimento é que se mobilizam e se organizam forças de oposição, com projetos alternativos de sociedade.

A definição do desenvolvimento está distante de ser concluída e não tive a pretensão de assumir esta tarefa, mas sinalizar as indagações que atualmente se colocam ao conceito assim como os movimentos que estão influenciando neste processo.

Para a compreensão das encruzilhadas do desenvolvimento se torna necessário olhar para o território, pois cada local terá uma resposta própria às contradições desencadeadas pelo desenvolvimento da sua região. E também se torna necessário

delimitar as dimensões do desenvolvimento que se pretende investigar, pois a complexidade do assunto nos ameaça levar a uma discussão sem fim.

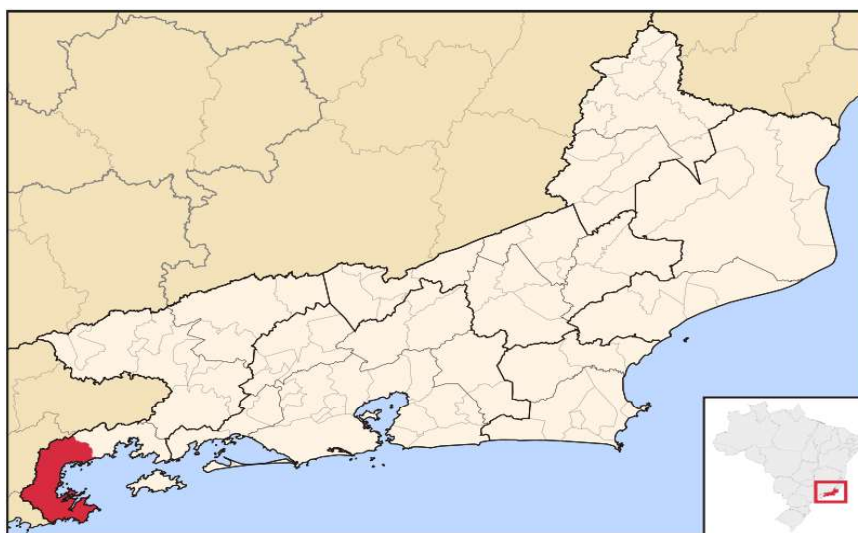
Escolhi estudar Paraty devido a minha experiência de dez anos nesta cidade e especialmente na Reserva Ecológica da Juatinga, e delimitei o estudo às dimensões das políticas ambientais, dos movimentos sociais e do mercado de turismo. Apresento Paraty no próximo capítulo, em uma narrativa histórica e crítica, sem dar conta de toda a complexidade do lugar, mas apenas sinalizar as forças que influenciam no seu destino.

CAPÍTULO 2

O ESTUDO DE CASO

2.1 Paraty, o cenário e o território

Paraty está localizada ao sul do Estado do Rio de Janeiro, região da Baía da Ilha Grande²¹, na divisa com São Paulo, de onde recebe grande influência cultural e econômica. Cidade antiga, foi ocupada pelos portugueses em 1533, construída por maçons, a uma altitude de 5 metros, sobre área de manguezal, que é invadida pelas águas na maré cheia. Tem área total de 930 km² com uma população de 35.730 habitantes²², e densidade demográfica de 35,6 h/km².



Mapa de localização de Paraty no Estado do Rio de Janeiro

O PIB do município em 2005 foi de R\$ 243.716.000,00 e o PIB per capita R\$ 7.371,00²³. O IDH de Paraty é de 0,777²⁴, ocupa a 30^a posição no estado do Rio de Janeiro e a 1.132^a no *ranking* nacional. São os primeiros sinais estatísticos da desigualdade.

²¹ *Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 11 de outubro de 2008.

²² *Estimativas de População*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2009.

²³ *Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2007.

²⁴ *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2000.

Paraty é Patrimônio Histórico Nacional, tombado pelo IPHAN, o que impõe restrições a todas as construções da cidade, que não podem ter mais de dois andares. Devido à arquitetura colonial, à natureza privilegiada e a posição geográfica, equidistante das duas principais cidades brasileiras, Paraty se tornou reduto da elite econômica e artística do país. E cada vez mais destino turístico internacional.

Imagem não disponível

Rua do Centro Histórico de arquitetura colonial

Imagem não disponível

Cenário da Mata Atlântica, o encontro da floresta com o mar forma a área costeira de Paraty, como a Praia do Sono, na Reserva Ecológica da Juatinga



A Tenda dos Autores na Feira Literária Internacional de Paraty

Paraty é sede de vários eventos culturais, sendo a mais conhecida a Feira Literária Internacional (FLIP), realizada desde 2003. A cada ano a festa é dedicada à memória de um escritor brasileiro e já foram homenageados Guimarães Rosa, Jorge Amado, Nelson Rodrigues, Machado de Assis, entre outros. As primeiras FLIPs foram altamente elitizadas, com apresentações a preços inacessíveis aos moradores. Em reação, artistas locais criaram a OFF FLIP, que além de literatura, exibia filmes, teatro, música e poesia, na rua. Na sua segunda edição, a OFF FLIP havia roubado a cena do evento oficial, atraindo a maioria do público. Desde 2006, os eventos da FLIP se democratizaram, incorporaram a OFF FLIP, com apresentações em praça pública e transmissão em telões. Apesar da significativa presença do topo da elite, cada vez mais a FLIP tem a cara dos paratienses.



Na Flipinha, as crianças lêem os livros pendurados nas árvores da praça

Outros eventos importantes que ocorrem na cidade são as festas católicas, como a Festa do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora dos Remédios, Festa de Santa Rita e também o Festival da Pinga, Paraty em Foco, o Festival Nacional de Dança, a Mostra de Teatro de Rua, o Festival Internacional de Cinema, entre outros, todos exibidos em praça pública. Há também festas ligadas às culturas caiçara, negra e indígena, como o Festival do Camarão, a Festa de São Pedro e São Paulo, o Encontro da Cultura Negra e Mitos e Lendas Yamaguaré. Todos estes eventos estão no Calendário Cultural de Paraty e acontecem com ou sem os turistas.

Paraty possui 109 bairros. Os mais populosos são Parque da Mangueira, com aproximadamente 7.000 moradores e Ilha das Cobras, com 2.000 habitantes. Esses bairros foram ocupados de forma irregular pelas comunidades costeiras que migraram para os manguezais por força da especulação imobiliária. São bairros vizinhos ao Centro Histórico, mas sempre retirados do cenário de Paraty.

Em 2006, um projeto elaborado por arquiteto do Rio de Janeiro previu um orçamento de R\$ 1.200.000,000 (um milhão e duzentos mil) para a urbanização da Ilha das Cobras e Parque da Mangueira, com saneamento, revitalização de praças públicas e recuperação da margem do manguezal. Este projeto não saiu do papel. No mesmo período foram investidos R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) para colocar os fios de luz do Centro Histórico para baixo do chão, a fim de recuperar a estética original.

Entre os tradicionais grileiros da Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) estão a família Gibrail, em litígio com diversas comunidades caiçaras pela posse de aproximadamente 75% da reserva. Depois, a família Tannus Notari, que reivindica a área de maior reserva de água doce, a Praia Grande da Cajaíba. E na região de Paraty, em geral, os supostos donos são ninguém menos que Timur Klink, o irmão do famoso velejador, e João de Orleans e Bragança, membro da família real²⁵.

Para uma compreensão das contradições presentes em Paraty, que nos tiram do cenário e levam ao seu território, é preciso olhar para a sua história, uma breve análise da colonização ao desenvolvimento.

²⁵ Para compreender o processo e os atores em conflito pela terra na região, ver a dissertação de mestrado de Mariza Costa de Almeida, *Concepções de natureza e conflitos pelo uso do solo em Paraty-RJ* (CPDA UFRRJ, 1997).

2.2 Duas histórias

A trajetória do desenvolvimento em Paraty é um retrato da história do Brasil, durante e depois da colonização. Os seus registros históricos revelam a visão dominante dos fatos. Em pesquisa documental nas principais instituições que contam a história colonial de Paraty, como a Casa de Cultura, o livro de história das escolas, os textos de guias turísticos e mesmo nas publicações acadêmicas, se exalta a riqueza econômica que veio da rota do ouro, da produção de cana e do trabalho escravo, como neste relato de Diuner Mello, um dos mais influentes historiadores da cidade

O progresso da região de Paraty foi lento até que se descobrisse ouro nas Minas Gerais e que seu porto passasse a servir de entrada para os aventureiros em busca de riquezas e de escoadouro de pedras preciosas para Portugal. Então, não só a vila de Paraty se desenvolveu, mas também as redondezas.

... A decadência instalou-se em Paraty, a princípio com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio de Janeiro, em 1870, que isolou a cidade da rota de comércio, e mais tarde com a Abolição da Escravatura, em 1888.

... no século XIX, o ciclo do café trouxe nova prosperidade a Paraty, não só em razão do produto do Vale do Paraíba sair pelo porto da cidade, mas porque muitas fazendas da região abandonaram o cultivo de cana e passaram a plantar café, muito mais rentável.

Mello, 2005:12

Mesmo a visão de Antônio Carlos Diegues, reconhecido antropólogo crítico e atuante em Paraty, faz uma leitura da história dos vencedores

O cultivo da cana-de-açúcar foi a atividade mais relevante a partir do século XVIII quando os engenhos se estabeleceram na região. Se transformou num centro colonial importante de exportação de ouro, proveniente das Minas Gerais no final do século XVIII.

A decadência da região se deu com a abolição da escravatura, que era a base da monocultura local.

Decaindo os núcleos de povoamento, voltaram a fechar-se sobre si mesmos, com o decorrente estreitamento de seu horizonte econômico

e cultural. A impressão que se tem do litoral é que a vida ali foi simplificada em seus elementos culturais e, em comparação com o passado, reduzida a ponto pequeno.

Diegues, 1994:54

Interessante observar como a condição de colônia, baseada no trabalho escravo e na exportação de recursos naturais, é apresentada como período de progresso. Mesmo a idéia de estreitamento e simplificação cultural, que se contrapõe à abertura e à sofisticação, sinaliza a distinção das culturas em relação à matriz européia. Como dizia Holanda (1995), a pilhagem colonial é contada como ato de coragem, onde os mercenários se tornam aventureiros.

Em uma releitura da história, o período de decadência econômica poderia ser contado como verdadeira libertação, dos povos nativos e africanos, frente à exploração das suas terras e do seu trabalho, sem os quais não se produzia a riqueza colonial. Um século depois, se iniciou o processo de modernização das formas de exploração, da terra e do trabalho, em uma dinâmica sem limites²⁶.

O impacto ambiental do ouro, do café e da cana, do petróleo, da energia nuclear e dos *resorts* também não aparece nos relatos de prosperidade do Sudeste brasileiro, apesar de significar a destruição quase total do bioma. 92% da Mata Atlântica foi eliminado em três séculos de monocultura e mineração, seguidos do maior parque industrial do litoral e da especulação imobiliária da Costa Verde.

Para se ter uma idéia do impacto ambiental deste crescimento econômico, no início da década de 90, das 202 espécies de animais ameaçadas de extinção no Brasil, 171 eram da Mata Atlântica (IBAMA, 1989).

A história recente de Paraty é marcada pela construção da estrada BR 101 em 1976, que liga Rio de Janeiro a São Paulo pelo litoral, quando se iniciaram os projetos na área de energia e de turismo, trazendo a promessa do progresso para toda a região.

A valorização da terra corresponde ao valor que se faz com ela... onde a terra passa a valer mais do que a banana permite, o desejável não é

²⁶ Para uma leitura crítica sobre a história recente de Paraty, ver o capítulo “Da Paróquia à chegada dos Paulistas”, na dissertação de Lucia Cavalieri, onde observa: “a gente caiçara, que por séculos teve o mar como via de acesso quase única, encontrando nisso um fator de proteção, não conseguiu resistir aos piratas vindos da terra”. (*A Comunidade Caiçara no Processo de Reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2003).

plantar bananas e sim instalar algo mais compatível com a valorização. Cidades, turismo, são mais valiosos que bananas...

Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, 1972

O progresso é coisa que a comunidade recebeu de bondade, pela estrada. Mas essa bondade, para muitos, foi um sacrifício. Porque nós... que vivia com liberdade, ficamos sem liberdade.

Seu Antônio, caiçara da Trindade, 1978

As políticas desenvolvimentistas da década de 70 tiraram a região do seu isolamento, levando a uma modernização produtiva com a instalação da Plataforma Petrobrás, o Estaleiro Brasfels e a Eletronuclear. Estes empreendimentos criaram dezenas de empregos no campo da engenharia e milhares de subempregos, temporários e desqualificados, na construção civil. Os operários que permaneceram na região ao final das obras iniciaram a ocupação irregular do solo, formando áreas favelizadas ao longo da rodovia. O uso do litoral pelas grandes corporações também forçou a migração dos pescadores para o outro lado da estrada. A modernização conservadora é emblemática na geopolítica da região, onde empreendimentos de alta tecnologia compartilham de uma vizinhança empobrecida, apartada pela rodovia.

A inauguração da estrada também foi o primeiro passo para a consolidação do mercado de turismo na região, voltado para o segmento de luxo, com projetos de condomínios, *resorts*, marinas e outros empreendimentos planejados para o uso particular das praias. O litoral ocupado por caiçaras começou a sofrer a especulação imobiliária de grileiros, a serviço de empresários locais e investidores estrangeiros. A prática dominante foi a retirada das comunidades das áreas de maior valor, por meio do aliciamento ou da violência. O trabalho documentado por Siqueira (1984), GENOCÍDIO DOS CAIÇARAS, retrata a remoção forçada dos pescadores das praias do litoral Norte de São Paulo e litoral Sul do Rio de Janeiro para as favelas à beira da estrada. O documentário VENTO CONTRA, de Adriana Mattoso, registrou o único caso em que a justiça deu ganho de causa aos pescadores na disputa com a grande empresa

multinacional Brascan, mas vulneráveis à pressão imobiliária, os moradores iniciaram o loteamento e a venda desordenada da terra²⁷.

Em reação aos impactos da expansão capitalista na região, sejam de setores industriais ou de serviços, a política do governo para o meio ambiente foi iniciar a demarcação de áreas protegidas, se esquivando dos problemas sociais que crescem no seu entorno.

2.3 O freio da conservação

Para conter o desenvolvimento acelerado na região, foram criadas duas Unidades de Conservação da Natureza (UC) em Paraty, uma federal outra estadual, que se sobrepõem. A primeira é a Área de Proteção Ambiental Cairuçu, criada em 1983, com 33.800 hectares, com o objetivo de “assegurar a proteção da natureza, paisagens de grande beleza cênica, espécies de fauna e flora raras e ameaçadas de extinção, sistemas hídricos e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema”. A segunda é a Reserva Ecológica da Juatinga, inserida na APA Cairuçu, criada em 1992, com 8.000 hectares, com o objetivo de “preservação do ecossistema composto por remanescentes florestais de mata atlântica, restingas, manguezais e costões rochosos”.

A gestão da APA Cairuçu está sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), antigo IBAMA, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. A classificação de APA permite a presença de pessoas, mas a ocupação do solo deve obedecer ao Plano de Manejo. O ICMBio de Paraty conta com 4 funcionários para cuidar da gestão de toda APA. O Conselho da APA Cairuçu foi criado em 2001 e garante o direito à participação social na gestão da área. Sem recursos, o Plano de Manejo foi realizado em 2005, pela SOS Mata Atlântica, fundação privada de um dos maiores empresários de eucalipto da região, não foi aprovado pelo Conselho, deixando uma série de críticas pendentes. As reuniões funcionam de acordo com a capacidade de mediação do chefe do ICMBio e apesar do caráter consultivo e com muitas interrupções, o Conselho tem relativa credibilidade e conta com a participação dos diversos atores, sendo um espaço privilegiado de observação dos interesses em jogo.

²⁷ Para um levantamento dos efeitos socioeconômicos do turismo na região ver a dissertação de mestrado em Serviço Social de Thaís Goulart, *Moradores e Turistas – significado e impacto do turismo em Paraty* (São Paulo: PUC, 2007)

A gestão da REJ está sob responsabilidade do Instituto Estadual do Ambiente, do Estado do Rio de Janeiro (INEA). De natureza *non aedificandi*, é proibido qualquer tipo de construção e reformas, tornando os objetivos da REJ conflitantes, desde o início, com a existência de comunidades caiçaras. Por determinação do SNUC, a REJ também deve ter um Conselho Consultivo, que nunca funcionou com continuidade, além do órgão ter uma história de violência e corrupção na região. A chefia tem alta rotatividade e 11 funcionários sofrem um processo no Ministério Público, quando incendiaram os ranchos de pesca da Praia Grande da Cajaíba.

Ambos os órgãos são subfinanciados, sem recursos para ações rotineiras e dependendo de parcerias com o setor privado para a fiscalização da região. Em entrevista à Agência Brasil (04/08/2009), o gestor da APA Cairuçu, Eduardo Godoy, admitiu que está com equipe reduzida, sem nenhum fiscal e, nesta situação, o órgão acaba delegando a terceiros, de modo informal, a fiscalização das construções dentro da REJ, assim como faz com o Condomínio Laranjeiras, que controla a entrada de material para a Praia do Sono e Ponta Negra. “Temos que controlar a expansão da ocupação nessas vilas. Não temos como estar lá no local sempre. Quem nos ajuda a ter esse controle é o Condomínio Laranjeiras, porque os barcos saem dali”, afirmou.

A criação de unidades de conservação com a finalidade de impedir o avanço das ocupações ilegais, na prática levou apenas à repressão aos mais pobres, impedindo a caça, o roçado, a construção de casas e a extração de recursos da floresta. Já os grupos com maior poder econômico gozam de plena liberdade no uso do território. Mesmo em unidade de uso restritivo como a REJ, onde é proibida qualquer construção, praias são vendidas e fechadas ao acesso público, para a segurança de casas de luxo construídas sem restrições. O próprio Condomínio Laranjeiras transformou grande extensão de mata nativa em um campo de *golf*.

A visão implícita na atuação dos gestores de unidades de conservação é de que as áreas ocupadas pelos ricos tendem a ser mais preservadas, pois eles têm menor impacto demográfico e mais investimentos em tecnologia ambiental. Já os pobres devem ser removidos das áreas, a fim de evitar que as transformem em favelas. Por exemplo, dentre as unidades de conservação mais citadas como casos de sucesso no Brasil está a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) que permite a moradia exclusiva do proprietário.

A necessidade de recategorização da REJ, no sentido de viabilizar a permanência das comunidades caiçaras passa pela possibilidade de se tornar uma Reserva de

Desenvolvimento Sustentável (RDS), questão que se arrasta desde 2000, com a criação do SNUC, quando foi eliminada a categoria de Reserva Ecológica. De acordo com o SNUC, a RDS é

uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é um passo à frente no reconhecimento dos direitos de seus moradores, mas se a legislação é clara sobre a sua importância *para* o manejo da biodiversidade, pouco se discute sobre a sua própria dinâmica humana, econômica e cultural, neste cenário de globalização.

As injustiças provocadas pelo desenvolvimento desigual na região desencadearam movimentos sociais, desde a luta pela posse da terra na década de 70 aos movimentos contemporâneos como o das comunidades tradicionais, com crescente visibilidade, nacional e internacional, nos debates sobre a questão ambiental.

2.4 Os novos protagonistas

As comunidades tradicionais de Paraty são os caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga e de algumas ilhas, os índios guarani Mbya das aldeias Itaxi e Araponga e quilombolas do Campinho da Independência e da comunidade do Cabral. O Fórum de Comunidades Tradicionais se iniciou com estes grupos, mas atualmente envolve também caiçaras, aldeias e quilombos de Ubatuba e Angra dos Reis. Apresento inicialmente a situação dos caiçaras, que acompanho há mais tempo, em seguida os indígenas e os quilombolas.

Os caiçaras descendem de brancos e índios, que se fixaram no litoral e formaram vilas de pescadores. Na REJ existem 13 vilas caiçaras: Praia do Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Ponta das Anchovas, Martim de Sá, Ponta da Juatinga, Praia do Pouso da Cajaíba, Praia de Calhaus, Praia de Ipanema, Praia da Itaoca, Praia Grande da Cajaíba, Praia da Deserta e Mamanguá. Nestas comunidades não há energia nem estradas e acesso somente por barco ou trilhas.

Estima-se que os caiçaras se fixaram no litoral da Mata Atlântica há trezentos anos, após o ciclo do ouro e da cana. Mas como descendem dos índios, seu conhecimento vem de tempos imemoriais. São pescadores, agricultores e caçadores. Na alimentação, que permanece nas comunidades mais tradicionais, está o peixe, a banana e a farinha, e também o camarão, pitu, lula e lagostim, galinha, paca e cotia, muita mandioca e muitos tipos de frutas, mas o arroz, o óleo e a cachaça vem da cidade.

De acordo com dados da Fundação SOS Mata Atlântica, levantados para a elaboração do Plano de Manejo, em 2001 na Praia do Sono havia 54 famílias, na Ponta Negra 23, nas praias da enseada da Cajaíba 164, nas praias da Ponta da Juatinga 27 e no Mamanguá, 96 famílias. Ao todo foi estimado na REJ a presença de 364 famílias, sendo 1.321 habitantes. Hoje não se tem um levantamento atualizado sobre o número de famílias, mas os estudos para a recategorização da REJ estimam o dobro de pessoas. Porém este crescimento não é distribuído, reflexo da concentração em poucos lugares, como Pouso da Cajaíba, e esvaziamento de outros, como a Praia Grande da Cajaíba.

No passado, cada comunidade era relativamente isolada e auto-suficiente, com roça, pesca e caça fartas. Se integravam através dos casamentos mas também havia a união de pares consangüíneos, o que gerou um percentual elevado de pessoas com necessidades especiais. A escola vai até a 4ª. série e poucas tem um agente de saúde. Predomina a religião evangélica, uma cultura patriarcal e problemas de alcoolismo generalizado.

A economia dos caiçaras está baseada na agricultura de subsistência, na pesca artesanal e também industrial, e em diferentes níveis de desenvolvimento, cada vez mais no turismo.

Das três culturas, os caiçaras se encontram na situação mais vulnerável à especulação imobiliária, pois não tem o título de posse da terra, a categoria Reserva Ecológica proíbe a sua permanência e estão nas áreas mais valorizadas. A venda acontece com relativa liberdade. Geralmente, os caiçaras vendem a sua casa para um turista e vão construir outra moradia mais para dentro. Eles vão ao cartório, onde se produz um documento de posse seguido do documento de venda. A maioria dos caiçaras não tem leitura, não compreendem o alcance da transação, mas com ela pactuam por receberem, no fim das contas, o pagamento acertado.

Além da venda de posses, os caiçaras vem aumentando a renda diretamente com os serviços de *camping*, pousadas, bares e restaurantes. O dinheiro modifica os hábitos alimentares, a arquitetura e os instrumentos de trabalho. Na questão alimentar, os

produtos industrializados e o desconhecimento de seus malefícios vem prejudicando cada vez mais a saúde dos caiçaras, mas hoje também já se discute a alimentação junto à saúde e à natureza, com grande influência do movimento da agroecologia, trazido pelos estudantes da UFRuralRJ. As embarcações já possuem motor, mas as canoas ainda são usadas na visita ao cerco. A pesca artesanal ainda está presente em quase todas as comunidades, que também prestam serviço à pesca de arrastão. As casas de pau-a-pique, que já foram substituídas pelo tijolo e o amianto, agora são retomadas com a valorização da arquitetura tradicional pelos turistas – imagem simbólica da cultura híbrida das comunidades caiçaras.



Na Praia do Sono, rancho de pesca de pau-a-pique virou bar para atender o turista.



Barcos a motor trazem turistas e as compras, as canoas fazem as visitas ao cerco.

Para ter direito a uma cadeira nos Conselhos do ICMBio ou INEA, cada comunidade tem que formar uma Associação de Moradores, que já existe na maioria das vilas. Porém, de forma geral, essas associações não são representativas, devido a fortes divisões internas. Além disso, cada comunidade tem problemas específicos, dependendo da sua localização, da dinâmica interna e do tipo de turista que atrai, o que torna difícil pensar em apenas uma representação caiçara para a REJ, mesmo considerando um universo de apenas três mil pessoas.

Turistas de todas as classes compram diferentes pedaços da terra na REJ por um valor muito abaixo do mercado, uma vez que o caiçara não tem essa informação e para os que compram, o sucesso do negócio está exatamente nesta assimetria.

A diversidade que existe entre as comunidades caiçaras impede generalizações. A REJ é um mosaico de culturas híbridas, com diferentes combinações entre a tradição e a modernidade. Alguns exemplos ilustram esse mosaico. A comunidade do Pouso da Cajaíba foi a que produziu o loteamento mais acelerado na REJ, gerando a explosão demográfica e todos os problemas sociais decorrentes. Foram à venda lotes em locais de risco, se organizaram grupos de tráfico de drogas, cresceram os conflitos internos e aumentaram os problemas de saúde por falta de saneamento. Para os órgãos ambientais, o Pouso é um caso perdido, apesar de uma ou duas lideranças importantes, mas que falam sozinhas.

Já na Praia do Sono, as famílias são ameaçadas de remoção desde a década de 70, em um processo na justiça que continua hoje pelo neto da família Gibrail, o principal grileiro da região. Na década de 90 foram pressionados a vender as posses para o Condomínio Laranjeiras. Recusaram e sofrem até hoje as retaliações. A Praia do Sono é uma das comunidades mais avançadas na discussão das regras do turismo, administram os seus *campings* e apresentam relativa equidade social. Há uma repressão tácita à venda de lotes, assim como uma repressão explícita às pessoas de fora que compram. Atualmente, a Praia do Sono é um berço de lideranças jovens, tem forte atuação das mulheres e cada vez mais é uma referência para os caiçaras da REJ.

Um último caso para ilustrar a riqueza de diversidade da REJ é a praia Martins de Sá, onde vive a família do lendário Seu Maneco. Verdadeiro mestre da ecologia, esse caiçara nativo da praia mais distante e exuberante da REJ, é um mito para os jovens do Rio de Janeiro, seus principais visitantes. Além de uma roça farta, da pesca e da caça, Seu Maneco e a família organizam todo o sistema de turismo na praia, as trilhas, coleta de lixo, regras para o uso da cachoeira e até informações sobre as ondas. Do Posto 9 de

Ipanema ao Baixo Gávea, qualquer coisa que aconteça àquela família é acionada uma rede de pessoas bem dispostas a manter Martins de Sá nas mãos do Seu Maneco. Como as outras praias da REJ, sofre um processo de reintegração de posse na justiça, pela família Pacheco, que em 2010 disse ter vendido a terra para um grupo internacional português.

Os caiçaras não são comunidades isoladas e nas últimas décadas receberam a visita ou a pressão de diferentes pessoas de fora. Cada comunidade reagiu de forma própria às influências externas, seja ampliando a sua qualidade e segurança de vida ou degradando a sua natureza e cultura.

Além dos caiçaras, o Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty envolve também as aldeias guarani e os quilombos. Verdadeiros sobreviventes, o povo guarani não tem mais uma floresta para alimentá-los ou para protegê-los e dependem da assistência da FUNAI, ainda assim resistem com raízes na religião e idioma próprios. Apesar de viverem em áreas demarcadas, são povos nômades, que historicamente circulam nas florestas tropicais do Brasil, Paraguai e Uruguai, até hoje.

Em Paraty existem duas aldeias guarani. A primeira é Itaxi, em Paraty-Mirim. Por problemas com a assimilação da cultura do branco e das precárias condições de alimentação, um grupo se retirou desta área para fundar a aldeia Araponga, no alto da montanha. A terra demarcada para Itaxi tem pouca área para agricultura, a nascente da água ficou fora das suas fronteiras e é atravessada por uma estrada que liga a BR-101 à Paraty-Mirim. A aldeia possui 26 famílias, com 120 índios e uma reserva de 80 hectares. Na visão de turistas e moradores de Paraty, são índios “aculturados”, basicamente porque usam roupas dos brancos. Certa vez questionei ao cacique Darcy, de Itaxi, o que ele pensava dessa visão que os critica por usarem jeans e tênis, ao que respondeu: “e você acha que basta ficar nu na floresta para virar índio?”.

Outras assimilações da cultura do branco não são tão superficiais e criam tensões difíceis de resolver, como o alcoolismo, que os fragiliza completamente e também o casamento com os juruás (os brancos), que gera divisões nas aldeias. Por casar com uma juruá, o Darcy teve que sair de Itaxi e com mais alguns índios organizou uma aldeia sobre um tradicional cemitério guarani, na Praia de Camboinhas, em Niterói. A aldeia de Itaxi ainda tem mais de uma centena de índios e também recebem guaranis de diversos lugares, mantendo uma articulação histórica entre seu povo.

A outra aldeia em Paraty é Araponga, que está em uma reserva de 224 hectares e possui aproximadamente 30 índios, um clã do Seu Agostinho, ou cacique Karay Oka,

que saiu de Itaxi em busca de um lugar distante do branco e com mais floresta. Foi para o topo da montanha mais alta da região, impossível de chegar sem um automóvel apropriado, em meio a uma floresta exuberante e ao lado de um rio caudaloso. Lá o cacique de Araponga tenta recuperar as raízes do povo guarani, proibir a entrada do álcool e hoje enfrenta o grande problema da acumulação do lixo. De fraldas às embalagens, o lixo só entra e não sai. Isso também é reflexo das mudanças no padrão de alimentação.

Em uma luta persistente, Seu Agostinho e sua esposa Dona Marciana tentam fortalecer as raízes guarani. Até hoje o cacique trabalha na roça, cada vez mais aprimorada com o apoio dos técnicos da agroecologia e com o suporte de um médico que está orientando na saúde preventiva a partir do resgate da alimentação tradicional. Lá também caçam, garantindo uma importante fonte de proteína. Uma vez perguntei ao cacique qual era a sua função na aldeia, ao que ele respondeu: “eu sou o cacique, o pajé, e também o delegado e o terapeuta de casal, tudo” - uma imagem simbólica da cultura híbrida das comunidades guaranis.



Dona Marciana, exemplo de resistência

Todos os bairros e praias de Paraty vem nome da língua guarani, como o da própria cidade. Hoje vivem da roça, da venda do artesanato e da FUNAI.



Artesanato guarani, utensílios tradicionais em cores modernas.

A relação com a FUNAI é marcada pelo assistencialismo, fazendo com que eles reproduzam este comportamento nos fóruns locais. Por outro lado, após dois anos de participação no Fórum de Comunidades Tradicionais, até o representante da FUNAI vem mudando o discurso, no sentido de maior empoderamento dos indígenas, apoiando a sua autonomia e a participação nos movimentos sociais. As aldeias não sofrem pressão da especulação imobiliária, mas as consequências do desenvolvimento da região, com o desmatamento, a redução da caça e a poluição dos rios, o que prejudicou profundamente as condições de vida e a autonomia dos povos guarani. Além disso ainda sofrem o preconceito na cidade. Acostumados a mostrar o artesanato no chão de pedras do Centro Histórico, mesmo com todo o cuidado, são mal vistos. Almoçam e descansam na praça do Rosário, sob a sombra de uma árvore, e também são mal vistos. Da sua parte não interessa qualquer comunicação com o turista a não ser a venda do artesanato. Só vão mulheres e crianças, a cidade é uma tentação ao álcool para os homens.



Grupo de índias e seus filhos na praça do Rosário

A organização não-governamental mais atuante junto aos guaranis é a Associação Artístico Cultural Nhandeva, de um descendente indígena, que fala a língua dos Mbya e que busca dar visibilidade à cultura, à produção artesanal e aos problemas dos indígenas em Paraty, tem um alcance muito modesto em suas ações mas um importante significado para os indígenas, que os consideram verdadeiros protetores.

A origem do Quilombo Campinho da Independência é muito particular. Todos os moradores são descendentes de três ex-escravas, que viviam na Casa Grande, sabiam ler e tinham posses. A Fazenda Independência foi abandonada pelos donos com o fim da escravidão e doada às três mulheres. A comunidade cresceu, vivendo da agricultura, e um século depois, na década de 1970, com a BR-101, começou a sofrer a pressão de grileiros e turistas.

Em 1975, influenciados pela Comunidade Eclesial de Base e com apoio da Comissão Pastoral da Terra, os quilombolas acionaram a Justiça em busca de seus direitos. Como na época não havia a titulação coletiva de terra quilombola, eles entram com ações de usucapião em uma eterna luta pela sua posse. Em seguida foi criado o Parque Nacional da Bocaina e depois a Área de Proteção Ambiental Cairuçu, proibindo os quilombolas de praticar a caça, o extrativismo, e mesmo a roça, inviabilizando seu modo de vida. Em 1994, fundaram a Associação de Moradores do Campinho (AMOC) e começaram a exigir a titulação coletiva de terras, o que conseguiram em 1999. No entanto, a pressão dos órgãos ambientais e a destruição da Mata Atlântica permaneceram ameaçando a sua subsistência. Hoje existem aproximadamente 90 famílias, vivendo em 287 hectares. A maior parte trabalha em serviços mal remunerados na cidade ou nos condomínios, sofrem uma série de problemas sociais decorrentes da falta de oportunidades, como a prostituição e a invasão do *crack*, sem qualquer proteção do governo local.

A religião divide a comunidade e cria uma tensão constante. De um lado, há o renascimento das tradições africanas, a capoeira, o samba e o jongo. De outro, a Igreja Evangélica condena aquelas manifestações aos seus fiéis e por isso são acusados pela perda da cultura tradicional.

Embora a batalha pela titulação esteja vencida, os quilombolas enfrentam o desafio da auto-sustentação. Uma pequena parte, mas crescente, busca outras alternativas de renda em experiências que valorizem a sua cultura. O artesanato do Campinho, de taboa, taquara e cipó, é referência em Paraty e valorizado economicamente, feito por mulheres que vivem desta renda. Também estão dando os

primeiros passos na gestão de um restaurante de comida típica regional, também organizado por um coletivo de mulheres.



Artesanato tradicional do quilombo do Campinho



Restaurante do Campinho, experiência inovadora

E há os projetos que a AMOC vem realizando por meio de editais públicos. O Ministério da Cultura financiou o Ponto de Cultura, por onde receberam equipamento de audio-visual e informática, aprenderam a produzir vídeos e se conectam com uma

ampla rede de movimentos e parceiros. Não apenas o acesso à tecnologia da comunicação, mas a produção do seu conteúdo, tem constituído um importante instrumento de poder, que exerce atração aos jovens. E a AMOC também está coordenando um projeto de turismo de base comunitária, junto com os caiçaras e guaranis de Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis, financiado pelos Ministérios do Turismo e da Cultura, o que representa uma oportunidade inédita de ação regional, articulando comunidades antes isoladas.

Hoje o maior desafio dos quilombolas do Campinho é a busca de alternativas de renda que possam ser desenvolvidas no seu próprio território e essa tem sido a luta da AMOC. É um passo adiante à garantia da terra, a sobrevivência nela.

A história da escravidão, depois as pressões pela terra, a dominação nos subempregos, ao lado da resistência e da busca de alternativas geraram um aprendizado fundamental no campo da ação política²⁸.



As gerações envolvidas com as “questões da comunidade”

O Quilombo do Campinho da Independência é o único no Estado do Rio de Janeiro a ter o título de propriedade coletiva da terra. Quatro anos depois, em 2003, Ronaldo dos Santos, uma das lideranças jovens do Campinho, mobilizando outras comunidades negras rurais, fundou a Associação de Comunidades Remanescentes de

²⁸ Para aprofundar o estudo da história da formação da luta, identidade e direitos quilombolas, ver a tese de Lilian Cristina Bernardo Gomes, *Justiça seja feita: direito quilombola ao território* (Departamento de Ciência Política: UFMG, 2009)

Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ). E hoje ele é o coordenador da CONAQ, a Coordenação Nacional de Quilombos do Brasil. As suas qualidades de líder também serão fundamentais para o início e consolidação do Fórum de Comunidades Tradicionais.

Também a participação das mulheres na vida política e econômica do Campinho os distinguem especialmente das outras comunidades tradicionais. Fundada e organizada em uma ordem matriarcal, as mulheres deste quilombo merecem mais estudos sobre seu poder de influência na organização da comunidade.

A principal semelhança que atravessa as comunidades tradicionais na região é a pressão que sofrem para migrar do seu território, ao lado da degradação do ecossistema que dependem para viver. O processo de desenvolvimento que chega com as grandes obras, e mesmo com o turismo, não cumpriu as promessas de melhorias nas condições de vida dos povos locais, e ainda lhes tirou os próprios meios de subsistência.

A apropriação dos territórios é fruto da expansão capitalista que, desde a revolução industrial, expulsa os camponeses, cerca os campos e domina a terra. Na dinâmica contemporânea é um processo de especulação imobiliária, aliada à pressão dos órgãos ambientais, que promovem a expulsão gradual dos moradores, depois privatizam a natureza e a transformam em espaço de lazer, para os que podem pagar por ele.

No cenário cada vez mais indisfarçável da crise do paradigma capitalista no uso da terra, as comunidades tradicionais estão ampliando sua visibilidade nos espaços públicos, locais e globais, e pautando o debate ambiental. A crítica dos povos tradicionais de Paraty à degradação da natureza e aos problemas da cidade ressoa fortemente nas reuniões locais, especialmente nos Conselhos de Meio Ambiente, pois conhecem, efetivamente, o que resta da Mata Atlântica.

As três culturas, que compõem 24 comunidades em Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis, somam aproximadamente 5 mil pessoas, são minorias que sofrem uma dupla exclusão, primeiro pela sua diferença cultural e depois pela desigualdade social. Inicialmente são posicionados como cidadãos de segunda classe, na hierarquia da cultura dominante que chega da cidade, para em seguida justificar a sua posição no subemprego, com extensas horas de trabalho e baixa remuneração.

Quando não têm mais a subsistência garantida na terra e começam a depender do mercado de trabalho, vivenciam uma profunda marginalização cultural e econômica, que se reproduz com a falta de acesso aos espaços políticos, onde são tomadas as decisões.

Superar a exclusão e a dependência, em nível coletivo, não é trabalho para poucos nem para o curto prazo, mas pequenas revoluções estão acontecendo. Aos problemas culturais e econômicos que vivenciam em Paraty, os povos tradicionais hoje buscam uma solução também cultural-e-econômica, em fontes de renda a partir do seu território, revalorizando o saber e as práticas tradicionais. No campo político, estão cada vez mais articulados em nível local e ocupando espaços na política nacional, além de estarem conectados com outros povos que passam por problemas semelhantes em todo o Brasil.

Apesar da oportunidade política inédita para se repensar o modelo de desenvolvimento e fomentar experiências alternativas, todo este processo se dá num tempo muito mais lento que o da privatização dos territórios, o que aprofunda as tensões sociais.

Para clarear as encruzilhadas do desenvolvimento em Paraty, especialmente nas áreas protegidas, onde vivem os povos tradicionais, é que pretendo contribuir com esta pesquisa. Nos próximos capítulos apresento as três dimensões do desenvolvimento que utilizei na elaboração do trabalho: A Questão Ambiental, no capítulo 3; Os Povos Tradicionais, no capítulo 4; e O Mercado de Turismo, no capítulo 5. Cada capítulo traz uma análise das respectivas políticas públicas e sua interação com a realidade local.

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO AMBIENTAL

3.1 Breve histórico da proteção ambiental

A história da preservação da natureza e da legislação ambiental que a acompanhou já foi amplamente documentada²⁹. Uma conclusão importante que os autores extraem da análise histórica é que a preocupação com a natureza se deu lado a lado com o desenvolvimento urbano e industrial. O progresso gerava necessariamente problemas ambientais, que motivou como resposta, de alguns grupos da sociedade, a proposta de criação de áreas protegidas da expansão do desenvolvimento.

Desde o século XVIII, na Inglaterra, existiram movimentos ambientalistas e políticas para resguardar a natureza da revolução industrial. Nos Estados Unidos, esse processo se iniciou no século XIX, e tem como referência a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, um marco na legislação ambiental ao definir as fronteiras de uma natureza protegida e a remoção dos povos indígenas que lá viviam. Esta visão, dos preservacionistas, caracteriza a corrente dominante no movimento de proteção ambiental.

Em outra perspectiva, os conservacionistas defendem que as sociedades humanas são capazes de viver respeitando os limites naturais. Nesta visão, as culturas pré-capitalistas não são atrasadas, mas têm outra relação com a natureza e por isso o direito de permanecer nos seus territórios, usufruir dos seus recursos e até mesmo nos servir de inspiração. Este foi o movimento de proteção aos *indigenous people*, também nos Estados Unidos. O principal argumento em sua defesa é a forma de vida simples, a reverência à natureza e a sua sabedoria ancestral.

Com menos romantismo, novos movimentos socioambientais defendem o uso racional dos recursos da natureza e uma economia de baixo impacto, com o direito à melhoria na renda e nas condições de vida dos moradores. Esses movimentos

²⁹ Ver o livro de Héctor Ricardo Leis, *a Modernidade Insustentável: críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea* (Rio de Janeiro: Vozes, 1999). Sobre os conflitos históricos com os povos tradicionais ver a ampla pesquisa de Antônio Carlos Diegues em *O mito moderno da natureza intocada* (São Paulo: Hucitec, 2004). E sobre o impacto ambiental da colonização brasileira, ver a pesquisa histórica de José Augusto Pádua, *Um Sopro de Destruição* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004).

descendem do pensamento conservacionista, e também de alguns grupos que eram preservacionistas, como o Greenpeace e a World Wild Foundation.

O movimento ambientalista no Brasil teve uma trajetória distinta, pois à diferença dos países industrializados, o país foi uma colônia de exploração, administrado por aventureiros que buscavam o máximo de lucro no mais curto prazo, sem qualquer pretensão de criar uma sociedade moderna, sob os moldes da metrópole. No Brasil, a crítica ambientalista esteve relacionada à exploração voraz dos recursos naturais e à monocultura latifundiária, destinados à indústria européia.

Pádua (2004) apresenta um relato exemplar de um documento da crítica ambientalista no Brasil em 1799

Já é tempo de se atentar nestas preciosas matas, nestas amenas selvas que o cultivador do Brasil, com o machado em uma mão e o tição em outra, ameaça-as de total incêndio e desolação. Uma agricultura bárbara, ao mesmo tempo muito dispendiosa, tem sido a causa deste abrasamento.

O agricultor olha ao redor de si para duas ou mais léguas de matas como para um nada, e ainda não tem bem reduzido a cinzas já estende ao longe a vista para levar a destruição a outras partes. Não conserva apego nem amor ao território que cultivava, pois conhece mui bem que ele talvez não chegará a seus filhos

Pádua, 2004: 93

A idéia de criar áreas protegidas no Brasil vai aparecer nas décadas de 70 e 80 do século XX, justamente no período desenvolvimentista, que deu início à industrialização acelerada do país. No período da ditadura militar, os parques nacionais foram criados por decretos, sem a participação de seus moradores (Diegues, 1994). Apesar da lei prever um processo de indenização e reassentamento das famílias, na prática a remoção se deu sob as mais variadas formas de violência, da manipulação dos advogados à remoção pela polícia. Na sua forma atual, a expulsão acontece através de uma violência “branca”, como conceitua Vianna (2008), que estrangula gradualmente os moradores, com proibições à caça, à agricultura, ao extrativismo e à construção de casas, com o objetivo de inviabilizar a vida nesses territórios, produzindo a remoção sem confronto nem pagamento.

Se na perspectiva social, o modelo de implantação das áreas protegidas no Brasil foi autoritário e excludente, na perspectiva ambiental sequer conseguiu garantir a proteção aos ecossistemas. Ao contrário, pela insuficiência de financiamento e fiscalização, as áreas protegidas sofreram uma sobre-exploração dos recursos naturais. Sem condições de manter seu modo de vida e sem inserção no mercado de trabalho, moradores tradicionais que conheciam o território, iniciaram uma exploração predatória dos recursos naturais, na luta pela sobrevivência. No caso de Paraty, o extração ilegal do palmito, o tráfico de animais e a pesca predatória foram sinais deste processo. Todos eles apenas a ponta de uma complexa cadeia produtiva.

A partir da década de 80 com o movimento dos seringueiros da Amazônia, sob a liderança de Chico Mendes, emerge um debate em nível mundial sobre o reconhecimento e a legitimação das comunidades tradicionais nas áreas protegidas, que vai influenciar decisivamente na reflexão sobre o desenvolvimento sustentável. Assim como os seringueiros, outras comunidades tradicionais vão se apropriar do discurso ambiental para reivindicar direitos sobre a terra e o seu uso, em crítica ao desenvolvimento industrial.

3.2 A influência dos seringueiros

Os seringueiros são povos da floresta que trabalham na extração da borracha na Amazônia a partir de uma técnica sustentável. Nas décadas de 70 e 80, Chico Mendes se tornou a principal liderança do movimento dos trabalhadores rurais na região. Foi ao mesmo tempo seringueiro, sindicalista e ativista ambiental e uma referência no debate sobre o desenvolvimento sustentável que se iniciava.

Chico Mendes organizava uma resistência pacífica com seus companheiros e famílias, que se enfileiravam à frente das árvores, diante de jagunços com moto-serras. Defendia que é plenamente conciliável a preservação da floresta e a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais, sendo pioneiro na teoria e na prática do uso sustentável da natureza. No debate sobre o desenvolvimento, o movimento dos seringueiros deu visibilidade a um outro modo de vida, ao defender a cultura na floresta e as tecnologias tradicionais.



Chico Mendes extraindo látex, símbolo de uso sustentável da floresta

O conflito entre fazendeiros e seringueiros levou ao assassinato de Chico Mendes em 1988 e os mandantes não foram condenados até hoje. Mas a sua herança influenciou na criação das Reservas Extrativistas, áreas protegidas que garantem a permanência de seus moradores, a permissão para o extrativismo, melhores condições de venda dos produtos e segurança contra os grileiros. Outra herança foi uma das companheiras de movimento de Chico Mendes, Marina Silva, senadora, ministra e candidata a presidente em 2010. Uma das suas principais bandeiras políticas era a defesa dos povos tradicionais.



Marina Silva, ascensão política baseada na abordagem socioambiental do desenvolvimento.

3.3 Terra indígena e terra quilombola

As leis indígena e quilombola também foram uma inspiração para as outras comunidades tradicionais. Seus territórios são reconhecidos com direito à titulação de propriedade coletiva e possuem instituições no Estado, a Fundação Nacional do Índio e a Fundação Palmares. Mas o avanço no campo do direito e das instituições não evitaram inúmeras injustiças na prática.

Segundo Vianna (2008), a grande parte das etnias indígenas que viviam no Brasil tinha uma cultura nômade. Essa movimentação sobre o território tem a ver com os ciclos da natureza e com a memória dos seus ancestrais. Vianna (2004) demonstra que a movimentação das comunidades indígenas não foi respeitada, nem pela legislação ambiental, nem indigenista, porque a demarcação dos seus territórios, se tentou protegê-los dos especuladores, os fixou no território, obrigando uma mudança nas práticas econômicas, culturais e espirituais. Neste processo cresceu sua dependência em relação à FUNAI, que vem distribuindo bolsa-família às aldeias.

A demarcação dos territórios quilombolas teve um histórico diferente, porque a idéia de quilombos vem da luta pela terra e pela liberdade desde o século XIX. Primeiro, a Lei de Terras de 1850, que legitimou o padrão fundiário colonial dentro do novo regime capitalista, evitando a distribuição de terras no sistema de posses. Com essa lei, uma pessoa só teria direito à terra por meio da compra, mais um golpe aos despossuídos. Depois veio a mutilação da lei abolicionista de Joaquim Nabuco de 1888, que vinculava a libertação dos escravos à reforma agrária. A lei argumentava que se o ex-escravo não tivesse acesso à terra, teria que retornar aos antigos senhores ou migrar para as cidades. A proposta de lei de Joaquim Nabuco foi aprovada pela metade, com a abolição da escravidão sem a reforma agrária. Para os ex-escravos que foram para as cidades restou a condição subalterna dos serviços domésticos. Outros foram para as florestas e formaram comunidades rurais, já foram chamados de fugitivos, posseiros e hoje quilombolas.

Atualmente, os conflitos na demarcação de terras quilombolas também estão relacionados à caracterização destes povos, uma vez que o Estado exige um laudo antropológico que verifique sua autenticidade. Ironicamente, a cor que justificou a escravidão no passado não vale hoje como evidência.

Os povos indígenas e quilombolas, que conquistaram direitos diferenciados, como a demarcação do seu território, são inspiração para as outras comunidades

tradicionais que, ao lado do reconhecimento, reivindicam também cidadania, com o acesso à saúde, à educação e à justiça. Mas o primeiro passo dessa longa estrada é a garantia do território.

3.4 Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Somente no ano 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), se planeja uma política mais adequada à realidade brasileira, com a criação de áreas protegidas que garantem a permanência dos seus moradores.

O SNUC foi definido na Lei 9.985 de 2000³⁰ pelo então Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho - descendente da maior oligarquia do Maranhão - no governo de Fernando Henrique Cardoso, período de consolidação das políticas neoliberais no Brasil. Basicamente, a lei tem o objetivo de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC).

O Art 2º do SNUC define os termos utilizados na Lei. Três nos interessam especialmente: unidade de conservação, uso sustentável e populações tradicionais.

I - A Unidade de Conservação (UC) é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Na definição da UC inexistente referência aos seus habitantes. Será nos tipos de unidades de conservação contempladas no SNUC que eles aparecem. Existem as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável, a primeira proíbe a permanência humana, apenas o uso indireto, como as pesquisas científicas. A segunda aceita a permanência dos seus habitantes, subordinada às regras da sustentabilidade. Na definição dos termos:

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

³⁰ Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm

XI - uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

O conceito de uso sustentável mostra o avanço da visão socioambiental dentro do SNUC. No entanto, a definição de populações tradicionais foi simplesmente vetada. A seguir, a definição proposta e as razões do veto³¹.

Inciso XV do art. 2º

XV - população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Razões do veto

O conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil.

De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuamente em um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional, para os fins do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios, assim como o número de gerações não deve ser considerado para definir se a população é tradicional ou não, haja vista não trazer consigo, necessariamente, a noção de tempo de permanência em determinado local, caso contrário, o conceito de populações tradicionais se ampliaria de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais.

Este veto é uma síntese do conservadorismo social das políticas ambientais, da visão dominante e excludente das populações rurais e dos conflitos históricos pela terra no Brasil.

³¹ Também disponível em *link* no referido artigo de lei.

Do ponto de vista da política ambiental, simplesmente ficou fora do SNUC a definição de populações tradicionais. Isso significa também que não se definiu quem são as pessoas com direito ao uso sustentável da natureza.

O Art. 14º. descreve o Grupo das Unidades de Uso Sustentável:

- I. Área de Proteção Ambiental;
- II. Área de Relevante Interesse Ecológico;
- III. Floresta Nacional;
- IV. Reserva Extrativista;
- V. Reserva de Fauna;
- VI. Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- VII. Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Segue a descrição de cada uma e, em ressalva, as formas de presença humana nesses territórios.

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, *disciplinar o processo de ocupação* e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais

Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo *manter os ecossistemas naturais* de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o *uso múltiplo sustentável* dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos *proteger os meios de vida e a cultura dessas populações*, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 19. A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o *manejo econômico sustentável de recursos faunísticos*.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em *sistemas sustentáveis de*

exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Art. 21. A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de *conservar a diversidade biológica*.

De forma geral, as categorias de uso sustentável ainda trazem uma forte herança da caracterização biológica dos territórios e privilegiam o acesso aos grupos vinculados à pesquisa científica e aos negócios sustentáveis.

O reconhecimento da presença de comunidades tradicionais é explícito apenas nas Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), também as únicas que têm Conselhos Deliberativos.

No detalhamento das categorias, foi vetada a extração de recursos naturais na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Segue as razões do veto:

Permitir a extração de recursos naturais em Reservas Particulares do Patrimônio Natural desvirtua completamente os objetivos dessa unidade de conservação, como, também, dos propósitos do seu instituidor. Tal permissão alcançaria a extração de minérios em área isenta de ITR e, certamente, o titular da extração estaria amparado pelo benefício.

O veto representou uma interdição direta às empresas mineradoras e uma subordinação dos interesses econômicos aos da preservação ambiental, mostrando o poder crescente dos ambientalistas dentro do Estado e o constrangimento que a questão ambiental está impondo ao desenvolvimento dominante.

Entre as categorias de uso sustentável, a RESEX e a RDS são as que mais se aproximam da abordagem socioambiental. De acordo com a lei, o objetivo básico da RDS é “preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações”.

Sobre as atividades desenvolvidas na RDS

I - é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

II - é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento;

III - deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

IV - é admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

§ 6º O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável definirá as zonas de proteção integral, de uso sustentável e de amortecimento e corredores ecológicos, e será aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade.

Apesar do avanço significativo no reconhecimento dos direitos dos moradores, assim como na instituição de um espaço democrático, a categoria RDS ainda sofre de indefinições sobre os meios e os fins do desenvolvimento que propõe. Em 2006 foi elaborado criterioso trabalho pela WWF-Brasil³² com proposta de regulamentação das RDS. O trabalho foi solicitado pelo Ministério do Meio Ambiente, na gestão de Marina Silva. Além dos documentos legais, a proposta se baseou em três casos de referência, as RDS de Mamirauá (AM), Rio Iratapuru (AP) e Ponta do Tubarão (RN). O estudo tratou diretamente de temas polêmicos e indefinidos pela lei, como a questão fundiária, o tipo de propriedade e as formas de economia.

De acordo com as análises do trabalho, as RDS foram criadas pelos órgãos ambientais com a finalidade de constranger a expansão agropecuária, principalmente na Amazônia. Já que o Estado não tem recursos para desapropriar e indenizar os fazendeiros, a RDS seria uma forma de regular suas atividades. Como explicita o relatório, “são proprietários que não residem na região, são alheios aos interesses das comunidades locais, não participam dos processo de consultas públicas além de não

³² ONG internacional vinculada à preservação da biodiversidade e que vem se aprimorando na abordagem socioambiental. Ver site www.wwf.org.br

concordarem com ingerências em seus negócios”. No entanto, sem a indenização nem fiscalização do poder público, os latifúndios permanecem e ignoram os constrangimentos impostos pela lei.

Do lado dos agentes do Estado, o estudo identificou a dificuldade em se democratizar as decisões sobre a política ambiental, tanto na criação das unidades quanto na sua gestão pelo Conselho. O estudo constatou que, na prática

a consulta pública se restringe a uma ou duas audiências formais, nas quais os atores locais são meramente informados, em linguagem técnica, sobre a necessidade de conservação de uma determinada área. Sua falta de reação, por não estarem suficientemente preparados para um debate técnico, é geralmente considerada consentimento.

A proposta da WWF também aceita a propriedade particular no interior da RDS desde que tenham atividades de baixo impacto ambiental. De acordo com o SNUC, as populações residentes em uma RDS devem ter sua existência baseada “em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais”. A proposta da WWF atribui maior importância às características econômicas de baixo impacto ambiental do que à sua tradição, como o turismo, os sistemas agroflorestais, a aquicultura de pequeno porte e a pecuária extensiva em fundo de pasto. Esta abordagem livra as comunidades dos limites das práticas tradicionais e de uma economia de subsistência.

A diretriz da WWF para a gestão das atividades econômicas na RDS sugere que

até a elaboração de seu plano de manejo devem se restringir àquelas já desenvolvidas historicamente pelas populações locais, cabendo, entretanto, esforços para seu aprimoramento, no que diz respeito à sustentabilidade ambiental, aumento da produtividade, agregação de valor às mercadorias produzidas e levantamento de formas mais rentáveis de comercialização da produção e de prestação de serviços. As novas alternativas econômicas deverão ser geridas diretamente pelas famílias ou organizações locais, as quais deverão ser suas principais beneficiárias.

Como resultado, o estudo propõe que a população de uma RDS tenha as seguintes características

1. residência na área demarcada;
2. conhecimento prático dos ecossistemas locais;
3. dependência dos recursos naturais para sua reprodução social e cultural;
4. utilização de técnicas e práticas de exploração do meio de baixo impacto.

Afirma ainda que o cumprimento dos objetivos da unidade só terá êxito “se a gama de interesses da população residente se fizer representar no Conselho”. Sugere que os órgãos executores do SNUC, junto às associações locais, tem a responsabilidade de promover o apoio à população residente para se organizar e defender seus interesses.

Um retrocesso apontado no estudo foi a substituição dos Planos de Utilização, que continham normas práticas para a extração dos recursos naturais, como nas RESEX, pelo Plano de Manejo, de teor científico, com infinitas descrições biofísicas e sem incluir o conhecimento tradicional.

O estudo também identifica a falta de acesso aos serviços de saúde, saneamento, energia, educação, transporte e coleta de lixo, de responsabilidade do governo municipal. E confirma o caso bem sucedido da RDS de Mamirauá, referência para outras unidades de uso sustentável, cujas conquistas dependeram de financiamentos contínuos e significativos do governo federal e agências internacionais.

A WWF sugere estudos preliminares à criação da RDS considerando a análise da biodiversidade associada à realidade social do território e propõe o seguinte roteiro

1. levantamento de informações socioambientais disponíveis sobre a área;
2. Identificação de áreas significativas de diversidade biológica;
3. Levantamento, em campo, das principais características biofísicas da área;
4. Identificação, em campo, dos diversos segmentos sociais envolvidos com a área a ser protegida;
5. Identificação do estado dos ecossistemas abrangidos e avaliação da possibilidade de recuperação de áreas degradadas;
6. Sistematização e análise do tipo de ocupação da área, priorizando as características sociais, culturais e econômicas das famílias residentes e o mapeamento dos locais de moradia, de uso comum e de extração dos recursos;
7. Levantamento do contingente de não moradores usuários dos recursos naturais;
8. Levantamento da situação fundiária;
9. Levantamento das formas de organização social e produtiva;
10. Levantamento das estruturas e serviços públicos à disposição das comunidades;

11. Avaliação do interesse dos moradores em conservar o local de acordo com as regras da RDS;
12. Avaliação preliminar sobre o potencial de sustentabilidade econômica e ambiental das atividades da área;
13. Identificação de outros segmentos regionais que influenciam o território de proteção, como fazendeiros e indústrias;
14. Identificação de concorrências de usos e conflitos de interesse entre os segmentos.

Esta proposta provoca uma mudança significativa na visão sobre os territórios protegidos, enfrentando de forma mais aberta os conflitos sociais, ao invés de colocá-los para debaixo do tapete, como no SNUC. A gestão das unidades de conservação, sob a abordagem da ciência biológica, não é capaz de apreender a dinâmica social e suas relações de poder e dessa forma reproduz a desigualdade no uso da terra. Por outro lado, os povos tradicionais estão reagindo e ampliando seus direitos, articulados à corrente socioambiental dentro do Estado.

Durante a minha pesquisa de campo, de 2007 a 2009, houve uma mudança institucional importante na execução da política ambiental brasileira com a divisão do IBAMA. A parte das funções que cabe ao licenciamento ambiental permaneceu no IBAMA e a parte que cabe à preservação da natureza foi para o ICMBio. Na contramão das inovações na gestão pública³³, o Governo Federal separa as agendas verde e marrom³⁴, ironicamente em nome de Chico Mendes, a mais expressiva liderança socioambiental brasileira.

Claramente subordinado às políticas desenvolvimentistas do governo, o IBAMA assumiu o papel de viabilizar e legitimar os danos ambientais de mega-empresendimentos através das compensações ambientais. Esta é a forma das empresas pagarem pelo direito de poluir e assim conservarem o padrão de desenvolvimento dominante.

De outro lado, as unidades de conservação, de responsabilidade do ICMBio, vão representar um constrangimento à lógica capitalista, no sentido em que impedem o avanço do desenvolvimento urbano e industrial. Na política ambiental do ICMBio concorrem os grupos preservacionista e conservacionista, com clara dominação da

³³ Por exemplo, como fez o Governo do Estado do Rio de Janeiro na criação do INEA, que uniu SERLA, FEEMA e IEF.

³⁴ Basicamente, a agenda marrom é responsável pelo controle da poluição e a agenda verde, da preservação da natureza.

primeira, que privilegia as unidades de proteção integral e a remoção dos seus moradores. No entanto, a pressão dos povos tradicionais e seu crescente reconhecimento na conservação ambiental, tem levado os chefes dos órgãos ambientais a aceitarem a permanência e mesmo a parceria com esses povos.

Para compreender a atuação do ICMBio em Paraty realizei uma entrevista com o chefe do órgão, Eduardo Godoy, com ênfase na sua percepção do desenvolvimento, nas condições de trabalho, os conflitos ambientais e a participação democrática. Segue alguns trechos da entrevista.

3.5 O ICMBio em Paraty, preservar para desenvolver

Qual é a política do ICMBio para as comunidades tradicionais que vivem nas áreas protegidas?

Eduardo: De uma maneira geral tem duas visões. Tem uma visão mais ultrapassada, de que as unidades de conservação, principalmente as de proteção integral seriam espaços só pra natureza. Na década de 80, no caso do Brasil, foram criadas UCs com esse modelo, de proteção integral. Mas muitas dessas unidades foram criadas em territórios já ocupados por populações tradicionais. Então, as comunidades reclamam bastante, e com razão, das restrições estabelecidas.

Por isso a gente está numa nova fase de criação de unidades de conservação, onde se evita criar unidades de proteção integral em áreas que tenham alguma ocupação.

Agora, eu acho que a categoria proteção integral é válida, sim; é uma estratégia de conservação comprovada cientificamente. É uma situação complicada para as pessoas que tem seus direitos restringidos, mas a gente tem que olhar para a Mata Atlântica, cada vez mais ameaçada, de importância mundial, patrimônio da Humanidade. Esses espaços naturais estão cada vez mais escassos, e a restrição de uma comunidade tradicional se justifica pelo fato dessa natureza estar sendo ameaçada.

A mesma coisa quando vai passar uma estrada, e aí tem que desapropriar, o pessoal reclama: “Ah, mas eu moro aqui não sei quantos anos”. Mas é desapropriado porque tem um interesse maior, coletivo, de uma região, de um desenvolvimento. No caso de conservação da natureza, o pessoal é prejudicado por um bem maior, a cidade inteira está se beneficiando.

A outra visão que atualmente se coloca é que as comunidades tradicionais ajudam a proteger a unidade de conservação; aliás, várias áreas protegidas estão em bom estado de conservação porque existia uma comunidade tradicional, que segurou um *resort*, que não deixou a especulação imobiliária avançar. Aqui, no litoral de São Paulo, Rio de Janeiro, é muito comum isso... em alguns lugares onde havia uma união da comunidade, conseguiram segurar a especulação imobiliária; em outros não, lotearam, venderam.

E porque estão loteando e vendendo?

Eduardo: as pessoas já estão perdendo os seus valores tradicionais, vendem as suas posses até mais de uma vez; é muito difícil controlar isso; eles falam que vão construir pra eles, mas estão construindo pro cara de São Paulo; enfim, aí a gente tenta amarrar daqui, amarrar dali, mas daqui a pouco aquela mancha vai crescendo. Existe uma dificuldade maior de controlar isso, e requer dos órgãos ambientais uma estrutura, pessoal, muito mais do que a gente tem.

Aqui, você tem uma diferença muito grande, representantes das principais empresas do país têm casas aqui, em Paraty. Então, com esse grupo é difícil trabalhar, no sentido que eles têm dinheiro pra contratar advogados; muitas vezes eles são punidos, multados e a gente não consegue avançar, porque vira uma batalha judicial. E muitas vezes a gente não tem a mesma competência, nós temos um setor jurídico que é mais lento, que trata de toda a instituição. Nesse ponto, é bem desigual. A comunidade tradicional não tem condição de contratar um advogado, então é mais um processo de multa... tende a andar mais rápido. Mas temos cautela, tivemos certas intervenções atrapalhadas aqui no passado, onde se penalizou muito as comunidades tradicionais, e outras pessoas fizeram a mesma coisa e não foram punidas.

E como o Conselho está atuando - ou não - na gestão da APA?

Eduardo: O Conselho está atuante, e foi reestruturado, deve estar saindo a portaria que formaliza o novo Conselho. Vejo como um espaço fundamental de controle social, de discussão, de divisão de responsabilidades. Existem muitas vantagens, a principal delas é dividir responsabilidades, formar parcerias, criar atalhos pra conversar com alguns setores. O lado negativo é a defesa de interesses pessoais. Um dos pré-requisitos do conselheiro é ajudar

na gestão da unidade de conservação e defender os interesses coletivos e as pessoas não estão preparadas, precisam ser capacitadas, não entendem tudo isso.

Hoje em dia, a gente não tem muita escolha. Praticamente, toda legislação relacionada à unidade de conservação amarra, o nosso plano de manejo amarra, várias decisões tem que passar pelo Conselho. A gente não tem como fugir.

O ICMBio em Paraty tem basicamente uma equipe de quatro pessoas, com salário médio de dois mil reais e um orçamento para despesas gerais de quinze mil reais por ano. Devido aos poucos recursos, a execução da política ambiental do ICMBio está acontecendo através de “operações”, com efeitos visuais, helicópteros, apreensões, que duram uma semana. A política é cada vez mais reduzida à lógica de projetos, com poucos resultados mas garantido efeito de mídia. Na visão de Eduardo Godoy, chefe do ICMBio em Paraty, “há um evidente descaso do governo atual, assim como de todos os outros, com o meio ambiente”. De orientação desenvolvimentista, o governo enxerga a preservação ambiental como um obstáculo ao crescimento e estrangula a sua implementação com um orçamento insignificante.

Constrangidos na capacidade de ação, os órgãos ambientais começam a atribuir outro sentido às comunidades tradicionais, de adversários se tornam parceiros, que podem ajudar a proteger a unidade de conservação. No entanto, a *utilidade* das comunidades na conservação da natureza, sem lhes garantir melhorias de vida e mesmo a proteção social, continua a forçar a migração e a sobre-exploração dos recursos.

O comércio de terras é tratado como negociação de âmbito privado, fora da alçada do órgão ambiental e assim as estratégias da especulação imobiliária ficam invisíveis. Especializados nas ciências da natureza, os gestores das UC's não consideram a diferença de poder e de informação, entre o pescador e o paulista e se percebem impotentes diante da especulação. Tudo isso é agravado com a rotatividade dos chefes do ICMBio, que impede o seu aprendizado sobre a dinâmica do mercado na região.

O conflito ambiental de hoje é um conflito histórico sobre a posse e o uso da terra no Brasil. E historicamente a estratégia dos mais ricos é criar leis que os beneficiem e quando isso não ocorre, garantem seus interesses através de redes de favorecimento pessoal. Em depoimentos informais, antigos chefes do ICMBio em

Paraty contam situações em que foram embargar obras nos condomínios e o autuado apresentava a licença para a construção vinda do mesmo órgão, de Brasília. E eles sequer eram informados sobre a autorização. O chefe do ICMBio reconheceu abertamente que as classes altas, apesar do acesso à informação, educação e cultura não aceitam de forma alguma as restrições ambientais aos seus empreendimentos.

Ao exercerem a repressão sobre os mais pobres não significa que o fazem em defesa dos ricos, mas porque são impotentes frente ao poder econômico e político dominante hoje no Brasil. Com relação às grandes obras planejadas para a região no setor de energia, que tem um brutal impacto ambiental, como Angra 3 e o Pré-Sal, os órgãos ambientais e movimentos sociais são absolutamente atropelados pelo autoritarismo do governo federal e das estatais envolvidas, como o caso das audiências públicas para a construção da usina nuclear, forjadas pela Eletronuclear para aprovar o projeto e inúmeras vezes suspensas pelo Ministério Público. Mesmo com a total rejeição dos moradores locais, da sociedade nacional, e mesmo internacional, à Angra 3, depois da catástrofe nuclear no Japão, a usina está sendo construída.

Apesar de profunda desigualdade de poder entre os diferentes grupos que hoje disputam este pequeno território da Mata Atlântica, uma tímida mas importante mudança nas decisões da política ambiental vem acontecendo, nas experiências de democracia direta. Além de audiências públicas, participei de reuniões do Conselho da APA Cairuçu, que sempre são interrompidas por desavenças internas. No entanto, quando retomadas, há uma participação relevante dos diferentes grupos de interesse. Apesar de ser claramente improdutivo na execução da política é um espaço único de encontro, cara-a-cara, de pescadores, artistas, estudantes, pequenos e grandes empresários, formando uma arena de reconhecimento direto dos interesses e posições dos atores na região. Certamente as pressões do grande empresariado sobre os órgãos ambientais ainda se dá longe da esfera pública, mas agora é obrigado a ver e ser visto por outros grupos de pressão³⁵. Mais além disso, ainda se tem o aprendizado do diálogo e dos temas em conflito, a partir da ação comunicativa³⁶.

Nas reuniões em que participei, a “divisão de tarefas” sempre predominou sobre o debate aberto. Em parte, isso se deve às precárias condições de trabalho nos órgãos

³⁵ Para compreender os desafios à democracia participativa através dos Conselhos, ver Vera Telles, em *Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos*. Departamento de Sociologia, USP, 2000. Mimeo.

³⁶ A idéia de uma racionalidade comunicativa como base da democracia participativa é discutida por Jürgen Habermas, em *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. (São Paulo: Martins Fontes, 2004).

ambientais, forçados a delegar para a sociedade a sua função, mas também se deve ao despreparo dos gestores em lidar com os conflitos. Ao criticar as pessoas por defenderem seus interesses individuais, seja um *resort* ou uma casa de taipa, o gestor do órgão deixa de debater a justiça dessas reivindicações. Para as pessoas formadas nas ciências exatas ou biológicas, o conflito de interesses, base da democracia, é visto como um problema, influências políticas que não são objetivas. Não apreendem assim o sentido mesmo da política, que “deve organizar e regular o convívio de diferentes, não de iguais” (Arendt, 2004: 8).

De todos os chefes que passaram pelo ICMBio nos últimos anos, somente um tinha formação em Direito, além da Biologia. Ele compreendia as estratégias dos atores e os conflitos pela terra. Sabia que a maioria das pessoas no Conselho não sabiam ler o Regimento Interno e o Plano de Manejo, mas compreendiam muito bem o que estava acontecendo e ali estavam para conferir o poder de justiça do chefe do órgão.

Por outro lado, o nível de violência que até hoje se pratica em Paraty, como em todo o Brasil, em questões de conflito pela terra, mostra a condição vulnerável a que se expõem os funcionários dos órgãos ambientais que querem fazer cumprir a lei. Chefes e funcionários do ICMBio são constantemente ameaçados, já houve casos de incêndio do seu patrimônio e acabam por ser transferidos.

A política ambiental, no que se refere às UC's, apresenta um movimento contraditório que, de um lado parece bloquear o desenvolvimento capitalista mas por outro o legitima, compensando seus danos ambientais e privatizando o acesso às áreas protegidas.

No cenário atual, as elites políticas e econômicas que dominam governos e empresas, seja em Paraty, seja no Brasil, ainda apresentam uma visão sectária da questão ambiental, manifesta no desenvolvimentismo insustentável e na visão privatista da natureza como espaço de lazer.

Uma saída ideal seria implementar efetivamente unidades de uso sustentável que representam verdadeiros laboratórios para a criação uma economia de baixo impacto e melhoria nas condições de vida dos seus moradores. Isso requer investimento de longo prazo, forte sistema de proteção dos territórios e articulação com outros níveis de governo, especialmente nos serviços municipais, com saúde, educação, assistência e principalmente a regularização fundiária.

O desafio em seguir outros rumos não será definir novas utopias mas exatamente a transição de uma situação à outra, em um cenário com profunda desigualdade de poder entre os grupos que disputam a natureza.

A transição passa necessariamente por mudanças nas relações de poder nos espaços de decisão, que ainda se localizam no Estado. E as pressões por mudanças parecem só aumentar, não apenas pelos movimentos sociais mas também por grupos de dentro da burocracia estatal, formados em grande medida pelas novas gerações. Mesmo o chefe atual do ICMBio, biólogo, concursado, tem uma competência diferenciada dos seus antecessores, com um conhecimento de vanguarda sobre os movimentos socioambientais.

3.6 O Instituto Estadual do Ambiente

No nível estadual, mudanças significativas vem ocorrendo nas instituições que executam a política ambiental. Em 2009, foi criado o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a partir da fusão de três órgãos, a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). O INEA tem um escritório em Paraty e é o responsável pela Reserva Ecológica da Juatinga, principal território de conflitos na região.

Logo após a criação do INEA, em documento interno dirigido aos funcionários, foi divulgada uma entrevista com seu presidente, Luiz Firmino Martins Pereira. Segundo Firmino, a missão do INEA é “proteger, conservar e recuperar o meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro para promover o desenvolvimento sustentável”. Sobre a integração dos órgãos defende que agora “temos menos chance de falhar na nossa missão, deixar de empurrar com a barriga para outro órgão, isso acaba, é tudo INEA”.

A respeito de uma nova cultura organizacional, Firmino argumenta

Atualmente, não há com não passar por um discussão mais ampla do processo produtivo. Vivemos inseridos num modelo de capitalismo, onde se tem a produção de bens, o emprego é a alavanca de tudo e temos que discutir tudo isso. O INEA nasce com essa cabeça ele não vai ficar sentado, esperando que as coisas cheguem até ele, vai provocar discussões amplas sobre os temas mais complexos que existem hoje.

A estruturação do INEA foi feita com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Apesar de um viés cada vez mais neoliberal, o trabalho da Escola Brasileira de Administração Pública da FGV conduziu a um modelo inovador de gestão, com um sistema de valorização do funcionário público, a descentralização das decisões para o nível municipal, a intersectorialidade da política ambiental com outras políticas sociais e a transparência na prestação de contas.

Certamente a mudança institucional não realiza mudança nas relações de poder, mas abre caminho. Segundo Firmino, “somente a FEEMA tinha 140 cargos diferentes, a SERLA e o IEF outros tantos, todos eles ocupados por indicação política”. Com o INEA foi realizado o primeiro concurso público para a área ambiental do Estado do Rio de Janeiro. As unidades do INEA terão autonomia para decidir as questões locais, entre elas as licenças ambientais.

Na articulação com outras políticas públicas, Firmino menciona a necessidade de romper com a visão setorial e influenciar as decisões das outras Secretarias.

Estamos discutindo com a secretaria de Habitação, porque sem resolver o problema de habitação nós não vamos vencer a batalha pela melhoria na qualidade ambiental. Estamos em discussão com as empresas de saneamento, com a CEDAE, com as concessionárias, porque sem entrar pesado na questão do saneamento não vamos mudar a nossa realidade. Estamos discutindo com a Agricultura, porque há conflitos pesados de espólios mal resolvidos no Estado.

A transparência das decisões é uma das mudanças mais inovadoras. Todas as reuniões do Conselho Diretor que deliberam sobre os licenciamentos ambientais são divulgadas no *site* do INEA e vão passar a ser transmitidas *on line*. Também está disponível no *site* todos os processos referentes a cada licenciamento e as respectivas atas de reunião.

No entanto, como diz o presidente Firmino, “são 35 anos de desvios”. SERLA, FEEMA e IEF têm uma história em que se acumulam traços do patrimonialismo, do burocratismo e agora do neoliberalismo. As mudanças ainda são tímidas mas, historicamente, significam uma pequena revolução da questão ambiental dentro do Governo. O presidente do INEA conclui otimista: “a sede própria, os recursos, o

concurso, são provas que demonstram a importância que o Governo do Estado está dando ao setor ambiental”.

Coexistem diferentes grupos de interesse no INEA, os que vem da herança do favorecimento político, os que vem do movimento ambientalista radical e aqueles que trazem a vanguarda do pensamento socioambiental, criando uma arena conflitiva, que é reflexo da disputa que existe hoje na sociedade sobre o uso da natureza. Uma tendência que também podemos observar no órgão é a crescente presença de profissionais das ciências sociais, mas ainda predomina a visão reducionista dos biólogos, mais atentos à fauna e à flora do que às pressões econômicas que incidem sobre os territórios.

No documento oficial do INEA, a respeito da Reserva Ecológica da Juatinga em Paraty, tem-se um único parágrafo que menciona seus moradores

A Reserva Ecológica da Juatinga localiza-se no extremo sul do Estado no Município de Parati, e está inserida na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Primeira unidade de conservação criada com o expresso objetivo de fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando-a com a utilização de seus recursos naturais, de acordo com os preceitos conservacionistas.

Os demais parágrafos tratam da sua biodiversidade

A vegetação natural da região é formada pela floresta Atlântica, com elevada biodiversidade, possuindo aproximadamente 10.000 espécies de plantas, destacando-se a exuberância da mata higrófila, nas encostas e nos vales, a mata de restinga e o manguezal. As vertentes apresentam afloramento rochoso cobertos por flora característica, constituída, principalmente, por Gramíneas, Araceas, Bromeliáceas e Orquidáceas. O estrato arbóreo inferior tem como espécies mais representativas palmeiras como o tucum, o pati, o indaiá, a brejaúva, a pitomba e o palmito doce, largamente explorado. Destacam-se entre as árvores de grande porte, o jacarandá, o cedro, a canela, o louro, a caixeta e o ipê.

O ecossistema de restinga possui vegetação característica onde destacamos: a pitanga, o araçá, a aroeira, o murici, e outras muito apreciadas. A vegetação de mangue é encontrada nas regiões baixas junto ao mar, com seu ecossistema característico, destacando-se o mangue branco, vermelho e preto e a siriúba.

Apesar de inexistirem estudos detalhados sobre a fauna, são facilmente encontrados animais característicos da mata pluvial, tais como a paca, a cotia, o tatu, o porco-do-mato, o tamanduá, felinos de grande porte. Levantamento realizado pelas comunidades tradicionais mostrou a existência de uma vasta e rica fauna marinha, destacando espécies como a garoupa, espada, sardinha, enchova, galo, corvina, marimba, piragica, sororoca, vermelho, carapau, camarão, sargo, bonito, xerelete, olho de boi, cação, tainha, lula, bicudo, robalo e acavala, entre outras.

Foi criada pelo Decreto Estadual n.º 17.981, de 30 de outubro de 1992, com o objetivo de preservar o ecossistema local, composto por remanescentes florestais da Mata Atlântica, restingas, manguezais e costões rochosos.

A detalhada descrição da biodiversidade, a natureza como uma catalogação científica de espécies, assim como a visão cristalizada das comunidades caiçaras, revelam a herança da visão preservacionista dominante nos órgãos ambientais.

Em Paraty, historicamente a atuação do antigo Instituto Estadual de Florestas (IEF) chegou a ser criminosa. A violência extrema aconteceu na Praia Grande da Cajaíba, área de grande interesse comercial, pois possui duas volumosas nascentes de água e quase toda a comunidade já foi removida para Paraty, restando apenas duas famílias. Em 2005, elas recorreram aos advogados da ONG Verde Cidadania para defendê-los no processo de reintegração de posse, iniciado por um dos grileiros da região, Cristiano Tannus Notari. Em 2006, onze policiais, sob ordem do IEF chegaram à Praia Grande e atearam fogo nos ranchos de pesca. O argumento era que estavam sendo modificados e servindo refeições aos turistas, não era mais tradicional. No entanto, na praia vizinha à direita, Itaoca, foi construída uma mansão em cima as pedras sobre o mar. À esquerda, na Praia da Deserta, o novo proprietário ampliou em seis vezes a casa do antigo pescador. Estas casas não foram incendiadas, mas as famílias da Praia Grande também não recuaram. Acionando novamente a Verde Cidadania, os advogados entraram com um processo no Ministério Público Federal contra o IEF e foram vitoriosos. O então procurador André Dias condenou por improbidade administrativa os funcionários envolvidos no incêndio.

As condições do escritório do INEA em Paraty são muito precárias, falta recursos financeiros, materiais e humanos e existe elevada rotatividade na chefia, que sofre aliciamentos e ameaças para expedir licenças ambientais de construção na REJ.

Entrevistei o chefe atual, indicado para o cargo, Rodrigo Rocha, e uma funcionária do primeiro concurso público da instituição, Iliana Salgado. Seguem as suas idéias.

3.7 O INEA em Paraty, continuidades e inovações

Como responsável pela gestão da REJ, que é uma unidade de proteção integral, qual é a política do INEA para as comunidades tradicionais? Você é favorável à política de remoção?

Rodrigo: Eu acho que áreas de agricultura são áreas de agricultura, áreas de conservação da natureza são de conservação da natureza. Com relação à política de remoções, eu sou favorável, desde que haja uma forma de compensar as pessoas por aquilo que elas vão abrir mão em nome do processo de conservação. Acho uma injustiça retirar uma pessoa, realocá-la, e não oferecer para ela condições adequadas.

Porque todo mundo é a favor da preservação ambiental, ricos e pobres, desde que não afete os seus interesses particulares. Quando afetou esses interesses, tanto as pessoas que têm poder aquisitivo, como as que não têm, a conversa muda. Agora, as pessoas que têm poder aquisitivo, têm uma série de recursos, sejam judiciais ou mesmo tecnológicos. Já a parcela mais pobre da população, as pessoas do local mesmo, elas não têm acesso à informação e não têm como pagar um bom advogado.

E como você avalia o comércio de terras na REJ, tem algum controle?

Rodrigo: Eu não vejo como uma coisa boa. É um mercado clandestino... Eu acho que quando uma pessoa vai vender uma área, o posicionamento correto do cartório seria saber em que local se encontra aquela propriedade, se tem alguma restrição de uso, mas nem sempre acontece.

A regularização fundiária é papel do poder público que criou a UC, que deve fazer as desapropriações e promover as indenizações. Mas a Prefeitura não tem as UCs no Plano Diretor para saber se pode ter construção ou não. O cartório devia ter essas informações. E no mercado clandestino há um risco

muito grande de você comprar uma terra sem escritura, de alguém que não tem o direito sobre ela e depois não poder construir.

Quando questionei o conhecimento do INEA sobre o Fórum de Comunidades Tradicionais, o chefe do órgão passou a palavra para a nova funcionária, a primeira concursada em toda a história da instituição em Paraty. Atualmente, também faz parte do INEA um outro pensamento.

Iliana: Eu trabalhei junto com o movimento social na Amazônia, então pra mim é difícil trabalhar dentro do INEA, porque tem essa visão mais pro lado de lá! Por exemplo, eu não concordo que as comunidades tenham que sair; eu acho que foram criadas áreas protegidas sobre territórios que já eram usados. Tem uma visão que diz “não é mais tradicional, estão trabalhando com o turismo, a praia está ficando suja”. Aí falta compreender toda uma situação, na verdade o que falta são os serviços públicos e a fiscalização do poder público.

E o Conselho da REJ, como está funcionando, ou não funciona?

Iliana: Depende muito da linha administrativa que é assumida. Não devia ser assim, mas na verdade as instituições são assim, elas são personificadas na figura do chefe. Mas os Conselhos são uma conquista da democracia e podem se qualificar mais. Temos um exemplo agora na Estação Ecológica de Tamoios, em Angra dos Reis, onde o governador do Estado fez um decreto alterando as regras de ocupação de uma zona da APA para favorecer o proprietário, o Luciano Hulk. E o Conselho se posicionou contra e fez com que o decreto fosse suspenso, ele não está revogado, mas está suspenso. É a prova de que o Conselho tem uma força sim.

Sobre o desenvolvimento da região, que traz a energia, a estrada e o turismo, os representantes do INEA também apresentam distintas visões, que no entanto mais se complementam que divergem.

Rodrigo: O turismo vem crescendo de forma acentuada, seja o turismo de base comunitária ou qualquer outro precisa de um trabalho de ordenamento, de infra-estrutura adequada, pessoas preparadas. A gente tem alguns exemplos bem complicados. Fizemos a contagem das pessoas que foram pra Trindade durante a semana do Ano Novo, 10 mil carros, em média 30 mil

pessoas, sem contar as que vieram de ônibus e vans. Isso significa um volume igual à população de Paraty inteira, visitando um lugar pequeno, em uma semana. Isso é um turismo extremamente desordenado, os carros estacionam em qualquer lugar, todo mundo produz muito lixo, não sei se tem fossa ou estação de tratamento do esgoto. Eu acho que isso acende uma luz de alerta, que algumas medidas precisam ser tomadas, não só pelo poder público, mas também pela própria sociedade, no sentido de se resguardar.

Hoje há expectativa de que a energia chegue a algumas localidades da REJ. No Sono já chegou. Lá a discussão agora é a estrada. E a gente vive essa expectativa com muita preocupação. Entendo que as pessoas tem uma série de dificuldades pra se locomover, pra ir ao médico, pra transportar coisas, mas por outro lado, se o Estado não se preparar e também se as próprias comunidades não definirem os rumos que elas querem, se não trabalharem por uma linha de desenvolvimento, a tendência depois é de degradação, do meio ambiente, dos valores, das famílias.

Iliana: Eu acho que o turismo de base comunitária é uma outra coisa. Eu acho que justamente não é o turismo que acontece na Trindade. O Campinho é um exemplo, ainda tem muitas coisas para melhorar, no envolvimento maior da comunidade, mas eles tem claro: “não é todo mundo que a gente quer e não é todo turista que a gente tem vontade de mostrar a comunidade”. Eu acho que essa reflexão, isso que é o turismo de base comunitária. O projeto do Fórum não é só criar produtos turísticos. O projeto é de formação política, muito relacionado a isso: “que turismo a gente quer?”. Eu participei de toda a construção do projeto, eles fizeram muitas reuniões. Os indígenas não queriam turistas na aldeia. Já os caiçaras, estão nessa de ganhar muito dinheiro, os mais velhos falam: “Eu quero que o Sono vire uma Trindade”, porque acham que a Trindade é legal, porque traz dinheiro, porque tem mais conforto. Já as lideranças jovens pensam diferente.

Por isso eu digo, o turismo vai ser legal quando eles entenderem o que é o turismo de base comunitária. E eu acho que o INEA tem que apoiar esse movimento.

Assim como no pensamento dominante do ICMBIo, o chefe do INEA também defende as áreas de proteção integral, “como uma política complementar ao próprio desenvolvimento, aliás o que vai garantir a sua sustentabilidade”. No entanto, reconhece que as UCs não passam de “Parques de papel”, demarcados na lei, mas desrespeitados

na prática, basicamente porque o governo não tem recursos para pagar as indenizações e fazer a desapropriação dos seus habitantes. Também argumenta que “a visão mais progressista nas unidades é a que mais atrasa a implantação. O braço mais... autoritário, de delimitar a área e multar as pessoas, isso acontece mais rapidamente”.

As principais questões que atravessam a gestão da REJ, em síntese, são a especulação imobiliária e o turismo predatório, sendo ambos os problemas atribuídos às comunidades, na visão do chefe do órgão, o que revela a omissão do INEA no exercício do poder público e da articulação com os outros níveis governamentais responsáveis, principalmente o municipal.

As transações que envolvem a especulação da terra são uma caixa preta e ainda permanecem sob o domínio dos cartórios. Uma das questões mais polêmicas e não resolvidas sobre as UCs é o modelo de propriedade da terra e a regularização fundiária, questões que os órgãos ambientais evitam tratar abertamente e que sinaliza a sua convivência com a migração dos caiçaras para a cidade e a privatização das praias. Já que não conseguem manter a natureza intocada, que seja tocada por poucos.

Um sistema de propriedade privada começa a prevalecer, produzindo uma grande transformação econômica e cultural, aumentando os riscos de uma organização social que não percebe os impactos ambientais que produz (Beck, 2010). O novo papel assumido pelos caiçaras é apenas uma posição na rede que organiza o mercado de terras e dos derivados da floresta, como o mercado de aves silvestres, da madeira de lei, e até mesmo das flores.

Que tipo de desenvolvimento se pode esperar quando tudo tende a se transformar em mercadoria? É esta a questão que o INEA deveria refletir e decidir em conjunto com a sociedade - as interdições ao uso da natureza enquanto mercadoria. A experiência bem sucedida na Ilha Grande, na Praia do Aventureiro, revela como isso é possível em circunstâncias semelhantes às da REJ. Em 2006, a FEEMA impediu a entrada de turistas na Praia do Aventureiro, além de proibir a pesca, a agricultura, o extrativismo, o que sinalizava uma clara investida na expulsão dos seus moradores. Em reação, uma rede de atores governamentais e não-governamentais, ao lado da comunidade, fez uma proposta inovadora, começou a definir limite de visitantes e sua distribuição nos *campings* locais, com base em um sistema informatizado de reservas e controle do fluxo de turistas. Isso só foi possível a partir de uma ação articulada entre profissionais da Prefeitura, FEEMA, ICMBio, UERJ, ONGs e lideranças locais. A força

ou a fragilidade desta rede é que de fato pode influenciar nas possibilidades de futuro do território.

Outra questão sempre polêmica, revelada na entrevista, foi a preocupação com o desenvolvimento nas comunidades, com a chegada da energia e da estrada, o que significa um divisor de águas dentro dos órgãos. Nesta questão, os conservadores tratam o problema mais abertamente, enquanto os outros defendem a infra-estrutura como sinônimo de cidadania, benefícios da modernidade a que todos têm direito.

No entanto, trata-se de um problema de fato e precisa ser discutido não só para as comunidades tradicionais como para toda a sociedade. A base energética e o sistema de transporte são os pilares da insustentabilidade do modelo urbano de organização social, não se trata de condenar os povos ao atraso, mas enfrentar a questão provocada pela idéia de uso sustentável da natureza. Me interessa compreender como as comunidades tradicionais estão respondendo a esta questão. Elas desejam desenvolver? Afinal, o que isso significa para eles?

CAPÍTULO 4

OS POVOS TRADICIONAIS

4.1 Uma identidade em construção

Diante dos conflitos entre as populações e as unidades de conservação e a visibilidade internacional dos povos indígenas, povos da floresta e outros grupos que vivem nas áreas de natureza preservada, a partir da década de 80 se inicia, nos meios ambientalistas e no poder público brasileiro, a discussão sobre a permanência das chamadas “comunidades tradicionais” nos seus territórios.

É necessário uma breve reflexão sobre essas duas palavras, para então estudar as políticas públicas e os movimentos sociais que as sustentam.

Bauman (2003) define a comunidade como “um grupo pequeno que está à vista de todos e todos se conhecem. Oferece todas as atividades e atende a todas necessidades das pessoas que fazem parte dela. A pequena comunidade é um arranjo do berço ao túmulo” (Bauman, 2003:17). A idéia de comunidade passa uma sensação de proteção e confiança, que se perdem nas sociedades modernas. Esta idealização está associada ao mito do bom selvagem, de Rousseau, no qual o ser humano em estado de natureza é dotado de virtudes que são degeneradas nas cidades. No entanto a dependência das pessoas entre si e da natureza, assim como a hierarquia que organiza tais relações certamente estão longe do paraíso.

Outra distinção desses povos em relação às sociedades modernas vem da sua visão de mundo. As comunidades tem na tradição uma de suas referências fundamentais, quando não a principal. As tradições orientam a construção do seu futuro e assim reproduzem o passado, o que não acontece nas sociedades modernas, onde os indivíduos convivem com o desenvolvimento como essência de suas vidas, motivados por uma permanente transformação.

Para os gestores das UCs, comunidades tradicionais são aquelas que tem o conhecimento ecológico³⁷ do bioma e a uma relação de harmonia com a natureza. Esses parâmetros servem de base para selecionarem os grupos que podem permanecer na UC,

³⁷ Também chamado de etnoconhecimento.

em uma visão utilitária dos povos tradicionais, pois aproveitam do seu conhecimento e desconsideram suas necessidades.

A bandeira de comunidades tradicionais também foi levantada por movimentos sociais rurais que lutam pela garantia da terra e pela sua sobrevivência, buscando eficiência produtiva e um comércio justo para seus produtos, com sistemas tecnológicos de baixo impacto ambiental. São grupos com uma economia tradicionalmente baseada no extrativismo, na agricultura familiar e atualmente abraçam o movimento da agroecologia.

Um dos pioneiros no estudo dos povos tradicionais foi o antropólogo Antônio Carlos Diegues (2001), que cita algumas características comuns a esses grupos, como a dependência da natureza, dos seus ciclos e recursos; o sentido de pertencimento e ocupação do território por várias gerações; reduzida acumulação de capital e importância das atividades de subsistência; conhecimento das técnicas de manejo passado oralmente, de geração a geração; tecnologia simples e produção artesanal; relações familiares e de compadrio na execução do trabalho; e importância das simbologias, mitos e rituais

Em função da sua autodeterminação e da visibilidade que vem adquirindo, Diegues (2001) identificou oito tipos de povos tradicionais:

- Babaqueiros: extrativistas que tem como base de subsistência a exploração do babaçu, no norte do Brasil;
- Caboclos: mestiços de índios e negros que vivem em comunidades rurais;
- Caiçaras: mestiços de índios e portugueses, pescadores que vivem em comunidades litorâneas no sudeste e sul;
- Caipiras: comunidades rurais formadas por pessoas que trabalhavam nas grandes fazendas;
- Seringueiros: trabalhadores que extraem o látex das seringueiras para produção de borracha na Amazônia;
- Quebradeiras de coco: mulheres extrativistas que coletam e quebram o coco para produção de óleo e sabonete;
- Quilombolas: comunidades rurais negras, remanescentes de quilombos;
- Ribeirinhos: moram na beira dos rios ou em regiões de várzea, em áreas de floresta que são periodicamente alagadas.

Junto a estes, hoje se agregam os campeiros, jangadeiros, pantaneiros e sertanejos.

As características comuns a esses grupos, assim como a sua diversidade, os distinguem basicamente do povo da cidade, de cultura capitalista, mas ao mesmo tempo mostram que são parte do desenvolvimento desta mesma sociedade. À exceção dos povos indígenas isolados, o que hoje denominamos povos tradicionais são grupos que participaram da formação econômica e social capitalista moderna nos países subdesenvolvidos³⁸.

O Brasil foi marcado por ciclos econômicos e, ao final de cada um os grandes proprietários se transferiam para outras regiões, deixando para trás populações pobres, que se voltavam para uma economia de subsistência³⁹. Segundo Ribeiro (1987), a formação das culturas regionais é fruto do tipo de exploração econômica que existiu em cada região⁴⁰. Assim, além das diferenças culturais, essas comunidades trazem as marcas da desigualdade social. A herança colonial também conformou uma cultura patriarcal e autoritária. O Movimento de Mulheres Contra a Violência no Campo e na Floresta busca apoio nos meios legais modernos para confrontar as desigualdades tradicionais do patriarcado⁴¹.

Para Hall (2006:9), a construção de novas identidades provoca um deslocamento na percepção que esses povos tem de si, o que também altera a sua visão de mundo e pode significar para os grupos oprimidos uma oportunidade de emancipação. “O deslocamento desarticula as identidades estáveis do passado e abre a possibilidade de novas articulações, a produção de novos sujeitos” (Hall, 2006:17).

O conceito de comunidade tradicional, ainda que guarde uma série de indefinições, é uma importante estratégia para esses povos reivindicarem direitos diferenciados na posse e no uso da terra, mas é ainda o primeiro passo de uma longa estrada para os direitos de cidadania, o que vai exigir a sua organização política e um projeto sustentável de desenvolvimento.

³⁸ Para compreender a formação econômica mais recente desses grupos ver Sérgio Leite. “Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro”. (*Estudos Sociedade e Agricultura*, v 13, n 2, 2005).

³⁹ Ver também a relação entre campesinato e povos tradicionais na Dissertação de Mestrado de Lúcia Cavaliere, *A comunidade caiçara na reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga* (Departamento de Geografia, USP, 2003).

⁴⁰ Para aprofundar nesta análise histórica e antropológica ver Berta Ribeiro (coord), *Suma etnológica brasileira* (Petrópolis: Vozes, 1986).

⁴¹ O estudo das relações entre o nível mais cotidiano de dominação e as estruturas de poder da sociedade é analisado por Michel Foucault, em *Microfísica do Poder* (Rio de Janeiro: Graal, 1984).

4.2 A política nacional para os povos tradicionais

Em 2007, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPCT) a partir de uma parceria do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Segundo a definição de povos tradicionais da PN DSPCT, no Art 3º

povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNDSPCT) é responsável pela implementação da política, constituída de representantes de 13 povos: indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, caiçaras, pescadores artesanais, castanheiros, povos dos faxinais, geraiseros e de fundos de pasto. O Ministério do Desenvolvimento Social preside a Comissão e o Ministério do Meio Ambiente é responsável pela Secretaria Executiva.

Dentre os princípios da política, merecem destaque

VI – a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos povos tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

X – a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas;

XI – a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

À diferença do SNUC, que enfatiza a descrição e a proteção da biodiversidade, os objetivos da PN DSPCT enfatizam os direitos das comunidades, entre eles

- I – garantir aos povos tradicionais seus territórios, o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- II – solucionar ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- V – garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade;
- VIII – garantir no sistema público previdenciário a adequação às especificidades dos povos tradicionais;
- IX – criar e implementar, urgentemente, uma política de saúde voltada aos povos tradicionais;
- XVI – apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais;
- XVII – apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos tradicionais, valorizando práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

Uma questão que merece destaque é a reivindicação de direitos sociais como saúde e previdência, ao lado de direitos diferenciados, como na educação e nas formas de representação. A PNDSPT propõe uma importante mudança na relação do Estado com as comunidades, no sentido de ampliar a sua autonomia em definir um modo de vida próprio e ao mesmo tempo inserida na sua rede de proteção social.

A ênfase no pluralismo cultural e a tendência à autodeterminação, que a PNDSPT sinaliza, considera os povos tradicionais como protagonistas do seu desenvolvimento, e este movimento que parte da base, com importantes aliados no governo, mostra uma inédita inclusão política destes grupos.

O movimento dos povos tradicionais abarca diversas regiões brasileiras. No sudeste, Paraty se destaca como celeiro de personalidades do movimento quilombola e cada vez mais caiçara.

Atualmente, a representante nacional dos caiçaras na Comissão é uma importante liderança feminina de Paraty, que iniciou como agente comunitária de saúde

e já foi presidente da Associação de Moradores da Praia do Sono. Uma das principais articuladoras do Fórum de Comunidades Tradicionais, seu aprendizado se deu na experiência do diálogo e do confronto.

4.3 Com a palavra, uma representante caiçara

Como foi a experiência na Associação de Moradores? Qual era a sua proposta?

Leila: O desafio, a dificuldade maior é fazer com que as pessoas entendam o que é melhor pra elas, porque uma comunidade tem várias cabeças diferentes e cada um pensa de um jeito. E vem as pessoas de fora, o turismo, tudo muito voltado pro dinheiro. Mostrar que ser rico é morar no Sono, que sem estrada estamos protegidos, que a gente só precisa da luz dentro de casa, é muito difícil. E também manter a comunidade do jeito que sempre foi, sem desenvolver muito, sem crescer muito, sem tirar areia da praia, porque estraga a praia, sem tirar pedra da cachoeira, que vai estragar o rio.

Qual é a visão dos jovens e dos antigos sobre o desenvolvimento?

Leila: Os mais velhos, eles ainda vivem mais pra terra, do jeito que viviam antes, mas eles querem ver um tipo de progresso antes de morrer: “Ah, uma estrada”. E os mais jovens, apesar de não trabalhar mais a terra, não pescar tanto, eles já acham que não precisam de tanta coisa, estão vendo que dá pra viver do jeito que a gente vive. Os mais velhos tem cuidado com a terra, mas não querem viver mais aquele tempo, porque sofreram muito, passaram dificuldade, às vezes não tinham o que comer. E hoje, facilitou muito e os jovens não tem mais aquela ansiedade: “Será que eu vou ver luz? Será que eu vou ver estrada? Ah, porque a gente vive abandonado”. Os mais novos já estão acostumados a viajar mais e estão vendo como lá está muito mal.

Sobre os conflitos ambientais, quais são os maiores problemas de vocês?

Leila: O órgão ambiental, se ele trabalhasse em conjunto com a comunidade, e direito, como diz a lei, as coisas eram fáceis. Por exemplo, ICMBio e INEA, que são os dois órgãos responsáveis pela REJ, quando a gente recorre a eles, não tem nenhum retorno. Eles não sabem conversar, não explicam como é, quais são as leis, quais são as regras. No final do ano foi um absurdo. O Sono lotado, o INEA tirando foto. Depois eles usam isso

contra a gente, quer dizer, tira foto pra mostrar uma bagunça, sendo que a responsabilidade é deles, porque eles são responsáveis pela gestão da REJ.

E o Fórum de Comunidades Tradicionais, como é articular grupos tão diferentes?

Leila: É, a maior dificuldade é essa, porque, ao mesmo tempo que a gente é muito parecido, a gente é diferente. Mas eu acho que o Fórum foi a melhor coisa que aconteceu, cresceu muito, a gente começou a valorizar mais. Eu acho que foi legal poder discutir os assuntos juntos, buscar recursos juntos. Mais facilitou, porque as diferenças a gente resolve.

E o projeto de Turismo de Base Comunitária?

Leila: Vou te falar, é muito difícil isso pra gente, as pessoas não se dão conta. Quem está mais à frente já percebeu, fazer dar certo é muito difícil, é um projeto muito novo pra gente. O turismo de base comunitária, todo mundo fala, mas não sabe muito bem o que é, a gente vive todo dia o turismo e o turismo de qualquer forma. O projeto é uma coisa ótima, eu acho que vai fortalecer muitas comunidades, uma barreira é fazer isso acontecer. Por enquanto, a gente tem uma bolsa prá trabalhar, e depois? Acabou, já era, e vai um pra cada lado? Eu acho que a gente tem que amarrar mesmo, pra fortalecer a comunidade, capacitar pessoas, que não seja a comunidade inteira, que isso não consegue mesmo.

E já houve situação de alguma comunidade não querer participar?

Leila: Não, mas a gente vê que não vai dar certo, que não tem entrada. Por exemplo, se já é uma comunidade que está pensando só em ganhar dinheiro, tem muita gente de fora, já se misturou muito. A gente trabalha mesmo com pessoas nativas, comunidade tradicional. E aí quando você pega uma comunidade tradicional, que 80% das pessoas são de fora, fica meio difícil. A gente já fez umas três reuniões na Trindade e não conseguiu nem apresentar o projeto inteiro. No Mamangá por exemplo, eles já venderam muito. Aí que eu digo, “no Sono, a gente não vendeu e também trabalha com turismo e dá certo sim. A gente pode fazer”.

E a Comissão dos Povos Tradicionais, qual é a sua visão e como é a sua participação lá?

Leila: Na primeira reunião que eu fui, tinha gente da comunidade e da unidade de conservação, cada um falando a sua posição. E eu fui pra lá crua.

E todo mundo só fala da Amazônia, Amazônia, Amazônia. O cara do ICMBio começou a dizer: “Ah, as pessoas que foram prá esses lugares muito longe, de difícil acesso, da costeira, ou da mata, não sei da onde, eles tem que ser tirados, porque não é lugar prá viver... elas moram numa prisão; não tem esgoto, não tem escola, não tem, não tem...” Aí eu perguntei, você conhece as comunidades de que está falando? Você foi lá e falou com eles? Perguntou a cada um deles se sente numa prisão? Você passa de helicóptero por cima e fala assim: “Aqui tem verde, aqui tem água, vamos preservar”, sem ver quem está lá, quem preservou. Porque, pra mim, prisão é aonde vocês levam as pessoas que vão morar na cidade, lá é prisão, lá nossos filhos estão indo preso. O que vocês tem que fazer não é tirar não, é levar coisas pra comunidade. É levar saneamento, é levar escola.

Com relação ao trabalho do ICMBio e do INEA em Paraty, o que se observa é uma intervenção apenas punitiva, não cumprindo com as funções de informar e orientar sobre as regras na REJ. O abandono e a pressão simultâneos dos órgãos ambientais impulsionaram a organização do Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty. Apesar das diferenças, as comunidades tem fortes motivos para se aliar.

A inclusão política das comunidades se amplia também no acesso aos recursos públicos através de projetos financiados pelo governo federal, como os Pontos de Cultura e agora o projeto de Turismo de Base Comunitária. Hoje o Fórum vincula 24 comunidades, de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis e neste universo há também o grande desafio em definir as fronteiras entre os de fora e os tradicionais.

A Praia do Sono é uma referência na luta pela permanência na terra, até hoje ameaçada por grileiros da família Gibrail. A comunidade foi a primeira a receber eletricidade na REJ, o que significa um salto no acesso a maior conforto e também no reconhecimento da sua posse. Para muitas famílias caiçaras, ir para a cidade hoje é um problema, frente aos riscos que oferece e que não sofrem na sua comunidade. Os jovens passam a atribuir novos significados à natureza em que vivem, onde a antiga idéia de abandono e atraso assume hoje um sentido de proteção e até mesmo um privilégio. Certamente esta não é a percepção de todos, como revela o desejo dos antigos pelo progresso.

A Praia do Sono é uma referência de desenvolvimento que vem ocorrendo de forma gradual e com um turismo de baixo impacto, com exceção dos períodos de Ano Novo e Carnaval, em que a invasão de turistas se torna incontrolável. A maior parte da

comunidade trabalha com *campings*, consegue auto-gerir os serviços, possui relativa união e aqueles que tentam lotear e vender a terra são constrangidos.

Sem conhecimento formal nos negócios do turismo, eles aprenderam na prática. E agora com um projeto financiado pelo governo federal, são exigidos a aprender uma outra lógica, com planejamento, resultados e prazos, um imenso desafio à dinâmica de trabalho nas comunidades. E apesar das dificuldades na gestão dos recursos públicos, estes representam a principal via de investimentos em mudanças mais estruturais na situação das comunidades hoje. O maior desafio que se impõe é a sua continuidade.

Os conflitos com os órgãos ambientais são comuns em todas as comunidades caiçaras da REJ, proibidos de fazer a roça e construir casas, ao passo que são explícitos os casos de desrespeito às regras ambientais pelas classes ricas, o que compromete a legitimidade dos órgãos, além de levantar suspeita de conivência com esses grupos.

A conexão com o governo federal permite confrontar o poder que os oprime no nível local. Muitas comunidades até hoje sofrem a pressão de remoção dos seus territórios, mas este processo não é mais invisível e eles não mais se calam. O Fórum de Comunidades Tradicionais vai significar um espaço de mobilização social neste sentido.

4.4 O Fórum de Comunidades Tradicionais

Desde 2007, as comunidades tradicionais de Paraty - caiçaras, quilombolas e guaranis - sob a liderança do Quilombo do Campinho da Independência, começaram a organizar uma agenda de encontros, cada vez em uma comunidade, com a finalidade de levar à prática as intenções da PNDSPT. Participei dos encontros desde o início, como observadora e relatora de algumas atas. Segue uma análise desses encontros ao longo dos primeiros dois anos de articulação.

No primeiro encontro, estavam presentes lideranças caiçaras e quilombolas, as Ongs Verde Cidadania e Silo Cultural, representantes do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O representante do MMA divulgou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e começou a apresentar as linhas de financiamento vinculadas à política. Interrompendo os rumos da conversa, o representante do quilombo do Campinho,

Ronaldo dos Santos⁴², mencionou a importância de decidir antes um objetivo e a pauta daquele Fórum. Sugeriu como objetivo: “fortalecer a luta das comunidades que hoje acontece de forma isolada e articular caiçaras, quilombolas e indígenas de Paraty, Ubatuba e Angra dos Reis, podendo envolver também algumas lideranças da agricultura familiar”. Sugere como pauta, essencialmente, “a questão fundiária e os conflitos com os órgãos ambientais”.

As reuniões se consolidaram desde o início com relativa organização. Ronaldo orientou que a cada reunião se escolhesse um moderador (aquele que vai conduzir a reunião) e um relator (aquele que vai registrar a reunião). Cada reunião se dava em uma comunidade diferente de forma que pudessem conhecer cada local e fortalecer suas lideranças. Apesar de viverem no mesmo município, não conheciam o território um do outro.

No segundo encontro, Ronaldo destacou a importância de todos ocuparem seus espaços nos Conselhos, “uma vez que nossas vidas são discutidas neles”. No ponto seguinte emerge um conflito, quando se coloca em pauta se o Fórum deve ser aberto a ONGs, parceiros, ou somente das comunidades. Os de fora defendiam que o Fórum devia ser aberto, que gostariam de participar e que é preciso tomar cuidado para não fazerem uma segregação. Ronaldo, ainda o principal articulador do Fórum, argumentou que “ao estarem em uma sala cheia de intelectuais, as comunidades, os agricultores não falam, o linguajar se torna técnico e o índio, o caiçara, o quilombola não entende e acaba deixando de participar. Muitas vezes quando nosso espaço é ocupado por outros, a gente não compreende ou não é compreendido”. É a mais precisa visão do que acontecia nas reuniões.

A questão de quem participa ou não do Fórum foi adiada, pela necessidade de maior reflexão. Ao fim, ficou decidido que alguns parceiros poderiam participar - quando convidados - se pudessem ajudar nas reuniões e não tomar o seu espaço.

Durante os encontros começaram a surgir as mais variadas demandas, problemas com a luz, a água, a estrada, sempre ao lado da questão fundiária. Perceberam que é necessário conhecer muito bem os problemas de cada comunidade para depois trabalhar

⁴² Fundador da Associação dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (AQUILERJ) e atualmente está na executiva da Coordenação Nacional dos Quilombos (CONAQ).

as soluções, que existem questões de longo prazo, como a regularização fundiária, mas também questões de curto prazo, ações para se fazer em mutirão.

O jovem cacique Darcy explicou uma situação enfrentada pelos guaranis. Eles estão com problemas de acesso à água e isso tem gerado doenças na aldeia. O proprietário do terreno vizinho tem acesso à nascente e proíbe o acesso aos índios. O encontro seguinte foi marcado na Aldeia de Paraty-Mirim, com a proposta de se organizar um mutirão sobre a questão da água. Nesta reunião, o cacique explicou que a solução da FUNAI foi construir um poço para captação de água, mas a obra parou por falta de recursos. E a FUNAI não disponibiliza mais dinheiro porque a aldeia tem menos de 500 pessoas.

Como resultado do encontro, tiraram fotos para registrar a situação da obra. Um morador de Paraty-Mirim, que não era índio, informou sobre a disponibilidade de recursos para a Carteira Indígena do Ministério do Meio Ambiente, que ainda não tem projetos no Estado do Rio de Janeiro, e que poderia resolver a construção do poço. Outro participante sugeriu que os índios pressionassem a Eletronuclear, que financia os projetos da FUNAI na região, a mudarem o critério de quantidade de pessoas nas aldeias. Em meio a uma aparente Torre de Babel, se inicia uma intensa troca de informações, que vão tecendo a complexidade dos problemas enfrentados, junto a suas possíveis soluções.

Nesta reunião, uma representante do Ministério do Meio Ambiente, antiga parceira nos movimentos sociais locais, divulgou editais de projetos com o objetivo de “ajudar as comunidades a perceberem como está a sua vida e como elas querem que seu lugar fique no futuro”. Ronaldo reforçou a importância de se fazer um planejamento sobre o futuro que se quer, o que “foi bom para o Quilombo e pode ser bom para outras comunidades também”.

Já no quinto mês, outra liderança do Quilombo do Campinho, Vaguinho, assumiu a moderação das reuniões. O encontro foi no Quilombo Santa Rita, em Angra dos Reis, com algumas ONGs e o novo chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina, Francisco Livino. Em seu discurso inicial, o chefe disse “que chegou recentemente com entusiasmo e compromisso para trabalhar e construir juntos, que tem a convicção clara sobre a necessidade de estabelecer parcerias com todos os atores ou todos saem perdendo”. Apesar do tom de ameaça, Vaguinho apresentou o Fórum de Comunidades Tradicionais como um espaço “que articula as comunidades para discutir os problemas em comum, sendo a questão fundiária e o desenvolvimento social sua principal luta”.

Um representante guarani da Aldeia de Bracuí comentou que se preocupam com a preservação, que não querem destruir a mata e temem os invasores. Que apesar da dificuldade de entender o que é Parque, o que é Reserva, sem saber muito bem qual é a melhor categoria, entendem que é importante preservar.

Apesar da relativa convergência de interesses entre as comunidades e os órgãos ambientais, a relação é marcada pelo conflito. Uma representante quilombola acrescentou que há “um tratamento diferenciado para ricos e pobres. Que o Rio Bracuí deve ser preservado, mas os ricos estão construindo na beira do rio, na mata ciliar. Os quilombolas não constroem ali porque sabem que a água vai invadir as casas. Não sabe se mata ciliar é lei, se é projeto, mas sabe que não pode construir na beira do rio”.

Ronaldo ressalta que “os ricos, na melhor das hipóteses, vão levar uma multa e com o pobre, se resolve com a demolição”. Leila, caiçara da Praia do Sono, afirma que “desde que a REJ foi criada só existe repressão aos caiçaras sem que haja a mesma repressão ao Condomínio Laranjeiras”.

Ronaldo conclui com a questão: “por que não aliar o estudo do Parque da Bocaina à titulação do Quilombo de Santa Rita? Por que não aliar o processo de preservação ao da titulação das terras?”

As questões levantadas nesta reunião levaram à organização do I Encontro de Populações Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico da Bocaina, em 2008, no qual gestores dos órgãos ambientais e as comunidades moradoras das UCs tentariam um diálogo. Antes do encontro, o Fórum se reuniu para levantar os problemas de cada comunidade e se preparar para a reunião. Basicamente, identificaram que todas sofrem com as proibições no uso da terra, a ameaça dos grandes empreendimentos e a ausência de políticas sociais.

O alcance deste encontro foi inédito no sentido de dar visibilidade aos conflitos ambientais, no entanto o tenso diálogo entre as partes também foi visto como improdutivo pelo chefe do Mosaico da Bocaina.

Neste momento, o Fórum das Comunidades Tradicionais se consolida. Ronaldo reforça a importância e a legitimidade do Fórum, no sentido de ser formado pelas próprias comunidades. Para Leila, da Praia do Sono, “a importância do movimento do Fórum é a troca e o conhecimento, para unir forças”. Ticote, outra liderança caiçara do Pouso da Cajaíba, que antes falava sozinho, disse que “através do Fórum aprendeu muitas coisas e agora se sente fortalecido para não desistir”. Laura, a expressão da

liderança feminina do Quilombo do Campinho, concluiu que “quando nos juntamos ficamos conhecendo o problema de cada um e vemos que são muito parecidos”.

Vaguinho, representante quilombola, disse que a “realidade mostrada nas escolas, nos livros não é a mesma realidade que a gente vive dentro das comunidades. Parece que não temos problemas e discriminação, e isso não é verdade”. Laura criticou a “cultura de museu” em que a sociedade os coloca, “mas estamos vivos e queremos contar a nossa história”.

Uma parceria importante foi firmada com estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, da engenharia florestal e da educação agrícola, que motivaram a experiência da agroecologia, colaborando com a produção de viveiros de mudas e implantação de sistemas agroflorestais, introduzindo novas práticas na agricultura a partir das práticas tradicionais. Estes profissionais estão vinculados a projetos no Quilombo do Campinho, mas através do Fórum ampliaram seus trabalhos para os caiçaras. De acordo com um pescador da Praia Grande da Cajaíba

Através do Fórum aprendi muita coisa que não sabia. Tive muito apoio para fazer um viveiro e uma agrofloresta na Praia Grande, lá tem muito problema de terra, querem tirar a gente de lá, e não pode plantar, e tirar madeira... Mas fizemos um viveiro com a ajuda dos amigos.

Outra parceria que acompanhou toda a articulação do Fórum foi com a ONG Verde Cidadania, que traduzia a legislação, oferecia assessoria jurídica em casos pontuais e também contribuía financeiramente para a organização dos encontros. A ONG possui legitimidade junto ao Fórum devido ao seu histórico na região, por defender na Justiça famílias caiçaras da REJ.

No encontro de março de 2009, foi discutido o projeto de turismo de base comunitária, proposto pelo Quilombo do Campinho e o primeiro a ser realizado em nome do Fórum de Comunidades Tradicionais. O projeto foi escrito pelas lideranças do Fórum, com o apoio de Iliana Salgado, antropóloga com experiência nas comunidades tradicionais da Amazônia e que hoje trabalha no INEA de Paraty. O projeto foi previsto para 2 anos, em 24 comunidades, de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis e tem duas metas básicas: 1) realização de oficinas de diagnóstico, para levantar os problemas e potenciais de cada comunidade e 2) planejamento do curso de formação em turismo de base comunitária.

O encontro seguinte foi na comunidade caiçara mais populosa da REJ, o Pouso da Cajaíba, área com maior loteamento ilegal e venda de posses. Para este encontro se deslocaram quase 70 pessoas de outras comunidades. Leila inicia a apresentação do Fórum, já com uma percepção amadurecida de dois anos de encontros

Aqui é uma associação que não tem presidente, não tem um líder só... a gente discute problemas, nossos assuntos de comunidade, mas discute também nossas terras, nossa cultura, nossa tradição, a gente discute a nossa permanência na terra que hoje é o maior problema que a gente tem. É o maior problema dentro dos municípios de Angra, Ubatuba e Paraty. É um problema muito sério pelo fato da gente morar em áreas protegidas que não é protegida a não ser pela gente mesmo.

Jadson, jovem representante da Praia do Sono acrescentou

O Fórum é um movimento nosso. Nós, comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, é que estamos organizando. A gente que deve discutir o que é melhor pra gente. Os órgãos ambientais não estão preocupados com a gente. A nossa luta pela terra não é de hoje, vem de muitos anos atrás... Hoje, vem um cara de barco e diz que comprou e que isso é dele. Mas ele não tem os mortos dele enterrados aqui, não tem uma tradição, ele não tem direito aqui, não tem afinidade.

Teteco, caiçara da Ponta Negra, pioneiro no turismo naquela praia, lembra que é preciso levar esse debate para toda a comunidade e percebe como o problema é parte de um cenário mais complexo

as mudanças estão vindo muito rápido e a gente não acompanha. A gente precisa de uma cartilha com as leis mais importantes... até essa questão do aquecimento global, eu não sei. Mas o pessoal vem com dinheiro, tá querendo comprar a terra, até a nascente da água.

Almir, caiçara da Ilha do Araújo, reforça a importância dos encontros e o reconhecimento das comunidades tradicionais no Decreto 6.040

não é uma luta partidária, mas um movimento de pessoas e lideranças das comunidades. Você não vê ninguém patrocinado, é a força de vontade de cada um que paga sua passagem e vem pra reunião. Hoje, o Quilombo do Campinho é uma das primeiras comunidades a criar projeto e gerir pela própria comunidade.

No depoimento do cacique da aldeia Araponga, Seu Agostinho

Todos somos irmãos, todos somos iguais, o ser humano. Dentro da minha comunidade a gente não tem preconceito com branco, índio, negro. O Fórum, eu enxergo que tá indo prá frente, é a mesma luta dos guaranis, o mesmo caminho. Roubaram nossa terra e hoje a gente tem que lutar para conquistar um pedacinho pra viver com nossa família. A gente não sabe quanto tempo vai ficar na terra mas nossos filhos precisam da terra prá viver.

Ticote, caçara do Pouso da Cajaíba resumiu a impressão daqueles que não estão na liderança

Os problemas são grandes e a gente não sabe por onde começar, mas com essa reunião eu vejo que tá começando. Vocês falaram de assuntos que eu acho difícil e aqui eu entendi.

Para concluir a reunião, o anfitrião do Pouso da Cajaíba fez sua avaliação sobre o Fórum

A primeira vez que eu fui, eu senti sinceridade nessa reunião, eu não tava no meio de político... Nesse Fórum eu vi que só tinha pessoa com sinceridade. E eu já estou vendo alguns frutos desse trabalho aqui no Pouso. Teve a oficina de conserto de motor, agora tem o projeto Griô que vai levar nossa cultura prá escola.

... o pessoal tem uma visão que depende da Prefeitura vir prá melhorar, com uns quilos de cimento, uns metros de mangueira... Acho que isso não vai resolver os problemas da comunidade. O que vai resolver é isso aqui, a gente buscar a solução... porque eles não querem a gente aqui.

Vaguinho, o moderador dos encontros finalizou

Precisamos pensar em como fazer os encaminhamentos de uma reunião prá outra, prá não dispersar. Precisamos zelar pelo Fórum porque se esse

movimento desarticular eu não vejo nenhum outro espaço prá gente se unir... Porque bater em porta de Vereador, de Prefeito, ficar pedindo cesta básica e saco de cimento, isso é voltar atrás. Porque comunidade organizada pensa e faz.

O encontro do Pouso da Cajaíba foi marcante e selou uma mobilização mais ampla de pessoas e idéias. A última reunião do Fórum que participei e que descrevo a seguir aconteceu na comunidade caiçara do Sertão de Ubatumirim, em Ubatuba. À semelhança dos outros encontros, era mediado por uma liderança e registrado em ata por um relator. A pauta do encontro: a) apresentação do Fórum; b) informe de projetos; c) almoço; d) exibição do filme Vento Contra; e) divulgação da PNDSPCT; f) discussão sobre os problemas da comunidade do Sertão de Ubatumirim.

Leila explica o Fórum

o grupo de comunidades se iniciou porque, sozinhas, não tinham como conseguir nada. O Fórum cresceu e hoje articula 24 comunidades, nem todos participam sempre, mas tem um núcleo sempre presente. Não é fácil, para ser liderança, tem que gostar, porque deixa de lado família, diversão, descanso, para se dedicar às questões da comunidade.

Almir, da Ilha do Araújo, complementa

Todo mundo tem sofrimento mas junto fica mais fácil lidar com eles. Parece que dá trabalho e não se ganha nada, mas depois vemos que ganhamos muito, em conhecimento.

Vaguinho, ainda mediador do encontro, diz que o Fórum ainda tem muito a avançar, tem problemas de comunicação e falta de acesso a todos.

Os envolvidos no Fórum há mais tempo falaram dos projetos que estão participando, dando o exemplo de que podem “andar com as próprias pernas”. Vaguinho lembra que “projetos não são apenas editais, mas também fazer uma roça, uma agrofloresta”. Informa que o projeto de turismo de base comunitária vai ser ampliado, além de Paraty, vão incluir as comunidades de Ubatuba e Angra. O valor do projeto era R\$ 150 mil e agora será R\$ 450 mil. Esclareceu também que é um projeto de articulação e formação, não envolve obras. Nas reuniões em cada comunidade tudo isso vai ser explicado.

O almoço foi preparado pela comunidade anfitriã, financiado pelo Fórum e pela Verde Cidadania. Nesta reunião passaram mais uma vez o filme VENTO CONTRA, que conta a história do conflito pela terra na Praia do Sono, em 1976. Leila, fruto dessa geração explica

No Sono, as formas de violência que se mostra no filme continuam. E o maior problema agora é a falta de união, que tinha antes. Muitos pensam que a força vem de fora, mas a força vem de dentro.

Hoje nós temos *camping*, restaurante, chalés, tudo administrado por caiçaras. Que rico aceita isso? Nós, que só temos a 4ª. série e somos capazes de fazer os nossos negócios? Enfrentamos tudo isso e somos pessoas que mal sabem escrever, enfrentamos os jagunços, os búfalos, chegamos aqui e a luta continua com o Condomínio.

Primeiro, é importante a união, segundo é não desistir. O futuro para os nossos filhos não é dar uma poupança no banco, mas é cuidar da terra. Com tudo tão fácil, como é na cidade, não damos mais o valor das coisas. Temos que cuidar da terra, não é lotear e vender.

E Vaguinho se refere ao filme para falar da construção da estrada BR 101 e do desenvolvimento da Costa Verde

Até hoje, é o mesmo discurso, de que virá o desenvolvimento, a geração de empregos, quando na verdade querem pegar a nossa terra.

Lúcia, uma moradora de Ubatumirim relatou os problemas daquela comunidade, se referindo aos condomínios que se organizaram nas praias de Ubatuba.

Aqui o problema é que 60% das pessoas já é de fora e só 40% é caiçara. O problema é que as pessoas de fora, que tem casa aqui, agora trazem seus mantimentos, já tem até barco e não fica mais nada prá comunidade.

Finalizando o encontro, Vaguinho conclui que “a situação é complexa, são muitos problemas diferentes mas que estão ligados e demora compreender”.

Até aquele momento, em maio de 2009, os encontros do Fórum já tinham ocorrido nas seguintes comunidades:

Quilombo do Campinho (Paraty)
Quilombo da Fazenda (Ubatuba)
Aldeia Araponga (Paraty)
Praia Grande da Cajaíba (Paraty)
Praia do Pouso da Cajaíba (Paraty)
Trindade (Paraty)
Praia do Sono (Paraty)
Aldeia Paraty Mirim (Paraty)
Quilombo do Bracuí (Angra)
Aldeia do Rio Pequeno (Angra)
Sertão de Ubatumirim (Ubatuba)

O Fórum continua e os encontros ainda obedecem o rodízio de comunidades, cumprindo um importante papel na região. As distâncias físicas e culturais que existiam entre eles, ao lado da sua exclusão do desenvolvimento urbano, os tornavam vulneráveis às pressões de fora, pois sequer compreendiam o seu alcance, apesar de sofrerem seus efeitos. Como explica Telles (2001:44), “a ausência de espaços de reconhecimento e de vínculos propriamente civis, traduz-se na dificuldade de formular os dramas cotidianos (individuais e coletivos)”. O Fórum permitiu assim construir um sentido de pertencimento, fortalecendo suas raízes, renovadas em um movimento de resistência. O Fórum é um espaço de diálogo e de confiança, que fortalecem a sua auto-estima e o sentimento de proteção, por “não estar mais sozinho”.

Se ainda não há uma proposta clara sobre um “outro” desenvolvimento, as bases para isso estão sendo construídas gradualmente, na luta pelo direito de permanência na terra, de acesso aos recursos naturais, à educação diferenciada e à geração de renda. Tudo isso em um longo e lento processo de reconhecimento da complexidade da situação. Como argumenta Fleury (1998), o que se observa na dinâmica atual de luta contra a exclusão é que este processo possui uma dimensão emancipatória, de constituição de novos sujeitos sociais e novas formas de reivindicação do exercício da cidadania, o que tem um fundamento essencialmente político. Além de ser um espaço de encontro, o Fórum se tornou uma escola de cidadania. Foi um importante passo na construção de sujeitos, onde o sentido de cooperação está acima da mera composição de interesses, semeando um projeto alternativo, do que deve ser a vida em sociedade (Dagnino, Olvera e Panfichi, 1999).

Como diz Pateman (1992), para que as pessoas sejam capazes de participar efetivamente do governo da sociedade, as qualidades necessárias a essa participação devem ser fomentadas e desenvolvidas a nível local. Com base em Stuart Mill, a autora defende a democracia desde a pequena aldeia, ao lembrar que é a nível local que se tem a verdadeira educação para a participação e somente praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá a possibilidade de aprender a exercitá-lo em escala maior. Pateman (1992) analisa os efeitos da participação democrática como uma estratégia de educação para a cidadania, de legitimação do poder com equidade e de integração e pertencimento a uma sociedade política.

A posse da terra não é suficiente hoje para garantir a liberdade e a participação das pessoas, no entanto é a primeira etapa, claramente expressa no movimento do Fórum. O poder de liderança do Quilombo do Campinho da Independência está na coragem de líderes que tem seu território garantido. A regularização fundiária aparece assim como a principal demanda das comunidades tradicionais, seguida de uma agenda de reivindicações dos direitos, que rompe com as relações clientelistas estabelecidas com os vereadores. A parceria com a ONG Verde Cidadania se apóia nesta tradução e disseminação dos direitos de cidadania, ao lado dos direitos diferenciados das comunidades tradicionais, no uso da natureza em áreas protegidas.

O Fórum se tornou assim um espaço público mais do que um ator político. Apesar de ter um peso maior nas reuniões de Conselho em Paraty, do que teriam as comunidades isoladamente, o Fórum é ainda um movimento mais “para dentro” do que “para fora”, cultivando a união e a conscientização do grupo inicialmente.

Há um poder em potencial tão grande neste grupo quanto os desafios que enfrentam. A sua lenta e gradual articulação obedece a uma estratégia clara dos líderes em antes conhecer em profundidade o cenário que se inserem. A troca de informações, a reflexão sobre os problemas, a ampliação do conhecimento, vem tornando o Fórum uma referência de esfera pública, com legitimidade e organização muito mais avançados do que os Conselhos do governo⁴³.

Para Dagnino, Olvera e Panfichi (1999:23), o que é mais relevante na abordagem contemporânea de esfera pública é a primazia da “publicidade, ou seja, de tornar manifesto o que está oculto, de dizer em público o que havia permanecido no

⁴³ Para compreender os processos e os tipos de empoderamento dos novos movimentos sociais, ver Jorge Romano, *Empoderamento e direitos no combate à pobreza* (Rio de Janeiro: ActionAid, 2003).

privado, de dar a conhecer aos outros as opiniões, valores e princípios que são defendidos”. Ainda segundo os autores, nos países de tradição autoritária, são os arranjos privados da política clientelista que tornam invisível a falta de democracia e reduzem o conceito e a prática da política (Dagnino, Olvera e Panfichi, 1999).

A influência de estudantes e professores universitários na trajetória das lideranças do Fórum tem uma importante contribuição no seu entendimento sobre os dilemas políticos da sua posição social. A maior parte já fez o curso de formação política da UERJ, de viés marxista, que apesar de não tratar dos conflitos ambientais nem de povos tradicionais, explica a dinâmica da expansão capitalista e seus efeitos.

Ao lado de um conhecimento sobre os conflitos de classe, as comunidades tradicionais que ainda existem na região são sobreviventes, frutos da resistência de décadas de investida contra o seu território, portanto já tem uma reflexão avançada e um aprendizado consolidado pela estrada da experiência, a partir de uma trajetória de conflito e cooperação com diversos grupos. E esta experiência levou as atuais lideranças a assumir representações nacionais, como a Leila, na Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e Ronaldo, na Coordenação Nacional dos Quilombos. Ao mesmo tempo em que inseridos nas estruturas de poder do Estado, mantém raízes nos movimentos locais.

Para manter o Fórum com um espaço de encontro e diálogo, decidiram não se institucionalizar, seja no formato de uma Associação, OSCIP, ou outro modelo que demanda toda uma burocracia. O Fórum se fortaleceu pela sua legitimidade, com base em um novo tipo de poder, baseado na ação comunicativa.

Para Arendt (2004), “o poder resulta da capacidade humana não somente em fazer algo, mas de unir-se a outros e atuar em concordância com eles... O fenômeno fundamental do poder consiste na formação de uma vontade comum, uma comunicação orientada para o entendimento recíproco... Ninguém possui verdadeiramente o poder, ele surge entre os homens que atuam em conjunto, e desaparece quando eles novamente se dispersam” (Arendt, 2004:108). E ela observa nos movimentos sociais emancipatórios um forte poder de desobediência às instituições ilegítimas e de experimentação de novos espaços políticos.

O Fórum de Comunidades Tradicionais é parte deste processo histórico de reinvenção da democracia em um espaço público cuja legitimidade se apóia no poder dialógico, formando sujeitos políticos e, aos poucos, um projeto político alternativo ao desenvolvimento dominante e desigual que os atropela.

São os sinais deste outro desenvolvimento que busquei compreender a partir da entrevista com os principais líderes do Fórum, Ronaldo e Vaguinho.

4.5 Os líderes do Fórum

O desenvolvimento é uma questão para as comunidades? O que pensam disso?

Ronaldo: Depende do contexto que está falando. Prá mim, o quilombo tem uma perspectiva de desenvolvimento que não é a do caiçara, e não é a do guarani. Agora, o desenvolvimento prá nós tem um ponto de partida, chama-se regularização fundiária. O Quilombola tem um modelo, assegurado pelo artigo 68 da Constituição, que é o território coletivo. Já o caiçara, na nossa região aqui, não tem muito bem claro, em termos de legislação, a regularização fundiária desse grupo. Agora, é tudo muito complexo, porque pensar em desenvolvimento é pensar a política de educação, coisa que não existe, uma política que pensa as diferenças. Precisa da saúde, o que mais força o caiçara vender a terra e ir prá cidade é estar perto de um médico. Então se você pensa uma política de educação e saúde para o caiçara, você reduz a especulação imobiliária. A venda de posses acaba sendo a solução prá muitos problemas. Tudo que falta, a especulação teoricamente resolve.

Vaguinho: Precisamos entender melhor isso, porque desenvolvimento é uma coisa meio conceitual, mas esse conceito tem que ser observado, porque isso é apropriado nas discussões. Por exemplo, nós estamos num município que é Paraty, Costa Verde, onde tem um desenvolvimento que nos exclui. Acho que tem essa complexidade. Mas não falamos em desenvolvimento sem a garantia da terra, é a bandeira do nosso movimento no Fórum das Comunidades Tradicionais, porque como você desenvolve se não tem aquilo que é o mais importante

Quais são as oportunidades e os riscos que surgem com o turismo?

Vaguinho: O turismo de base comunitária, destes todos, é o de menos risco, se a comunidade se juntar pra discutir isso. Às vezes, um turista chega numa comunidade caiçara, mas não sabe dos valores. Se a gente não falar, ninguém vai falar. O turismo comunitário é uma coisa organizada pela comunidade, não vai chegar um grupo aqui, andar por aí, ver tudo.

Quais são os principais conflitos com os órgãos ambientais?

Ronaldo: Eu acho que as UC's tem várias categorias. Mas uma coisa é essencial, onde tem comunidade tem que ser de uso sustentável. Não pode fazer uma Reserva, um Parque, num lugar onde já tem uma comunidade. Esse é o primeiro erro. E aí não entendo como demoram tanto para corrigir esse erro, é porque não querem. Depois, é preciso ter uma política de desenvolvimento do território, mas não tem isso. O orçamento do ICMBio é uma piada. Por que? Porque a APA foi feita prá não funcionar. E isso é prá forçar as pessoas a acreditarem que unidade de uso sustentável não funciona, o que dá certo é unidade de proteção integral. Não pode ter gente, que aí funciona. É o que pensam: “esse povo só precisa de peixe, banana e farinha, manda prá cidade, lá vão trabalhar na construção civil e ter um salário prá comprar o peixe, a banana e a farinha. Mas aqui, a gente precisa colocar o nosso *resort*. Em resumo é isso, “o caçara mora em qualquer lugar, o *resort* não é em qualquer lugar”.

Para vocês, qual foi a importância da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais?

Vaguinho: Primeiro, eu vejo que algumas políticas são muito frágeis. Decretos, se a gente for avaliar como tem por aí, efetivamente, não implementa a política. Mas o decreto é uma ferramenta pra ser usada, se os movimentos sociais não tiverem força pra cobrar, pra exigir, a política não acontece. O decreto 6.040 é um instrumento que está parado, até hoje ninguém conseguiu implementar, porque não tem recursos pra isso. É uma questão histórica... estou falando de 500 anos, a reforma agrária... Como se resolve a questão fundiária nesse país? Mas é uma luz no fim do túnel, porque a gente tem alguma coisa pra nos animar ali.

E o encontro das comunidades com os órgãos ambientais, teve frutos?

Vaguinho: Acho que o fato de se encontrar já é um fruto, porque sempre foi um prá cada lado. E juntar todo mundo pra falar, isso é um fato histórico, porque nós nunca fizemos isso. E sabemos que não ia resolver tudo, porque não resolve mesmo, mas pautamos uma discussão...

Como você pensa a identidade das comunidades tradicionais, qual é a força e o risco deste conceito?

Ronaldo: A tradição não é você ter hoje o modo de vida que tinha 200 anos atrás. É você ter uma memória histórica. Por exemplo, Trindade é exemplo de comunidade tradicional que já sofreu de tudo, mas eles ainda sabem

contar a sua história, isso não tem como tirar deles. A tradição é a sua memória. Já na comunidade do Patrimônio, aqui do lado, que foi uma ocupação de uns 30 anos atrás, não se aplica o conceito comunidade tradicional porque seu tempo de memória é curto.

Fortalecer a identidade cultural de um povo é uma estratégia política, mas isso prá nós. Pros outros, eu não sou obrigado a jogar capoeira, a dançar o jongo, a tecer rede, morar em casa de pau-a-pique, não sou obrigado a fazer nada disso.

Queria saber da sua trajetória, como se envolveu na luta pela terra e agora na política?

Ronaldo: Até os 20 anos minha vida era ir prá escola, prá igreja, pro trabalho, jogava um futebol, uma capoeira, vida normal. Não pensava em política nem nada. Meu irmão mais velho acompanhava as reuniões com meu avô, de luta da terra... Eu nunca acompanhei, eu sempre achava que os mais velhos iam resolver isso. Aos 20 anos entrei no grupo de jovens que resolveu assumir a Associação de Moradores, eu entrei assim. Lá dentro eu tive a noção que era mais responsabilidade do que eu imaginava, porque o título da terra estava prá vir e começamos a ter contato com gente de fora, que ajudava a gente a pensar. Mas também apareceu muito picareta, chegaram as ONGs. A comunidade também teve um período de desarticulação muito grande, porque pensava que o título da terra ia resolver tudo e não resolve. O título garante o território, mas no dia seguinte você tem a mesma vida, não altera. E a comunidade leva um choque, não vê mudanças...

Depois eu cheguei no movimento nacional, com lembranças nada boas. O governo FHC rompeu com a CONAQ e criou, com dinheiro do Banco Mundial, sua própria comissão quilombola. Eu entrei nessa comissão de gaiato, um pouco confuso, muito novo. E aí eu era mal visto pela própria CONAQ, porque eu era de uma comissão cooptada pelo governo. Tomei muita pancada da CONAQ e aí comecei a me posicionar na política... peguei meu canudo ali. No ano seguinte articulei a Associação de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro, AQUILERJ. Então, essa é minha escola. E já me disseram assim: “Ronaldo, você é uma liderança nacional e não deve ficar se ocupando de coisas que são locais”. Mas eu nunca consegui deixar o meu local. Então quando você fala das oportunidades que eu tive, de crescer, e outros não tiveram, eu acho que o movimento taí, prá quem quiser. É uma

porta que não se fecha, ela está aberta prá quem quiser. Coisa prá fazer não falta.

Existe uma forte liderança do Campinho na articulação do Fórum. Estão conseguindo passar essa força para as outras comunidades?

Vaguinho: O Campinho é uma comunidade que tem essa questão fundiária resolvida. Então isso nos dá uma tranquilidade pra tocar as coisas, e o Campinho acaba sendo a referência de muitas conquistas, não só fundiária, mas como desenvolver os projetos... o Campinho chegou até aqui liderando, mas só tem futuro com o movimento das aldeias, dos caiçaras, como um todo. Acho que o papel do movimento é esse, é se juntar pra buscar um objetivo maior.

A idéia de desenvolvimento aparece claramente vinculada à garantia da terra e a diversidade de culturas sugere pensar em uma diversidade de desenvolvimentos. As condições necessárias para isso passam pela ação do Estado, que pode fazer frente à especulação imobiliária. Não há referência ao crescimento do consumo ou mesmo do emprego, depois da regularização fundiária, o desenvolvimento aparece associado à saúde e à educação. Vaguinho reconhece a complexidade do assunto e fala da exclusão das comunidades do desenvolvimento dominante, e mesmo sem ter uma proposta para um “outro” desenvolvimento, tem claro que passa pela garantia da terra.

A idéia de um turismo de base comunitária é uma discussão recente no Fórum, vem de fora das comunidades, mas sinaliza uma estratégia. Para Vaguinho, “uma esperança das comunidades a controlar um pouco mais o seu território”

A bandeira da tradição corresponde a uma estratégia política importante para o fortalecimento destas culturas mas também é usada contra elas pelos órgãos ambientais, que argumentam a favor da sua remoção exatamente por não serem mais tradicionais. A idéia de tradição, para Ronaldo, tem outro sentido, possui raízes na história, fortalece a cultura e a autodeterminação.

À parte as pessoas envolvidos nos projetos da AMOC, a comunidade do Campinho, em sua grande maioria, trabalha no subemprego da cidade. Com uma trajetória singular, Ronaldo e Vaguinho se envolveram na política, aprenderam a dinâmica do poder e suas estratégias.

A visão dos líderes do Campinho revela a longa estrada de aprendizagem e trazem também um outro sentido do tempo, das mudanças graduais, as pequenas

revoluções. Um dos grandes desafios no Quilombo do Campinho é disseminar esta experiência na própria comunidade e envolver cada vez mais os jovens. Para as outras comunidades, o Campinho é uma referência de liberdade garantida pela terra. Ainda tem um longo caminho a percorrer na negociação com os órgãos ambientais, mas o primeiro passo foi o seu reconhecimento.

Além da articulação em rede com grupos dentro do Estado, o que lhes confere apoio político, suporte financeiro e mesmo alguma proteção, as comunidades tradicionais de Paraty estão ligadas a uma rede de parceiros, como professores e alunos de Universidades, especialmente da UFRRJ e da USP, também os profissionais liberais, como advogados, médicos e artistas do Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda as ONGs, com uma influência cada vez maior nos espaços públicos de Paraty⁴⁴.

4.6 As ONGs

O que chamamos hoje de ONGs é de uma diversidade tão grande que uma denominação única não permite separar o joio do trigo. Essas organizações se multiplicaram em proporção ao vazio deixado pelo Estado nas políticas sociais com a onda de governos neoliberais no Brasil. Conservadoras ou transformadoras, essas organizações tem os mais variados aportes financeiros, objetivos e competências⁴⁵.

Paraty é a cidade dos projetos, para todos os campos de ação. Há forte presença de estudantes do Rio de Janeiro e São Paulo, que tem tempo e visão crítica para se envolver nas lutas sociais, e apesar de ações pontuais e passageiras, provocam as pequenas revoluções de pensamento. Já a institucionalização das iniciativas traz uma outra lógica ao enfrentamento dos problemas, uma vez que deve buscar ao mesmo tempo resultados para as comunidades e para a organização.

Para ilustrar a variedade e a riqueza sociedade civil organizada de Paraty⁴⁶,

⁴⁴ A abordagem de redes na análise das políticas é analisada por Eduardo Cesar Marques, em “Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade”. (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v 14, n 41, 1999). Especificamente na área ambiental ver Pedro Jacobi, “Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas” (*Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v 4, n 6, 2000).

⁴⁵ Para compreender a história das ONGs no Brasil e as contradições que existem no campo da sociedade civil, ver Nanci Valadares. *Auto-gestão: o nascimento das ONGs* (São Paulo: Brasiliense, 1995).

⁴⁶ As características deste espaço também são associados ao “capital social” de uma determinada região, como foi analisado por Robert Putnam, em *Comunidade e Democracia* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996).

estudei três ONGs atuantes na região e que influenciam no movimento das comunidades tradicionais: a Verde Cidadania, a Casa Azul e o Silo Cultural.

A Verde Cidadania nasceu em Niterói em 2000 e no início da sua atuação teve um papel importante na assessoria jurídica a duas famílias caiçaras em processos de reintegração de posse, em Martin de Sá e na Praia Grande da Cajaíba. Esta intervenção garantiu grande credibilidade da ONG junto às comunidades, os advogados colaboram com assessoria jurídica às comunidades, porém, com o tempo, cada vez menos. A pessoa mais presente em campo depende de projetos do governo para se manter em Paraty. Com atividades subfinanciadas, sem equipe qualificada e tímidos resultados, a ONG corre o risco de produzir mais relatórios do que mudanças. De acordo com a sua ativista, Thatiana Duarte, que empreende um esforço solitário

A ONG tem muita dificuldade de financiamento, porque ela foi criada para solucionar uma questão e... com o tempo... cada um foi tomando o seu rumo; casaram, tiveram filhos, tem outro trabalho. As pessoas que criaram a Ong, elas não criaram a Ong porque elas queriam viver do Terceiro Setor, enquanto empresa, elas queriam ajudar uma comunidade.

Na visão de outra pessoa que participou da Verde Cidadania em Paraty, Elisabeth Dasinger, que preferiu não viver do Terceiro Setor, a ONG tem outro problema

Uma coisa que falhou muito por exemplo foi esse projeto do Ponto de Cultura, para a Praia do Sono e do Pouso, não foi escrito pelas pessoas daquela comunidade, não foram elas que tiveram acesso ao edital, se inscreveram e ganharam. E agora na hora de botar em prática, a coisa não anda, eles não entendem, eles tem mil outros problemas pra resolver.

Ao longo da sua trajetória, a Verde Cidadania deixou de ser um ator político para “viver de projetos”, aproveitando os recentes investimentos do governo destinados ao tema das comunidades tradicionais e à conservação ambiental. No entanto, não tem estrutura para gerar resultados. A sua principal contribuição para o Fórum vem do esclarecimento da legislação que os afeta, o que é um primeiro passo para o caminho da cidadania, mas ainda frágil diante da falta de credibilidade das instituições da Justiça, principalmente em Paraty.

A Casa Azul é a organização responsável pela Feira Literária Internacional de Paraty (FLIP). Nasceu em 2004 por iniciativa de um grupo da elite paulista, vinculado ao mercado editorial. Com acesso privilegiado às esferas de poder do governo federal, a Casa Azul foi escolhida pelo Ministério do Turismo para implementar um amplo projeto de desenvolvimento do turismo em Paraty, eleita um dos dez destinos priorizados pelo Ministério.

Ao longo da sua história a FLIP se transformou. De um evento elitizado se tornou uma festa de manifestações culturais nas praças e ruas de Paraty, com uma diversidade e qualidade impressionantes. E a Casa Azul, de promotora de evento literário se tornou um ator político de forte pressão à Prefeitura.

Apesar de nascer de uma classe privilegiada, o trabalho da Casa Azul vem provocando as pequenas revoluções com o poder da palavra. Todos os livros que circulam na FLIP ficam em Paraty, nas bibliotecas das escolas, na Biblioteca Municipal e na Biblioteca da Casa Azul, que é aberta ao público. Hoje seus principais freqüentadores são as crianças e os adolescentes.

Com financiamento a longo prazo e contínuas inovações, vem se consolidando na arena política local. As mudanças nos objetivos da Casa Azul foram acompanhadas de mudanças na sua direção. A primeira executiva tinha uma linha voltada ao Marketing, e desde 2007 foi substituída por Bernadete Passos, que vem da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

Qual é a função da Casa Azul neste projeto de turismo para Paraty, financiado pelo Ministério?

Bernadete: Entrei na Casa Azul no início do projeto do Ministério de Turismo, em dezembro de 2007 e uma das exigências é que fosse totalmente validado através de um Grupo Gestor representativo da cidade. Esse grupo foi montado com 15 instituições, sendo a Casa Azul responsável pela Secretaria Executiva. Foi um processo muito demorado, muito detalhado. Produzimos um DVD institucional de Paraty, mostrando as festas, a cultura. E um Plano de Desenvolvimento com 143 ações necessárias para um turismo sustentável. Por exemplo, a primeira ação levantada pelo Grupo Gestor se refere à rede de esgoto, que só pode ser feito pela Prefeitura, não pode ser uma Casa Azul ou um Silo Cultural. Mas a gente, enquanto grupo, tem a possibilidade de dar um acompanhamento.

Como cobram isso da Prefeitura?

Bernadete: É um desafio, porque a gente não tem poder hierárquico, mas a gente tem um poder constituído, pela própria sociedade. Em 2009, nós reestruturamos o grupo, aumentamos para 29 instituições e chamamos o gabinete da Prefeitura. A nossa intenção é ter mais acesso às Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, Obras, entender as ações em andamento e acompanhar, é um trabalho permanente, que não vai ter fim.

O Ministério de Turismo nos forneceu esse ano um *software*, onde colocamos disponível ao público as 143 ações e seu acompanhamento, mês a mês. Com esses recursos, eu acho que as informações vão chegar com mais facilidade e vai ter mais transparência também.

O Grupo Gestor, organizado pela Casa Azul não é um espaço instituído pelo governo e não tem poder legal sobre as políticas municipais, no entanto usam de um poder legítimo, que vem da sua representatividade, o seu poder político vinculado ao nível federal e também, indiretamente, de seu poder econômico, devido à arrecadação que representa à Prefeitura. Também é notável as mudanças que as tecnologias da informação abrem caminho quando tornam viável o controle público sobre as ações do governo.

A Casa Azul não oferece apoio direto ao Fórum, mas representantes das comunidades tradicionais tem cadeira no Grupo Gestor e, mesmo considerando este espaço como “mais um Conselho”, que muito se discute e pouco consegue mudar, trata-se de um espaço público que ensina o confronto com o poder local, exige transparência nas contas, inspirando uma outra relação política com a Prefeitura.

A Casa Azul ainda traz uma série de contradições. Luta abertamente por maior transparência e democracia no governo local, mas tem privilégios pouco explicados na relação com o Ministério do Turismo e também com o grupo Convention Bureau, o braço empresarial do projeto de desenvolvimento do turismo em Paraty

O Silo Cultural José Kleber foi organizado pelo músico paratiense Luis Perequê, caçara e artista, que se considera um ativista cultural. O Silo é um espaço de aula de música e dança, próximo ao bairro da Mangueira, que tem o objetivo de revelar talentos locais e também divulgar a cultura caçara. O espírito do Silo se expressa na homenagem a José Kleber, o mais importante poeta que viveu em Paraty, também era advogado, boêmio e combativo, e gritava as injustiças da cidade. Foi assassinado pelo caseiro, que depois vendeu a terra a um empresário paulista.

Entre as principais iniciativas do Silo Cultural foi a organização da OFF-FLIP, em reação ao elitismo do evento literário, exibindo teatro, música, filmes e poesia na praça. Na sua segunda edição, a OFF FLIP havia roubado a cena do evento oficial e depois de negociações com os organizadores da FLIP, os eventos se juntaram, reorganizando a Feira Literária aberta ao público.

Importante parceiro do Fórum de Comunidades Tradicionais traduz em poesia suas origens comuns, na música EU BRASILEIRO

De brancos ponteios de viola,
De negros tambores de Angola,
Pele morena, cocar de pena,
Pena de arara, cara de índio,

Minha cara!

Cara de nego maluco
Mucungo é suco de cana,
Mucama é dama africana
Cachaça, cana caiu!

Quem descobriu o Brasil,
Não foi eu, nem você, nem Cabral
Quem levou o pau-brasil,
Não foi eu, nem você, ninguém viu!

Também critica o desenvolvimento desigual que veio com a BR-101, num dos seus poemas mais antigos, O TROPEIRO

Pra encurtar essa conversa,
Pode acreditar seu moço,
Vi o morro do Pedroso ser cortado pelo meio
E essa estrada tão bonita que cantei nesse ponteio,
Foi trocada pelo asfalto frio, faminto e feio
Roceiro virou pedreiro
Trabalhando em construção,
Fez a casa do estrangeiro
Grileiro de nosso chão.

Tropeiro patrão de burro
Hoje é burro de patrão
E esse filho de tropeiro
Nasceu pra ser violeiro
Fez um poema ligeiro
Contando a devastação.

Na sua visão do desenvolvimento, Perequê costuma dizer que, antes, o caiçara era envolvido na natureza e desenvolver significou sair deste envolvimento. O músico é um gênio criativo, uma das riquezas de Paraty, que junta a linguagem tradicional com a crítica social e denuncia a outra face do desenvolvimento, como na sua obra-prima, o poema AVES E ERVAS

Madrugada se levanta, canta galo, tudo canta...
Beira de mar, Mata Atlântica!
Suave canção de aves, cheiro de erva pisada,
Trilha, trabalho, renda de orvalho,
Tramam tratores, novas estradas
É a mentira do progresso mudando o rumo dos versos
Casas de aves e ervas, virando areia e deserto
Matas mortas, morros calvos e os corvos cuidam do resto
O povo vence o grileiro, mas não vence os projetos
Da mentira dos políticos mascarados e desonestos
No canto bravo do Sono, vou deixando um manifesto
Adeus, adeus curupira, caipora e insetos
Os guardiões naturais não têm armas pro concreto
Mata atlântica te levanta, deixo meu peito aberto
Pra te guardar na lembrança, pra te contar pros meus netos
No registrar dos meus olhos vou te cantar nos meus versos
Se pudesse te dava as asas do pensamento
Quem sabe te guardaria do jeito que eu te penso
Criando os teus nativos, crescendo no teu silêncio
Bem longe desses projetos de pseudo crescimento
Que prometem melhoria e trazem arrependimento
Porque vem os condomínios com o fascínio do dinheiro

E o pescador troca a rede pela colher de pedreiro
Depois só volta na praia, de gari ou faxineiro
A estrada do político não foi feita pro roceiro
Só serve pra limpar o lixo dos forasteiros
E a cultura é esmagada como se deu tantas vezes
Trocamos trovas da roça por batuques e farofas
Ou o silêncio pros burgueses

E assim começa outra história porque é o fim da estrada
Não tem matas, não tem aves, não tem ervas, não tem nada
Tem uma cerca, um portão, um caiçara de farda
E uma placa: ATENÇÃO
É PROIBIDA A ENTRADA

À diferença da Verde Cidadania e da Casa Azul, o Silo Cultural nasceu em Paraty da iniciativa de pessoas que sentiram na pele o que os outros defendem no discurso. E apesar de poucos recursos, une a arte com a ação política, sendo capaz de transformar um evento como a FLIP. Na linguagem da arte, o Silo Cultural José Kleber mostra o alcance do poder simbólico, mesmo em confronto com a onipotência do poder econômico.

A influência do Silo Cultural sobre o Fórum é imensurável, Luis Perequê é ao mesmo tempo parceiro e parte do movimento das comunidades tradicionais. Ainda que tenha uma carreira artística própria, a força das suas letras provoca as consciências, com um poder de despertar e sensibilizar que está no campo da linguagem da arte e alcança a todas as pessoas.

Existem outras ONGs em Paraty que também merecem estudo e, para bem ou para mal, influenciam os povos tradicionais, como a Associação Nhandeva, que tem uma longa história de apoio aos guaranis, o grupo Raízes e Frutos, de estudantes da UFRJ que trazem experiências de vanguarda na permacultura, e mesmo a Associação Cairuçu, o braço da responsabilidade social do Condomínio Laranjeiras. No entanto, meu objetivo foi apresentar uma pequena amostra das diversas expressões da sociedade civil organizada em Paraty, um lugar com intensa circulação de idéias, forte influência de pessoas de fora e verdadeiras riquezas locais.

À diferença de outros territórios turísticos, que se tornam cidades fantasma fora da temporada, Paraty tem vida própria, as festas e as culturas se manifestam com ou

sem turista. E cada vez mais o dinamismo do campo social se confronta com o conservadorismo da política local.

4.7 O governo local

Desde a década de 90, os municípios brasileiros vem assumindo a responsabilidade na prestação de serviços públicos. A defesa da municipalização da saúde e da educação por exemplo se deve à diversidade das regiões, cada qual com problemas e soluções distintas. O argumento é consistente e foi um princípio norteador da Constituição de 1988. No entanto, dois problemas surgiram na sua implementação, o fortalecimento político das oligarquias locais e a redução drástica do gasto federal em políticas sociais, o que reforçou no nível local o autoritarismo e a exclusão.

Na disputa pelo poder municipal em Paraty, se revezaram na última década três prefeitos, Zezé e Zé Cláudio, pelos partidos conservadores, e o Cazé na esquerda vermelha-e-verde da aliança PT-PV. Em termos de semelhança, trazem o ranço de um forte paternalismo⁴⁷, que alia decisões políticas centralizadas com a troca de favores.

Apesar dos problemas do poder de oligarquias, Paraty traz algumas experiências inusitadas. O antigo prefeito Zé Cláudio se candidatou como o primeiro político transsexual do Brasil e, vencidas as eleições, fez um investimento significativo às comunidades mais isoladas, com a distribuição de placas solares que garantem energia durante todo ano, proporcionando um ganho na qualidade de vida e na segurança alimentar. São utilizadas até hoje por pescadores e agricultores dos lugares distantes, que também receberam treinamento para fazer eles próprios a limpeza dos painéis.

Também a aliança em Paraty entre PT-PV revela a força do movimento ambientalista no pensamento da esquerda, formada por um restrito grupo da elite local e com relativa sensibilidade para as políticas de proteção aos povos tradicionais. Também pelo PT se candidataram a vereadores Leila, a líder caiçara da Praia do Sono, e Ronaldo, líder quilombola do Campinho. O PT e os candidatos da comunidades tradicionais perderam as eleições, e pela primeira vez, na próxima disputa eleitoral em 2012, será o PV a assumir a frente da coligação. Um desafio que se impõe à organização do PV em Paraty é o fato de que as alianças partidárias não são tão

⁴⁷ No sentido atribuído por Gramsci, o paternalismo corresponde ao excesso de autoridade dissimulado sob a forma de proteção. Ver *Cadernos do Cárcere*, v 4 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999).

eficientes quanto às alianças com outros dois grupos determinantes nas eleições, os evangélicos e os gays.

Apesar das revoluções no pensamento que o ambiente cultural de Paraty favorece, o governo local reprime abertamente mudanças no *status quo* da população, assim como fortalece a geografia da desigualdade, destinando os investimentos públicos para as áreas turísticas enquanto cresce uma periferia de pobreza e a violência.

O atual prefeito, Zezé, já está no segundo mandato pela legenda do PMDB, que alcançou através da velha estratégia do pão-e-circo, hoje renovada na combinação de cristo-e-gospel para uns, drogas-e-*funk* para outros. Em paralelo a todas as festas culturais de Paraty, a Prefeitura vem organizando de forma inédita eventos de massa, com *shows* que vão do Rock Gospel ao Calcinha Preta. A entrada e o comércio de drogas alcançou uma proporção inédita nos oitos anos de mandato do Zezé, sendo o *crack* a droga cada vez mais acessível os jovens pobres, enquanto a cocaína turbina as festas dos turistas abastados. Outra reação pouco nobre do Prefeito Zezé foi a perseguição aberta aos seus opositores logo após a reeleição, usando do poder público para interditar restaurantes, bares e outros negócios daqueles que apoiaram os adversários.

Na política de educação, a orientação do atual governo é de perseguição aberta aos diretores e professores com “muito” desempenho. No Quilombo do Campinho, a professora é vista como uma observadora da Prefeitura, preocupada com as experiências de educação diferenciada. Em visita a Paraty, para conhecer a Cidade Cultural, o professor português José Pacheco, idealizador da Escola da Ponte⁴⁸, se associou a educadores locais para elaborar um projeto e tornar Paraty a Cidade Educativa. Basicamente, seria a articulação em rede de todas as escolas públicas e mudanças graduais e democráticas no seu projeto pedagógico, sem custo para o orçamento municipal. O projeto foi recusado pela Prefeitura e os educadores envolvidos, transferidos.

O hospital de Paraty funciona precariamente em um prédio ameaçado de cair, exatamente ao lado da Prefeitura. Nas últimas eleições, o Prefeito correu para construir outro hospital, na entrada da cidade. Após a eleição a construção parou, pois o terreno do hospital fica na linha de pouso do aeroporto. Tudo continua como antes e, na opinião

⁴⁸ A Escola da Ponte é uma experiência pedagógica alternativa, democrática, sem hierarquia e burocracia, sem divisões em série nem currículo predefinido. A qualidade do aprendizado dos alunos foi reconhecida pelo governo português e premiada no país.

geral, o hospital de Paraty segue sendo um matadouro, onde somente os desavisados buscam socorro, pois os moradores se tratam em Angra ou Ubatuba. Os funcionários da saúde ainda enfrentam outro problema, comum às cidades turísticas. O orçamento repassado pelo governo federal é calculado de acordo com o número de habitantes, mas no período de férias a população dobra e isso não entra na conta. As ocorrências se avolumam e no caso de doenças contagiosas, perdem o controle.

Como reflexo das políticas neoliberais, o sucateamento das estruturas públicas e a indicação política para os cargos de direção tem levado à desmotivação dos técnicos, com competência desperdiçada. Em entrevista com um funcionário municipal que trabalha na Secretaria de Saúde, que preferiu não ser identificado, as coisas pioraram muito, aumentaram funções ocupadas por apadrinhados, sem qualquer conhecimento técnico, que são contratadas pela Prefeitura através das ONGs.

Qual é a sua visão das Ongs?

Funcionário: A pior possível. De todas. São pessoas que vivem de projetos, mas quem realmente ganha são os diretores das ONGs, não chega nem o serviço nem o dinheiro na comunidade.

Antes o serviço público era melhor?

Funcionário: Sempre foi ruim, o serviço público sempre foi ruim. Agora, eu acho que tem condição de fazer, não precisa passar para as ONGs. Houve situações que se trabalhou muito. Paraty já chegou a ter 180 casos de leishmaniose, e jogamos pra 10, 20. Mas houve um abandono, agora temos a epidemia de dengue e só aumentam os casos.

Sobre a proposta de serviços diferenciados às comunidades tradicionais, o entrevistado se mostrou contrário, ao defender a igualdade no tratamento a qualquer cidadão. Na sua perspectiva, seja índio, quilombola, um morador da roça ou da Ilha das Cobras, todos tem direito ao mesmo atendimento. À pergunta sobre o que pensa a Prefeitura, ou a Secretaria de Saúde, do Fórum de Comunidades Tradicionais, a resposta foi direta, “não estão nem aí”.

Não existe qualquer política de motivação ou atualização dos funcionários públicos, que acabam por se corromper ou mesmo adoecer com a realidade que enfrentam. A Prefeitura de Paraty, à diferença de outros municípios do mesmo porte, tem uma arrecadação vultosa. De acordo com o IBGE, o PIB do município chegou a

250 milhões em 2005. E ainda tem como acessar recursos de fontes locais. O problema passa pelo patrimonialismo e o autoritarismo das oligarquias locais, mas também faltam competências básicas, o que impede uma visão mais ampliada da situação e mais criatividade das alternativas. Arraigados aos seus privilégios, os políticos locais não conseguem acompanhar o horizonte de possibilidades que surge neste momento de necessária reinvenção dos governos.

A mentalidade não é de abandono da saúde e da educação, mas o seu permanente controle, como fonte de poder da oligarquia local, cada vez mais ameaçada pelas pessoas de fora, que chegam com maior conhecimento e capacidade de realização. Regra informal e bem clara na Prefeitura é que não há a menor hipótese de assumir uma Secretaria pessoa que não seja de Paraty. No máximo podem assumir uma função técnica.

No campo das políticas ambientais, o cenário não é menos trágico. Em 2007, na Operação Carta Marcada⁴⁹, realizada pelos órgãos ambientais federal e estadual junto com a polícia, foi preso Marco Antonio de Paula, Secretário de Meio Ambiente de Paraty, participante de uma quadrilha que também envolvia secretários da Prefeitura de Angra dos Reis⁵⁰. A quadrilha cobrava propina de empresas para não aplicar multas e indicava uma consultoria ambiental para emitir pareceres favoráveis à FEEMA, órgão estadual responsável pelas licenças, hoje vinculada ao INEA. O presidente da Fundação à época, Axel Graef, explicou que como toda região é área de proteção ambiental (APA) e atrai grupos com alto poder aquisitivo, se cria uma situação propícia para corrupção e fraudes.

A organização do governo local em Paraty é mais complexa e não teve a intenção de desvendar seus meandros, mas apenas mostrar alguns traços dos responsáveis pelos serviços públicos, fundamentais a qualquer abordagem do desenvolvimento nas áreas protegidas, como a educação e saúde, para fixar a população na sua terra. No Fórum de Comunidades Tradicionais, a política local é bastante debatida e criticada, em que os líderes levantam outras possibilidades de solução dos problemas coletivos, insistindo em uma ruptura com o clientelismo de prefeitos e

⁴⁹ Formato de ação dos órgãos ambientais, que tem relativa eficácia, conta com recursos e apoio policial, mas dura apenas uma semana, produzindo mais um efeito de mídia do que uma mudança efetiva na gestão pública municipal daquela região.

⁵⁰ Ver as notícias referentes nos jornais: O Globo, de 24/10/2007, Agência Brasil, de 25/10/2007.

vereadores, e mesmo motivando as pessoas a participarem da política, participativa ou partidária.

O avanço destrutivo da urbanização desordenada em toda a região da Costa Verde é de uma velocidade cada vez maior, uma realidade percebida e denunciada principalmente pelos povos tradicionais, que conhecem profundamente a natureza local e as mudanças que vem sofrendo. Não por acaso, o PV toma a frente do movimento de oposição nas próximas eleições, articulando lideranças locais e grupos ambientalistas e sinalizando uma nova oportunidade para os povos tradicionais.

Sem romantismos e calejados pelo atropelamento dos empreendimentos de energia, como Angra 3 e o Pré-sal, os “ecologistas do PV” apostam no turismo como veículo para um desenvolvimento sustentável das áreas protegidas em Paraty e Angra, mas reconhecem que o setor carrega uma faca de dois gumes.

CAPÍTULO 5

MERCADOS DO TURISMO

5.1 O potencial sustentável do setor

O setor do turismo é dos que mais cresce na economia mundial e principalmente no Brasil, e cada vez mais é considerado a salvação para o desenvolvimento sustentável. As pesquisas sobre a expansão do turismo são recentes e apesar de muitos dados sobre o seu crescimento nas últimas décadas e não são poucas as análises mais críticas do seu funcionamento.

Entre outros setores da economia com potencial sustentável, decidi pelo estudo do turismo pois está diretamente relacionado a Paraty, envolve a natureza e a cultura locais e sinaliza uma oportunidade para sua permanência nas áreas protegidas e melhoria na qualidade de vida.

A bandeira de sustentabilidade no turismo marca a sua distinção com relação aos setores da grande indústria e da grande agricultura. Não se baseia na extração dos recursos da natureza mas na sua contemplação, e neste sentido o turismo é uma referência de economia desmaterializada, que valoriza a produção de bens intangíveis - uma luz no fim do túnel para o crescimento econômico com conservação ambiental.

O turismo também tem o potencial de favorecer o desenvolvimento local, pois seus atrativos vem da diversidade de naturezas e culturas que compõem cada paisagem, especialmente nos territórios do terceiro mundo⁵¹. Potencialmente, o turismo é contrário à uniformidade imposta pela globalização e fortalece o resgate das culturas tradicionais.

Para o turista, o setor tem o potencial de ampliar a sua visão de mundo no contato com outros povos. Ainda hoje é um segmento para classes médias e altas. Na hierarquia das necessidades, é artigo de luxo. No entanto, o acesso das outras classes ao crédito tem ampliado também a sua circulação pelo Brasil. O objetivo da Lei Geral do Turismo (11.771/08) é “democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os

⁵¹ Para análise do papel do turismo como vetor do desenvolvimento social dos povos tradicionais, ver Patrícia Betti e Adriana Igreja, em “Natureza e Cultura protegidas: uma perspectiva de inclusão social através do turismo” (in *Áreas Naturais Protegidas e Inclusão Social*, Rio de Janeiro: Rodrigo Medeiros e Marta Irving Editores, v 3, n 1, 2007).

segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral (...) visa a expansão e o fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo”⁵².

E para as comunidades anfitriãs, o turismo significa renda, o que favorece melhoria nas condições de vida e mesmo uma maior segurança no território. É uma oportunidade de evitar a migração para as cidades e também interagir com pessoas dos mais diversos lugares. Além disso, ao contrário da indústria ou do agronegócio, o turismo tem grande potencial de ser gerido pelas próprias comunidades.

O potencial do turismo como indutor do desenvolvimento sustentável, no entanto, depende de regras e fiscalização do Estado, e vai tomar outros contornos em um cenário de políticas neoliberais.

5.2 Cenário de crescimento do mercado

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o setor envolve hoje diversos serviços relacionados às viagens de negócios, visitas a amigos e familiares, viagens por motivo de estudos, de religião, de saúde, eventos esportivos, conferências e exposições, além das tradicionais viagens de férias e lazer, que ainda representam 51% do total. Em escala mundial, como categoria de exportação, o turismo está em 4º lugar, depois de combustíveis, produtos químicos e automotivos. Em 2010, representou 30% dos serviços mundiais, 6% das exportações globais e 5% do PIB mundial, aproximadamente 900 bilhões de dólares (OMT, 2011).

O número de chegadas de turistas internacionais⁵³ mostra a evolução do setor, de 1950 a 2010, um aumento de quase 4.000%.

1950	1980	1990	2000	2010
25 milhões	277 milhões	435 milhões	675 milhões	940 milhões

Fonte: Panorama OMT del Turismo Internacional, 2011

Uma tendência importante observada no relatório foi a desconcentração dos fluxos internacionais de turistas, com a inclusão de novos destinos. Em 1950, somente

⁵² http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/

⁵³ Critério utilizado pela OMT para medir o crescimento do setor

3% das chegadas internacionais estavam fora dos 15 principais países receptores (Europa, Estados Unidos, Canadá). Em 2005, 43% do total de chegadas internacionais já não se destinavam aos países desenvolvidos. Somente de 1995 a 2005, o número de chegadas internacionais cresceu 56,5% no mundo, enquanto o Brasil teve o impressionante aumento de 150%.

De acordo com o relatório da FIPE sobre o turismo doméstico no Brasil, de 2001 a 2005 houve um aumento de 26% no número de viagens realizadas por domicílio. A utilização do transporte aéreo se popularizou e desembarques nacionais cresceram a uma média de 7,5% ao ano (FIPE, 2006).

Em 2005, o Ministério do Turismo organizou o SALÃO DE TURISMO - ROTEIROS DO BRASIL onde divulgou aos empresários do setor sua estratégia de investimentos em ações de regionalização, apresentando 451 roteiros, distribuídos em 134 regiões turísticas, envolvendo 959 municípios. Entre os roteiros, foram identificados 87 de padrão internacional de qualidade e 396 para o mercado nacional (BRASIL, 2007). Uma das explicações para este recente sucesso do turismo no Brasil, interno e de exportação, vem da valorização da natureza como atrativo turístico.

Os relatórios do Ministério do Turismo não fazem uma análise comparativa entre o crescimento do setor e o crescimento do emprego, mas sinalizam que os resultados foram muito modestos na quantidade e na qualidade dos empregos gerados pelo turismo. De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, e considerando as Atividades Características do Turismo (ACT)⁵⁴, o mercado formal de trabalho teve o seguinte crescimento:

Número de empregos formais na atividade turística (em milhões)				
2002	2003	2004	2005	2006
1,72	1,73	1,83	1,95	2,01

Fonte: Ministério do Trabalho. RAIS, 2006.

Em outra tabela, onde incluem os empregos informais, os números triplicam e crescem a uma taxa relativa maior.

Número de empregos formais e informais na atividade turística (em milhões)				
2002	2003	2004	2005	2006
5,15	5,18	5,48	5,81	6,04

Fonte: Ministério do Trabalho. RAIS, 2006.

⁵⁴ Matriz com 12 setores da economia, de acordo com metodologia da OMT.

Para compreender um pouco mais como se organiza o mercado de turismo no Brasil estudei a Política Nacional de Turismo, criada no governo Lula, com oito anos de continuidade, e as pesquisas acadêmicas que contribuem com uma análise crítica do setor.

5.3 A política e a prática

O potencial do turismo para a economia do país e o forte apelo ao desenvolvimento sustentável justificou a criação de um Ministério específico para o setor em 2003. Em termos de orçamento, o Ministério do Turismo (MTur) aplicou R\$ 2,61 bilhões em projetos no período de 2003 a 2006. Em 2007, o governo ampliou o orçamento em 96% (BRASIL, 2007, p.34).

A Política Nacional do Turismo, regulamentada na Lei no. 11.771, de 2008, atribui que

Ao Ministério do Turismo cabe articular os diversos setores, públicos e privados, relacionados à atividade, no sentido de compartilhar e agilizar soluções, eliminar entraves burocráticos e facilitar a participação de todos os envolvidos no processo de crescimento do setor.

A implementação da política aconteceu através dos Planos Nacionais de Turismo (PNT), do primeiro quadriênio 2003-2006 e depois 2007-2010.

O primeiro PNT traz uma análise otimista do desenvolvimento do turismo no Brasil. O patrimônio natural, cultural e histórico, a diversidade e a hospitalidade nas regiões brasileiras, são apontados como os principais atributos para o sucesso do setor⁵⁵. Reconhecendo que o Brasil tem um imenso potencial ainda não explorado, as orientações da política se voltavam ao seu crescimento acelerado, a partir da parceria com investimentos do setor privado. De fato, o plano de 2003-2007 mais parece um

⁵⁵ Para uma análise da abordagem ambiental dentro PNT, ver Altair Sancho e Marta Irving, “A temática ambiental no discurso governamental: uma reflexão sobre as propostas do PNT 2003-2007 como inspiração ao uso turístico em áreas protegidas” (in *Áreas Naturais Protegidas e Inclusão Social*. Rio de Janeiro: Rodrigo Medeiros e Marta Irving Editores, v 3, n 1, 2007).

plano de negócios⁵⁶ para atrair investidores do que uma política pública efetiva que regula e fiscaliza o mercado.

O segundo PNT, executado com base as Parcerias Público-Privadas (PPP), deixa mais evidente a orientação neoliberal da política.

O Plano Nacional de Turismo 2007/2010 dá relevância, continuidade e aprofunda a política adotada e implementada nos anos de 2003 a 2006, por meio da ação articulada de setores empresariais que compartilham com o governo uma dimensão institucional cooperada.

BRASIL, 2007:57

Também apresenta com mais realismo os critérios para que o turismo alcance o sucesso prometido

Aqueles que se adaptarem melhor às orientações do mercado e apresentarem, com maior êxito, as características geográficas e a singularidade dos seus destinos, relativamente à paisagem, cultura, patrimônio e serviços, terão mais sucesso na consolidação da atividade.

BRASIL, 2007:20

A principal estratégia do PNT é a regionalização, que aproveita os atributos comuns de municípios vizinhos para compor um roteiro regional. Com a saturação do turismo no litoral, investe também na interiorização dos destinos turísticos. Enfatiza a gestão descentralizada e a organização de Conselhos com a participação local. Investe na tecnologia da informação para desenvolver um sistema de dados sobre o turismo em todo país.

A proposta de gestão descentralizada do Plano Nacional de Turismo vem fomentando a consolidação de uma rede de instituições, em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor.

BRASIL, 2007:21

Entre os dez destinos escolhidos como prioridade do MTur está Paraty, onde investe no

⁵⁶ O *Business Plan* é um instrumento do campo empresarial, que mostra as expectativas de crescimento, de investimentos e retorno financeiro de determinado setor.

projeto de Turismo Cultural, desde 2007, através da coordenação executiva da Casa Azul.

Nas estratégias de ampliação do mercado consumidor, o governo favorece o acesso das classes populares ao turismo, por meio do mercado de crédito em crescimento no Brasil. Com o *slogan*, PLANO NACIONAL DE TURISMO, UMA VIAGEM DE INCLUSÃO, o governo elabora as estratégias para promover o consumo nas classes baixas. Ainda com cara de um *business plan*, a PTN 2007-2010 avança nas estratégias de articulação entre oferta e demanda.

No segmento de exportação, o PNT constata o “desafio em seguir padrões de qualidade diante das diversidades regionais, o que traz sérias implicações de comercialização no mercado internacional” (BRASIL, 2007, p.40). Se o PNT investe na criação do mercado consumidor, o mesmo não acontece no mercado de trabalho.

Apesar de todo o esforço do MTur com parceiros e dos resultados obtidos nos últimos anos, as ações de qualificação profissional ainda enfrentam entraves para alcançar a excelência no atendimento e na prestação de serviços, uma vez que a mão-de-obra empregada no turismo apresenta baixa escolaridade, baixa remuneração e alta rotatividade.

BRASIL, 2007:40

Sobre as metas do PNT 2007-2010, nota-se também dados de crescimento do setor sem qualquer referência ao desenvolvimento dos destinos

- . promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno
- . estruturar 65 destinos turísticos para o mercado internacional
- . gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas
- . criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações⁵⁷

Assim como o relatório da Organização Mundial do Turismo, o Plano Nacional de Turismo do governo brasileiro se limita aos números do mercado. O crescimento se justifica na geração de empregos, com a legitimação do trabalho informal que alimenta o setor. Afora alguns estudos acadêmicos sobre os efeitos do turismo nos territórios em que se instala, não há qualquer menção, no PNT 2007-2010, dos riscos sociais,

⁵⁷ Entenda-se, empregos informais.

ambientais e mesmo econômicos que se revelaram depois de quatro anos de investimentos públicos.

Apesar de um evidente crescimento, a realidade do setor não respondeu às promessas de desenvolvimento nem de sustentabilidade. Na pesquisa publicada por Slob e Wilde (2008) e financiada pelo Centro de Pesquisa em Empresas Multinacionais, com o título Turismo e Sustentabilidade no Brasil, há um outra leitura do setor.

Apesar do amplo leque de produtos e serviços associados ao turismo, a tendência do setor foi a integração vertical, com operadoras de viagens, companhias aéreas e até aeroportos, organizados em oligopólios que se tornaram provedores do maior número de serviços, por meio de pacotes completos. Essas *holdings* tem a matriz nos países desenvolvidos, onde detêm a maior parte da renda do turista, que paga *antes* pela cadeia de serviços. A própria OMT (2011) reconhece que o setor de turismo é “caracterizado por uma ausência de fornecedores de países em desenvolvimento nos canais de distribuição”.

O estudo de Slob e Wilde (2008) mostra que o setor mais atrativo no Brasil está no nicho do ecoturismo, mas revela que, apesar de existir mais de 100 destinos focados na natureza brasileira, ecoturismo se tornou um *slogan* para qualquer atividade relacionada à paisagem, de um passeio na trilha a um *resort*⁵⁸.

Considerado um setor liberalizado no comércio mundial⁵⁹, o turismo tem códigos de conduta definidos internacionalmente pela OMT, desde os anos 70, quando os efeitos negativos começaram a aparecer. No entanto, o cumprimento dos códigos de conduta é voluntário, depende da política de responsabilidade social das empresas do setor.

Na análise do mercado de trabalho, Slob e Wilde (2006) mostram que a instabilidade e a baixa qualificação são típicas do setor. Os empregos exigem longas jornadas e horários irregulares, predominam os serviços sem contrato ou contratos temporários, sem direito a férias remuneradas, licença maternidade, previdência social ou indenização por demissão. A instabilidade é justificada pela sazonalidade do setor e reforçada pela falta de poder sindical dos trabalhadores. Para os cargos do topo da

⁵⁸ Para os autores, o ecoturismo é definido com um “segmento do turismo que usa a herança natural e cultural de modo sustentável, que estimula sua conservação e que constrói uma consciência ecológica do turista e promove o bem-estar das populações envolvidas”.

⁵⁹ Para melhor compreender o processo de liberalização do setor do turismo, ver Rodrigo Ruiz Rubio, em “Os tratados de livre comércio, turismo e desenvolvimento” e Jefferson Souza, “Financiamentos ao desenvolvimento do turismo: instrumento da construção da (in)sustentabilidade socioambiental”. (*Declaração de Porto Alegre – Outro Turismo é Possível*, V Fórum Social Mundial, 2005).

hierarquia, as multinacionais do turismo contratam administradores profissionais na matriz.

A desigualdade social produzida e reproduzida pelo turismo tem sua trágica expressão no mercado do sexo, que beneficia uma cadeia de atividades, de gerentes de bar, guias turísticos a funcionários de hotéis e motoristas de taxi (Slob e Wilde 2006). Segundo dados da pesquisa, depois da Tailândia, o Brasil tem o segundo maior número de prostitutas e este é um dos atrativos do turismo masculino para essas áreas. Piscitelli (2007), em pesquisa no *site* de turismo sexual mais visitado da internet, analisou o conteúdo das mensagens trocadas entre os turistas, as dicas, críticas e elogios. Consenso entre os experientes do turismo sexual, o Brasil está no topo do *ranking* e isso se deve à ampla e variada oferta de serviços a preços baixos, especialmente no Nordeste.

O estudo também mostra o choque econômico que o turismo provoca com a dolarização do comércio local, que eleva os preços e empobrece os trabalhadores de outros setores. Comunidades agrícolas ou pescadores que começam a trabalhar com o turismo abandonam aos poucos as atividades tradicionais e perdem a sua relativa autonomia. E ainda é freqüente nos territórios mais valorizados a pressão sobre os moradores para dar lugar aos empreendimentos de luxo.

Estes problemas não se devem ao turismo em si, que tem um potencial único para valorizar a diversidade cultural e a natureza preservada. No entanto, o turismo é um retrato fiel da globalização capitalista, se expandiu com a política econômica neoliberal e a onipotência das empresas multinacionais, que subordina o governo ao mercado, as políticas de desenvolvimento às políticas de crescimento. Legitima os trabalhos precários e a constante incerteza de não ter trabalho. Produz uma sociedade de mercado, que transforma em mercadoria a natureza e as pessoas.

Mais baseados em uma pesquisa qualitativa do que nos dados de mercado, os estudos críticos sobre a outra face do turismo no Brasil mostram os efeitos que são ocultados nos diagnósticos nacionais do setor, assim como não existem indicadores que acompanhem a sua melhoria.

Sem querer idealizar nem condenar o turismo, cabe refletir mais profundamente sobre suas origens e tendências. Como argumenta Coriolano (2007:35), “o responsável por estes impactos não pode ser o turismo, ele é abstração, e não sujeito dessas transformações. Há de se identificar quem organiza o *trade*, quem são os sujeitos das decisões”.

Segundo Coriolano (2007) o turismo é uma atividade econômica que se apropria e

produz territórios, em um dinâmico processo, que transforma as relações sociais. Os grupos econômicos, através de empresas, definem a produção, circulação, distribuição e consumo do turismo. São os padrões capitalistas que determinam o uso do território e a relação social de trabalho. E é com base na representação da natureza como paisagem que o turismo organiza o seu consumo.

O litoral brasileiro obedece hoje a uma denominação internacional do mercado turismo, como a Costa Verde, a Costa do Sol, a Costa do Cacau, a Costa Azul. O litoral foi fragmentado e privatizado para o uso das segundas residências, da rede hoteleira, e dos *resorts*. “O valor de uso do espaço é substituído pelo valor de troca e assim novas contradições vão aparecendo. Entra em conflito o espaço excluído dos moradores e o espaço luxuoso dos turistas” (Coriolano, 2007:9).

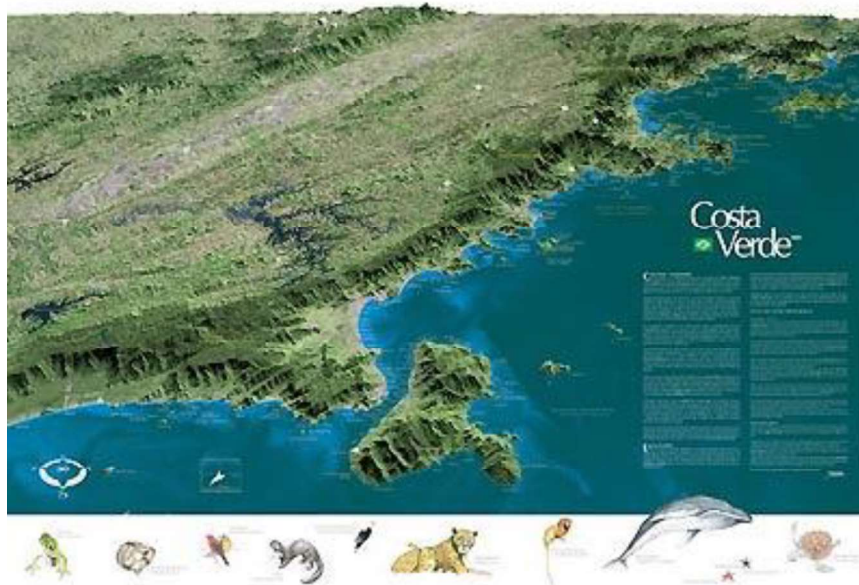
Rocha (2007:72) analisa a organização dos territórios do turismo como territórios do espetáculo, “espaços criados pelo modo de produção vigente, com exibição do luxo, do requinte e do permanente consumo de mercadorias”. Mostra como roteiros limitam a área de visitação e compras ao cenário criado para o turismo. Os espaços onde a miséria se acumula são excluídos nestes roteiros e mesmo tenta-se afastar os turistas das realidades cotidianas. Assim, o turismo vende a novidade e a diversão sem compromisso

O turismo leva ao desconhecido, ao estranho, provoca uma sensação de busca do diferente. Embora novas relações possam acontecer, muitos turistas não retornam aos lugares visitados, preferindo outro desconhecido, não estabelecem vínculos nem compromisso com o lugar visitado

Coriolano, 2007:24

Principal veículo da sociedade do espetáculo, a publicidade do turismo vende a imagem de um mundo perfeito, o sonho terreno do paraíso. O empreendimento que melhor incorpora esta ilusão são os *resorts*, “onde o visitante encontra tudo o que quer, sem precisar sair dos limites internos do empreendimento” (Rocha, 2007:87). O turismo como produto da sociedade do espetáculo cria a separação entre o real e o cenário, mediado pelas imagens da natureza e da cultura exóticas. A cultura dos *resorts* atingiu todo o Brasil e, em 2007, existiam 70 empreendimentos deste padrão, sendo 12 na região Sul, 17 no Sudeste, 5 no Centro-Oeste, 4 na região Norte e 33 na região Nordeste.

A Costa Verde é um dos exemplos desta separação entre o cenário e o real, onde a área de Mata atlântica reservada para o turismo esconde a devastação de todo o seu entorno, em séculos de exploração que ainda avança a passos largos. A foto de satélite mostra com clareza a densidade florestal da Mata Atlântica reduzida a uma linha que acompanha o litoral.



A cortina de floresta que cria o cenário da Costa Verde e esconde o desmatamento do bioma

A ilusão do espetáculo no entanto não dura por muito tempo. Estudos mencionam que o rápido crescimento do turismo vem acelerando também a saturação dos destinos turísticos, “que podem surgir, evoluir, chegar a uma fase de estagnação e degradar em relativamente pouco tempo” (Araújo e Moura, 2007:94).

Os estágios do Ciclo de Vida da Área Turística é um modelo de análise de referência nos estudos do turismo, elaborado por Butler (1980).

Estágio	Características
Exploração	. a área é visitada por turistas aventureiros . apresenta poucos serviços públicos . o patrimônio natural e a cultura local são os atrativos do lugar
Envolvimento	. os moradores começam a oferecer serviços aos turistas . surgem períodos de alta temporada e pressão sobre serviços públicos . os pequenos negócios pertencem aos moradores

Desenvolvimento	. o número de visitantes ultrapassa a população residente na alta estação . surgem serviços profissionalizados de empresas de fora . início dos conflitos entre moradores e turistas . começam a surgir problemas ambientais
Consolidação	. o turismo se torna o principal setor da economia local . os equipamentos turísticos se deterioram . os problemas ambientais se tornam visíveis
Estagnação	. a área perde o <i>glamour</i> e sai da moda . começa a perder turistas para outros destinos substitutos . se acumulam os problemas sociais, econômicos e ambientais
Pós-estagnação	. a destinação entra em declínio rápido . a situação ambiental e social encontra-se em fase crítica . pode surgir um processo de rejuvenescimento com investimentos na criação de novos atrativos

O modelo de Butler revela o tipo de desenvolvimento que acontece nessas áreas, com começo, meio e fim. Reflexo da dinâmica do livre mercado, os atores buscam o máximo lucro no curto prazo, sem limites. As relações sociais passam por uma grande transformação, aumenta a dependência dos moradores em relação ao mercado do turismo e há uma perda do conhecimento e das relações tradicionais com a natureza (Araújo e Moura, 2007). O turismo é um indutor da urbanização e, no terceiro mundo, dos espaços divididos entre a paisagem e a periferia.

Polanyi (2000) analisa que a terra e o trabalho são mercadorias fictícias, no sentido que a natureza e o ser humano não existem como mercadorias. No entanto, são organizados por um sistema que os reduziu a isso.

(...) É verdade que eles não puderam ser transformados em mercadorias reais, pois não existem para a venda no mercado. Entretanto, a ficção de serem assim produzidos tornou-se o princípio organizador da sociedade.

Polanyi, 2000:95

As mercadorias fictícias são problemas estruturais da sociedade de mercado que se globalizou, levando à degradação ambiental e à desigualdade social em escala planetária, o que amplia as contradições do sistema e tornam cada vez mais visíveis os sinais da sua crise, assim como provoca reações e a busca por alternativas

Nas bases da organização capitalista, a exploração da natureza e do trabalhador não encontram limites, gerando uma realidade conflitante e cheia de resistências, que faz nascer uma cultura de recusa, de enfrentamento e de busca de alternativas.

Coriolano, 2007:10

A sociedade de mercado analisada por Polanyi sobreviveu à auto-destruição com a intervenção do Estado. Ele conclui que a história social do século XX foi resultado deste duplo movimento - de um lado os mercados se expandiam por toda a face do globo, de outro uma rede de políticas se integravam em poderosas instituições destinadas a limitar a sua ação.

No lugar de refletir sobre as regulações necessárias ao turismo, sobre uma política de desenvolvimento local e investimentos de longo prazo, se legitima um ciclo de vida e morte aos territórios, como um produto descartável, que tem ainda a esperança de ser reciclado.

Mas ao desvendar as mercadorias fictícias é que podemos criar alternativas fundadas em outros valores para a natureza e o ser humano. Neste sentido, ao tornar visíveis as ficções do desenvolvimento capitalista é que podemos conceber outras formas de economia.

O futuro do turismo sustentável esta ligado à capacidade dos governos e empresários converterem esta atividade em elemento de equilíbrio que ajude a diminuir a dívida social, objetivo que só podem ser alcançado na medida em que o turismo for integrado em uma economia solidária, diversificada e articulada com as especificidades da região

Coriolano, 2007:39

5.4 Outras experiências na América Latina

As experiências em turismo de base comunitária buscam um modelo de economia alternativa, com regras definidas pela comunidade. São administradores dos negócios e deliberam sobre o desenvolvimento local.

Para Sampaio (2005), o turismo de base comunitária é um divisor de águas no setor, que leva a pensar um novo tipo de mercado, regulando a oferta de produtos e

limitando a demanda, debatendo padrões de consumo e estilos de vida, prevenindo impactos sociais e ambientais negativos. O turismo de base comunitária vai de encontro ao modelo dominante de turismo, pois significa uma forma de organização econômica baseada na propriedade e gestão coletiva do território (Ribeiro, 2009). Ao contrário do modelo de *resorts* e condomínios, enfatiza os pequenos empreendimentos, a gestão familiar e o consumo de produção local (Benevides, 1997).

Em 2002, Marina Silva aprovou o ecoturismo em reservas extrativistas, sinalizando critérios essenciais para um turismo possível de ser administrado pelas comunidades e que promova o seu desenvolvimento em bases sustentáveis.

A abertura (das reservas) pode ser uma boa alternativa econômica para as comunidades que vivem nessas reservas, mas são necessários cuidados para o que o turismo de massa não prejudique as atividades de manejo.

(...) É necessário estabelecer parcerias com entidades de apoio e fiscalização, mas o turismo deve ser organizado pelas próprias comunidades para que obtenham capacidade de gestão autônoma sobre a atividade.

(...) O ecoturismo não deve ser a única atividade da reserva, mas parte de uma ação diversificada de manejo dos recursos naturais.

Marina Silva, 2002⁶⁰

No *site* da internet REDTURS: EL PORTAL DE LAS CULTURAS VIVAS⁶¹, há uma ampla variedade de experiências de turismo comunitário em países da América Latina. A rede não é vinculada à Organização Mundial do Turismo (OMT), mas à Organização Internacional do Trabalho (OIT). A primeira página do portal apresenta a proposta de turismo da rede

Somos una red de comunidades campesinas e indígenas, instituciones de apoyo y profesionales que compartimos una concepción del desarrollo sostenible del turismo. Propiciamos la autogestión del turismo, de modo que las comunidades asuman el protagonismo que les corresponde en la planificación, operación, supervisión y desarrollo de sus negocios.

⁶⁰ <http://www.brasiloste.com.br/noticia/119>

⁶¹ <http://www.redturs.org>

A REDTURS apresenta um total de 306 destinos, distribuídos em comunidades da Argentina (7), Bolívia (21), Brasil (37), Chile (6), Colômbia (18), Costa Rica (35), Equador (52), Guatemala (16), Honduras (6), México (36), Nicarágua (36), Panamá (5), Peru (36) e Venezuela (5). As reservas podem ser feitas diretamente nas comunidades ou através de parceiros comerciais distribuídos na Alemanha, Canadá, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Estados Unidos. Todas as informações e contatos estão disponíveis no Portal. No Brasil, existem 37 experiências vinculadas à rede, entre elas e a única no Rio de Janeiro está o turismo de base comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais, que apresento ao final.

De acordo com Ribeiro (2009), o turismo comunitário nasceu, muitas vezes, do choque entre as comunidades e a exploração dos recursos naturais, como a construção de barragens, a pesca clandestina e o turismo de massa, gerando ao mesmo tempo uma oportunidade de renda e a preservação do território.

Nuestra principal misión es apoyar a los procesos de fortalecimiento y desarrollo de las redes de turismo comunitario a nivel local, nacional y regional, con el fin de diversificar sus fuentes de empleo e ingreso, valorar su cultura y afianzar la cohesión social.

O turismo organizado de forma democrática é um processo negociado, que fortalece a autonomia das comunidades em decidir o que desejam para o desenvolvimento dos seus territórios.

Nuestra concepción del desarrollo del turismo se sustenta en los valores de solidaridad, cooperación, respeto a la vida, conservación y aprovechamiento sostenible de los ecosistemas y de la diversidad biológica que éstos albergan.

En consecuencia, estamos en contra de todo desarrollo turístico en nuestros territorios que cause perjuicio a nuestros pueblos, su cultura y el medioambiente.

Con estos fines, reclamamos una justa distribución de los beneficios que genera el turismo entre todos los actores que participamos en su desarrollo.

Somos conscientes de que el turismo puede ser una fuente de oportunidades, pero también una amenaza para la cohesión social de nuestros pueblos, su cultura y su hábitat natural. Por ello, propiciamos la autogestión del turismo, de modo que nuestras comunidades asuman el protagonismo que les corresponde en su planificación, operación, supervisión y desarrollo.

Caso de referência, os Kuna Yala, no Panamá, lutaram pelo reconhecimento da sua terra e cultura. Hoje possuem uma estrutura própria para receber turistas, mostram seus hábitos, alimentação, artesanato, mas deixam claro que os visitantes não devem alterar o cotidiano dos Kunas. A reserva é um conjunto de ilhas de coral e possui cerca de 30 mil pessoas. Somente indivíduos da tribo Kuna tem terras no local, todos os negócios são operados pelos próprios indígenas e debatidos no Congresso Kuna. A visão da comunidade sobre turismo passou por uma importante mudança, de ameaça pela especulação imobiliária à estratégia de fortalecimento da cultura.

El proyecto turístico fue diseñado en 1992 e a finales de los años noventa que pudo terminarse la construcción de las cabañas, la infraestructura básica. En un principio, el Congreso Kuna se opuso al proyecto por temor de que suscitara la llegada de inversiones extranjeras. Este temor estaba bien fundado, pues existía el antecedente de inversionistas extranjeros que trataron de apoderarse de tierras Kuna de excepcional belleza. Con el tiempo, estos temores se han ido disipando. Los ingresos generados por el turismo han tenido un impacto positivo en la comunidad, pues se han utilizado para apoyar a las escuelas y han contribuido a que los jóvenes aprendan a valorar sus propias costumbres.

O turismo de base comunitária não é apenas um turismo *na* comunidade, mas um turismo organizado *pela* comunidade. O turismo planejado e administrado dessa forma evita a desigualdade, a exclusão e a miséria, produzidos pela impessoalidade do mercado. E mostrar aos turistas sua forma de vida não é apenas um serviço, pois transcende as relações de mercado. Como observa Ribeiro (2009) há um fenômeno inusitado no fato de culturas que tem um modo de vida tradicional, pré-capitalista, hoje atrair pessoas que vem dos espaços do capitalismo. Uma questão que afeta ao turismo de base comunitária, na sua relação com o mercado, é justamente a existência de clientes. Pode-se imaginar que as comunidades não tem os padrões de qualidade

globalmente aceitos e vão atrair um tipo específico de turista, geralmente engajado nas questões sociais e interessados em conhecer e vivenciar um outro modo de vida.

Outra experiência de referência é o turismo comunitário em Oaxaca⁶², no México, que agrega 16 grupos étnicos organizados sob a Ley de Pueblos Indígenas para el Estado de Oaxaca. De acordo com a lei

El Estado de Oaxaca tiene una composición étnica-plural sustentada en la presencia mayoritaria de sus pueblos y comunidades indígenas cuyas raíces culturales e históricas se entrelazan con las que constituyen la civilización mesoamericana; hablan una lengua propia; han ocupado sus territorios en forma continua y permanente; en ellos han construido sus culturas específicas, que es lo que los identifica internamente y los diferencia del resto de la población del Estado. Dichos pueblos y comunidades tienen existencia previa a la formación del Estado de Oaxaca y fueron la base para la conformación política y territorial del mismo, por lo tanto tienen los derechos sociales que la presente Ley les reconoce."

A capacidade de organização política dos povos de Oaxaca vem de um dos movimentos sociais mais fortes do México, que mobilizou milhares de pessoas em 2006 e foi comparado ao movimento dos Zapatistas, em Chiapas, que também tem 12 destinos turísticos na REDTURS. Já existem nove livros publicados sobre o movimento social de Oaxaca, entre eles o de Denham (2008), com o sugestivo título *Teaching Rebellion*.

Bahl (2009) explica que o turismo comunitário se insere no segmento de turismo étnico e o maior risco destes destinos é sofrer um falseamento do cotidiano e transformar a cultura em folclore, mas nos destinos da REDTURS observa-se o contrário, talvez pela própria história de resistência dos movimentos sociais.

5.5 O movimento do Aventureiro

Um exemplo próximo à realidade de Paraty de turismo organizado pela própria comunidade é a Praia do Aventureiro, na Ilha Grande (RJ)⁶³, que na década de 80 foi

⁶² <http://www.oaxaca-travel.com> e também faz parte da REDTURS

incluída na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, demarcada sem consulta aos moradores, que seriam desapropriados uma vez que a Reserva Biológica é categoria de proteção integral. Por falta de recursos para indenização, a comunidade permaneceu. Na última década, com a supervalorização das terras na Ilha Grande e a força da corrente preservacionista nos órgãos ambientais fez o povo do Aventureiro sentir a especulação imobiliária aliada à corrupção política que os ameaçava remover em obediência à lei.

O turismo no Aventureiro apresentava boa organização, especialmente em relação às outras praias da Ilha, que sofrem com a invasão de empreendedores de fora, e as comunidades são excluídas pelo turismo de elite ou destruídas pelo turismo de massa. Os negócios no Aventureiro eram administrados somente pela comunidade, de forma bem distribuída, basicamente no sistema de *campings*, o que produziu relativa melhoria nas condições de vida da comunidade.

O Aventureiro tem uma professora e uma agente de saúde próprias da comunidade, com grande liderança na mobilização e organização social. Em comparação com as outras praias da Ilha Grande, Aventureiros é a única não loteada, não evangélica e não patriarcal. Existem dois times de futebol feminino e a maioria das jovens praticam *surf*. São sinais de um tempo livre do trabalho intenso na roça e na pesca, que ainda lhes garante a subsistência. De certa forma, o turismo proporcionou o luxo de manter as práticas tradicionais sem se escravizar por elas.

No auge do conflito, quando a FEEMA proibiu a entrada de turistas no Aventureiro, com fiscalização policial, este povo isolado acionou uma rede de parceiros. Professores da UFRJ, UERJ, UFF, PUC e UFRuralRJ produziram o documento PRÓ-AVENTUREIRO, com proposta de recategorização da praia em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)⁶⁴. Também por meio desta rede, produziram o filme VIDA BONITA, da cineasta Cecília Lang, com roteiro, direção e fotografia feitos pelas pessoas do Aventureiro. E os moradores ainda usaram da desobediência civil e passaram a trazer turistas em seus próprios barcos. Entre os argumentos a favor do Aventureiro

⁶³ Para uma compreensão da história da Ilha Grande, ver a coletânea organizada por Rosane Manhães Prado, *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: Garamond/EDUERJ, 2006).

⁶⁴ Ver a pesquisa de Teresa Cristina Mendonça, “Populações humanas, áreas protegidas e turismo na vila do Aventureiro: conflitos e soluções locais”. (in *Áreas Naturais Protegidas e Inclusão Social*. Rio de Janeiro: Rodrigo Medeiros e Marta Irving Editores, v 3, n 1, 2007).

Compare-se o caso do Aventureiro com o restante da Ilha Grande e com o modo como diferentes localidades vem ali absorvendo o turismo a partir da década de 1990, marcado por toda sorte de problemas num processo desordenado de urbanização, sendo a população nativa original colocada numa posição subalterna ou excluída em relação aos mais diversos interesses dos que vem de fora para explorar ou usufruir o turismo. A comunidade do Aventureiro é a única da Ilha Grande – e um caso raro no Brasil – que criou uma solução própria para lidar com o turismo e que gerencia ela mesma o turismo que ali ocorre. Em termos ambientais também é possível observar que, mesmo na área onde a população reside e onde se opera o turismo, as condições são as melhores de toda a Ilha, não se observando as inúmeras construções que desmatam e se multiplicam nas outras localidades. O turismo no Aventureiro se assemelha a um cenário que se monta e desmonta periodicamente.

Catão, 2004

Ao final de 2006 se experimentava a primeira estratégia de controle do turismo na Praia do Aventureiro, com o máximo de 560 turistas, distribuídos nos 18 *campings* cadastrados pela própria Associação de Moradores, através de uma força-tarefa que contava com a Prefeitura de Angra, FEEMA e o Batalhão Florestal. Para chegar ao Aventureiro, o turista tinha que passar pelo Centro de Informações Turísticas de Angra, onde é cadastrado para entrar nos barcos autorizados a chegar em Aventureiro.

A experiência da Praia do Aventureiro não se disseminou pela Ilha Grande e ainda enfrentam dificuldades no controle dos barcos que chegam à praia sem autorização, principalmente os particulares. A fiscalização exige um poder de polícia que depende de ação integrada e contínua, terrestre e marítima. Tudo isso coloca em questão a autonomia das comunidades sobre seu território e seu destino. À diferença de outras experiências mais avançadas na América Latina, o turismo comunitário no Brasil passa por um processo de aprendizagem, que ainda caminha ao lado da garantia pela terra.

A compreensão deste processo se revela no conflito entre distintas visões e interesses sobre uso do território para o turismo em Paraty.

5.6 As possibilidades de turismo em Paraty

Para levantar alguns traços dos atores que influenciam no mercado de turismo em Paraty, entrevistei o Secretário Municipal de Turismo, Amaury Barbosa, o proprietário da maior agência de receptivo, ParatyTours, Sebastian Buffa, que também representa o grupo internacional Convention Bureau, e analisei o projeto de turismo de base comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais.

A Secretaria Municipal de Turismo fica na avenida principal da cidade, à entrada do Centro Histórico, onde funciona um Centro de Informações Turísticas, basicamente uma longa mesa com milhares de *folders*, algumas pessoas que não falam inglês e que fecham as portas quando não tem movimento. Exatamente ao lado está a principal agência de turismo de Paraty, a ParatyTours, que oferece todas as informações e também os pacotes de serviços, em três idiomas, aberto diariamente, até à noite. Esses vizinhos mostram um fiel retrato da lógica neoliberal local.

Em entrevista com o Secretário de Turismo, que é professor de história, ele diz com relativo orgulho que assumiu a Secretaria a convite do Prefeito. Assume que não tem experiência no turismo, mas como não podia recusar, aceitou a missão.

Em resposta à pergunta sobre qual é a Política de Turismo para Paraty, Amaury responde

Me preocupo em mostrar aos jovens que é importante valorizar a sua cultura. Vem gente do mundo inteiro aqui porque nós temos uma coisa que é diferente. A globalização colocou tudo igual e nós ainda preservamos o diferente. Eu sempre digo pros meus alunos: café com melado de cana você só vai tomar em Paraty, agora, Coca-Cola, você toma no mundo inteiro. Esse é o diferencial.

Repeti a pergunta e obtive a mesma não-resposta. Apesar das boas intenções do professor Secretário, a política municipal de turismo, assim como a PNT, é reduzida aos atrativos para o turista, quando nada se discute sobre o desenvolvimento local.

Sobre a política para as comunidades tradicionais, ele argumenta que os “evangélicos estão lá”. Entenda-se, é território da corrente evangélica do governo. Basicamente esta é a política local para as comunidades tradicionais.

À pergunta sobre a política de desenvolvimento para Paraty, se a Prefeitura tem alguma, ele afirmou que sim, mas sem diferenciar muito bem o Plano Diretor, o Plano

de Manejo, o Plano DELIS⁶⁵, entre outros, trouxe uma dezena de relatórios empoeirados da estante.

Na entrevista com o empresário da ParatyTours, um argentino que fundou a agência há 20 anos, a primeira da cidade, o conhecimento do turismo era outro. Hoje também é o representante local do grupo de turismo internacional Convention Bureau, que articula os empresários do setor com foco no segmento de Eventos. Seja na internet, na entrevista com o empresário ou nas reuniões em Paraty, quem é e como trabalha o Convention Bureau foi algo sempre invisível. Mas sabe-se que veio junto como o projeto de Turismo Cultural financiado pelo Ministério do Turismo e executado pela Casa Azul, desde 2007. Sabe-se também que o grupo recebeu da Prefeitura um terreno para construir um Centro de Convenções, notícia o que vazou da Câmara de Vereadores e gerou muito constrangimento, sem explicação.

O proprietário da agência não tinha muito tempo para entrevista e quando questionei sobre a fatia do mercado que cabe à ParatyTours, ele não quis informar. A segunda maior agência da cidade, a Paraty Adventure, basicamente é parceira da ParatyTours, atuando nos segmentos complementares à maior. Sobre a situação do mercado, o empresário explica que a qualidade do turismo em Paraty caiu devido à desvalorização do dólar, impactando no turismo estrangeiro. E também ao fato das classes sociais brasileiras que não tinham acesso ao turismo agora estarem viajando mais e isso estimula a oferta de serviços de qualidade inferior.

Sobre o Convention Bureau apenas informou que é um grupo de empresários que quer promover o desenvolvimento do turismo, “já que o poder público não age”. Por desenvolvimento entende ter um bom produto, boas estratégias de *marketing* e melhoria no nível do turismo. Com relação ao mercado para o turismo de base comunitária, o empresário argumenta que as comunidades não tem um “produto cultural preservado” e que não tem infra-estrutura para criar um “bom produto turístico”. E há muitos problemas sociais, como alcoolismo, a prostituição, as drogas. Argumenta que mesmo o Quilombo do Campinho, que já avançou no setor, não consegue se auto-sustentar com o turismo. E ainda, na sua perspectiva, “as comunidades devem desenvolver um produto turístico que não se misture com o movimento social”.

A ParatyTours inclui roteiros nas comunidades da Ilha do Araújo e Ponta Negra, que tem alguns estabelecimentos com maior padrão de qualidade. O entrevistado

⁶⁵ Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável

também acha que o turismo comunitário tem o potencial de ajudar a economia familiar, preservar a cultura e o ambiente, mas “eles não tem um produto, tem que ter o produto”.

O empresário contrata funcionários em Paraty, para formar mão-de-obra local, são jovens em geral de 15, 16 anos, que já podem trabalhar como aprendizes. Ao questionar sobre o padrão salarial, ele afirma que é baixo, sem dizer o valor, “porque afinal eles estão aprendendo e ali é a melhor escola”.

A ParatyTours tem uma dinâmica de trabalho intensa, ampla diversidade de roteiros em praias, ilhas, cachoeiras e montanhas, com toda a variedade de transporte e serviços vinculados. O monopólio no setor de receptivo acaba por centralizar a rede de serviços do qual dependem quase totalmente os pontos que vão compor os roteiros.

Algumas questões são esclarecedoras da lógica do mercado expressa no pensamento de Sebastian Buffo. Primeiro, a visão que tudo enxerga como um produto, num processo constante de descobrir e produzir novas mercadorias. Depois, o fato que o movimento social incomoda. E ainda, que cliente bom é cliente rico. Isso é apenas um sinal das barreiras que enfrentam as comunidades no seu cotidiano.

O início do projeto de Turismo Cultural em Paraty, nas reuniões organizadas pela Casa Azul, foi marcado por conflitos. Era mais um projeto que chegou de cima pra baixo, privilegiando alguns grupos sem explicação e com muitas controvérsias em torno do conceito de cultura, a ponto do Ministério ser visto como um oportunista que chegou para colocar a “azeitona na empada” da cidade. Depois de importantes mudanças internas, a Casa Azul foi se tornando um ator político importante em Paraty, de pressão à Prefeitura, com forte organização e recursos contínuos para isso.

No ano seguinte, em 2008, o Fórum de Comunidades Tradicionais ganhou um edital público para implantação do seu projeto de turismo cultural, de base comunitária, patrocinado pelos Ministérios do Turismo e da Cultura. O Quilombo do Campinho da Independência foi o proponente do projeto *Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região da Costa Verde*. Foi pensado pelas cabeças do movimento e escrito em parceria com uma competente antropóloga com experiência nos movimentos sociais da Amazônia. Inicialmente articulava as comunidades de Paraty, mas depois o Ministério sugeriu ampliar também às comunidades de Ubatuba e Angra, com um orçamento triplicado a 450 mil reais, para ser realizado em três anos, articulando 24 comunidades.

São 5 quilombos:

. Campinho e Cabral, em Paraty

- . Camburi e Fazenda, em Ubatuba
- . Bracuí em Angra

6 aldeias guarani:

- . Paraty-Mirim, Araponga e Rio Pequeno, em Paraty
- . Renascer e Boa Vista, em Ubatuba
- . Bracuí em Angra

13 comunidades caiçaras:

- . Praia do Sono, Ponta Negra, Martins de Sá, Pouso da Cajaíba, Ipanema, Calhaus, Praia Grande da Cajaíba, Mamanguá, Paraty-Mirim, Ilha do Araújo, Tarituba e Trindade, em Paraty;
- . Parnaiooca, na Ilha Grande.

A apresentação do projeto revela a indignação, a denúncia, novos discursos e também a luz no fim do túnel.

O projeto foi construído a partir da troca de experiência das comunidades participantes do Fórum de Comunidades Tradicionais que, de maneira comum, sofrem com a pressão do turismo de massa que cresceu na região. A vocação turística e a falta de política pública favoreceu a especulação imobiliária e outros problemas. As comunidades já desenvolvem o turismo, porém de forma desorganizada, à mercê do formato imposto pelos operadores de turismo da cidade que exploram a socio-biodiversidade local sem nenhuma responsabilidade social ou ambiental. Em outros casos o turismo enquanto atividade econômica não está presente na comunidade, mas seus efeitos sim.

Por tudo isso a importância de enxergá-lo como um potencial na geração de renda e pensar seu desenvolvimento a partir de uma leitura da comunidade.

O projeto tem duas linhas de ação: (1) o diagnóstico do turismo em cada comunidade, seus problemas e potenciais e (2) um curso de formação para 48 jovens, dois de cada comunidade.

A oficina diagnóstica será feita em cada comunidade e tem como objetivo levantar os problemas e potencialidades do turismo hoje e discutir o que a comunidade quer para o futuro.

O curso de formação foi planejado à semelhança dos encontros do Fórum, assim como o alcance de suas discussões

A turma será itinerante, se encontrando a cada mês em uma das comunidades envolvidas no projeto.

Isto permite um intercâmbio das diferentes realidades, onde cada comunidade recebe as demais, além de ser um espaço de reunião, passa a ser também um espaço de troca cultural e de ações conjuntas, como os mutirões de implantação das agroflorestas. Serão diversos temas trabalhados na formação, que vão desde temas específicos sobre turismo cultural e étnico, até temas mais amplos, como agroecologia, meio ambiente, legislação ambiental, unidades de conservação, questão fundiária, saúde, etc. Estes temas mais amplos são elementos importantes para a compreensão e a discussão dos alunos sobre a realidade em que vivem as comunidades.

De um lado o projeto é uma proposta extremamente ambiciosa no que se refere à diversidade de comunidades e realidades que pretende abarcar, por outro é relativamente realista no alcance dos seus objetivos. É um primeiro passo que investe na compreensão deste cenário complexo e também em uma formação mais ampla do que a gestão do turismo.

Um outro fenômeno que merece estudos posteriores é a expansão das experiências agroecologia, que se deve à parceria antiga com a UFRRJ. Mais além de uma técnica sustentável, é uma estratégia de legitimar o uso do território junto aos órgãos ambientais, sendo autorizados com relativa facilidade. E seria interessante verificar a hipótese de poderem investir nessas novas experiências por não dependerem exclusivamente delas.

O projeto busca valorizar o saber dos antigos e fortalecer a construção da sua identidade coletiva, sinalizando os primeiros passos para a criação dos produtos turísticos.

As oficinas comunitárias de saberes tradicionais tem como objetivo o resgate e a valorização de saberes específicos das comunidades através do seu

repassse aos jovens, estimulando-os a este tipo de conhecimento. Cada comunidade irá realizar duas oficinas, onde elas próprias irão escolher os temas e os mestres que serão os instrutores. As oficinas estarão sempre relacionadas aos interesses locais, como oficinas de rede, cestaria, artesanato indígena, coral guarani, ciranda, jongo, plantio, colheita, etc.

Espera-se também que um maior número de famílias possa ser beneficiado com a atividade turística, não como mão de obra secundária (...) e que possam gerir eles mesmos as atividades turísticas locais e regionais.

O projeto ainda está em andamento e não tive a pretensão de avaliá-lo, mas apenas acompanhar o aprendizado das pessoas envolvidas e os desafios que estão enfrentando. Até a conclusão da minha pesquisa de campo, já tinham cumprido a primeira meta, de visita e diagnóstico às 24 comunidades. Se depararam com a diversidade de situações, pois cada uma tem uma história, uma lógica, uma resistência, forças e fraquezas, cujo conhecimento profundo não obedece aos prazos dos projetos.

Cada comunidade também tem seu grau relativo de isolamento, invasão ou mistura, que provoca uma dificuldade em definir as fronteiras do grupo. Especialmente as comunidades caiçaras, pelo fato de não terem uma legislação própria de terras e estarem nas áreas mais cobiçadas pelo turismo, já vivem em um território híbrido e desigual há algum tempo.

Apesar da enorme diversidade e complexidade de situações, o projeto de turismo de base, assim como o Fórum, só vem ampliando a rede de relações de cooperação entre as comunidades, que antes ou não se falavam por conflitos passados ou porque sequer se conheciam.

Em relação ao contexto externo, a experiência dos executores do projeto, com a visita a tantas comunidades, mostrou as dimensões reais do cenário em que se inserem e o tamanho dos empreendimentos que estão lidando, em uma perspectiva regional, em Ubatuba, Paraty e Angra. De um lado, há o poderoso mercado imobiliário que transformou a Costa Verde em um produto de luxo, organizou o território em condomínios que impedem o acesso público, são as segundas casas de moradores das duas maiores capitais do Brasil, que acabam por reproduzir a ocupação urbana e desigual do lugar.

Depois a explosão de problemas ambientais na costa do Rio de Janeiro, com a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), que vai afetar toda a pesca na região sul

do estado. A ampliação do Estaleiro Brasfels, que vai se tornar o maior do Brasil. A construção da usina nuclear Angra 3, a 30 km de Paraty. Além disso, a área da costa mais próxima à plataforma do Pré-Sal é a Reserva Ecológica da Juatinga.

E ainda tem as forças que exploram os recursos naturais. A empreiteira Valle Sul tem o monopólio da construção civil na Costa Verde. Pedras, areia, terra, madeira, são retirados de áreas protegidas, por enormes escavadeiras, o que tem um enorme impacto para as comunidades tradicionais e no equilíbrio ambiental, como mostram os desastres apocalípticos causados pela chuva.

Cada comunidade sofre, a depender da sua localização, o poder destrutivo e impune dessas forças, assim como a pressão dos órgãos ambientais para compensá-las criando fronteiras ilusórias de um paraíso cercado de caos.

A percepção destes problemas e de um poder tão desigual mostra a pretensão nada modesta de um movimento de base. Mas se os caminhos são tortuosos e tem muitas encruzilhadas, ao menos estão cada vez mais visíveis.

Além de um contexto complexo, o projeto de turismo também enfrenta desafios na sua implementação, com toda a burocracia que é imposta à gestão dos recursos públicos e com a lógica do mercado que só fala a linguagem do produto⁶⁶.

Desde 2007, os projetos financiados pelo governo federal tem que organizar a prestação de contas de acordo com um sistema de gestão de convênios chamado SICONV⁶⁷, que faz transferências diretas aos prestadores de serviço. Um sistema de *software* que exige um curso para entender e uma equipe para administrar. Apesar de financiar um projeto que busca fortalecer a diversidade, o governo impõe uma burocracia que muitas comunidades não dominam. Com muitas dificuldades, os executores do projeto estão conseguindo atender às determinações da burocracia, mas destinando um tempo valioso para cumprir os excessos de controle.

Apesar de ainda dependente dos recursos governamentais, a estratégia de turismo de base está alinhada aos preceitos da Política dos Povos Tradicionais, que defende uma forma de organização própria. O projeto de turismo é o primeiro investimento neste sentido, uma experiência importante no aprendizado de organização

⁶⁶ Para aprofundar a análise dos desafios dos movimentos sociais na interação com a lógica do Estado e do mercado, ver Claus Offe, em *Problemas estruturais do capitalismo* (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984).

⁶⁷ www.convenios.gov.br/siconv

regional, que transcende os limites de cada comunidade e os insere em uma discussão mais ampliada sobre os seus desenvolvimentos.

Em relação às interações com o mercado, tem-se aí o maior dos desafios. Ao mesmo tempo que buscam organizar uma economia alternativa, estão imersas na dinâmica capitalista, expostos aos riscos da crescente desigualdade que o turismo pode gerar. Se os negócios forem conduzidos individualmente, aqueles com mais atrativos aos turistas vão se apropriar da maior parte da renda dos visitantes. Refletir sobre o grau de liberdade e de controle dos negócios é um fator decisivo para discutir regras justas na organização do mercado de turismo de base comunitária.

Todas essas questões representam um grande desafio às lideranças do Fórum, especialmente neste momento de refletir sobre a elaboração do Curso de Formação quando tem hoje a oportunidade de conciliar o movimento social com o turismo de base comunitária. É com este processo que a minha pesquisa busca contribuir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise ambiental e social que enfrentamos hoje em nível mundial impõe repensar o modelo dominante de desenvolvimento, em busca de caminhos alternativos ao pensamento único de crescimento econômico a qualquer custo e às relações desiguais entre os povos do Norte e do Sul.

O olhar da minha pesquisa é para um território que se transformou em área protegida, do desenvolvimento urbano e industrial, é habitada por comunidades tradicionais, em uma economia baseada nas atividades de agricultura, extrativismo, pesca e cada vez mais no turismo. Uma minoria que luta pela terra em que vive e que vem ampliando a sua visibilidade e influência nas políticas públicas, com o discurso da sustentabilidade apoiado na sua tradição.

O desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas é o que defendem os órgãos ambientais, as comunidades tradicionais e os empresários do turismo em Paraty que, apesar de distintas perspectivas, reconhecem a importância da natureza preservada. O objetivo da pesquisa foi compreender a encruzilhada gerada por distintos projetos de desenvolvimento que estão em disputa nos territórios protegidos. A minha tese é que diante da crise da civilização urbana e industrial, estão sendo gestadas alternativas ao projeto dominante do desenvolvimento, através das políticas públicas ambientais e do protagonismo das comunidades tradicionais. A contribuição das ciências sociais na análise do desenvolvimento em áreas protegidas não será conceber um modo de vida sustentável aos seus moradores, mas compreender a resistência e a reinvenção das suas estratégias frente à expansão capitalista sobre os seus territórios.

A política ambiental brasileira avançou com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no sentido de reconhecer a permanência das comunidades tradicionais nos seus territórios assim como a possibilidade de uso sustentável dos recursos naturais. Também avançou no aprofundamento da democracia, com a gestão das UC's através dos Conselhos que, apesar de muitos entraves, são uma verdadeira escola política e estão tornando mais visíveis os interesses em jogo. As inovações na legislação, no entanto, não garantem efetivamente os direitos dos povos tradicionais. De orientação desenvolvimentista, e neoliberal, os seguidos governos do PT enxergam as políticas de preservação ambiental como um obstáculo ao crescimento e estrangulam a sua implementação com um orçamento insignificante.

Na prática, as UCs no Brasil são consideradas, pelos seus próprios gestores, como “Parques de papel”. Com um orçamento insuficiente, falta de pessoal e dos meios de fiscalização, não conseguem alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável dos territórios e nem mesmo o de conservação da biodiversidade. Nessas condições, os órgãos ambientais são impotentes frente às estratégias dos mais ricos, que no caso da Costa Verde agrega a elite econômica do país. Como concebeu Ulrich Beck, na Sociedade de Risco, esta elite pode ter acesso a toda informação, mas não conhece, não se interessa e não quer obedecer às leis ambientais, colocando em risco, cada vez mais, a sua própria vida.

O Estado brasileiro, e portanto suas instituições ambientais, devem ser compreendidos como um sistema heterogêneo, onde competem internamente diferentes grupos de interesse, que vem de partidos políticos, de distintos estratos da burocracia, dos *lobbies* das empresas e dos movimentos sociais. No campo ambiental concorrem os grupos preservacionistas, que acreditam no mito da natureza virgem e assim pretendem mantê-la, e os conservacionistas, que tem uma abordagem socioambiental do uso do território, apóiam o movimento dos povos tradicionais e tiveram maior ascensão com a gestão de Marina Silva.

Essas tensões internas no Estado produziram um movimento contraditório na gestão da política ambiental para as áreas protegidas, que ora foi uma proteção para os seus moradores, no sentido que, sem ela, a especulação imobiliária já os teria varrido do território com rapidez e violência muito maiores. E ora foi mais um instrumento de opressão às comunidades, inviabilizando a sua vida no lugar ou os abandonando à própria sorte, em convivência com as forças de privatização da natureza.

É neste cenário que caiçaras, quilombolas e guaranis de Paraty se articularam no Fórum de Comunidades Tradicionais, para lutar pelo direito de permanência na terra e melhorar suas condições de vida. Inicialmente, não é a busca pelo desenvolvimento que os mobiliza, sendo muito mais um processo contra o qual tentam se proteger do que algo a ser alcançado.

A capacidade de organização e mobilização dos líderes do Fórum foi determinante para a sua continuidade. A existência de um moderador e de um relator, a definição dos objetivos e a pauta das discussões, o rodízio dos encontros em cada comunidade e a relação dialógica e participativa nas reuniões foram fatores que convergiram para a crescente legitimidade do Fórum, mais democrático e organizado do que qualquer Conselho da região.

Esta articulação inédita, de diferentes culturas, que já foram conflitantes ou mesmo desconhecidas uma das outras, também contou com o apoio de uma rede de parceiros, estudantes e professores das principais universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, profissionais liberais como advogados e organizações não-governamentais. São grupos alinhados com o pensamento ambientalista e os movimentos sociais, criticam o sistema de propriedade da terra e o modelo dominante de desenvolvimento.

Mais um espaço público do que um ator político, o Fórum não tem a pretensão de resolver todos os problemas, mas avançar na troca de informações, no aprendizado e no empoderamento das comunidades. Os problemas enfrentados pelas comunidades estão essencialmente ligados, são as proibições ambientais, a especulação imobiliária e a ausência dos serviços públicos, que juntos inviabilizam a sua vida no território e produzem uma expulsão sem confronto, nem indenizações.

Uma solução simultânea para todos estes problemas seria o turismo, setor com grande potencial de favorecer o desenvolvimento local, tendo como atrativos a natureza e a cultura próprias de cada lugar. Neste sentido, potencialmente, o turismo é contrário à uniformidade imposta pela globalização e aparece como uma estratégia de empoderamento das comunidades locais, legitimando a sua presença no território e o seu modo de vida.

No entanto, apesar do seu potencial sustentável, o turismo hoje é um retrato fiel da política neoliberal e da globalização capitalista. A especulação imobiliária que acompanha a expansão dos mercados não obedece a qualquer regulação e tem poder de influenciar as políticas ambientais e de turismo a seu favor. A liberdade dos empresários, com a cumplicidade dos governos, tem levado à formação de cartéis do turismo, sem nenhuma responsabilidade social ou ambiental sobre os territórios de destino, produzindo a exploração dos trabalhadores e o descarte dos lugares como uma dinâmica normal do setor.

Na encruzilhada do desenvolvimento em áreas protegidas, o caminho do turismo de viés neoliberal é o mais aberto e para onde flui a corrente principal. Sua base de sustentação vem do argumento de que natureza preservada é natureza privatizada, o que atende aos interesses dos empresários do turismo, dos grupos ambientalistas conservadores e dos turistas urbanos, às custas da exclusão dos seus moradores. Esta é a política dominante nas estratégias de crescimento do turismo e proteção dos territórios naturais.

Outro caminho, mais estreito e tortuoso, é aberto pela idéia do turismo de base comunitária, que favorece a permanência das comunidades nas UC's, pois viabiliza a geração de renda, a auto-gestão dos negócios e a valorização da sua cultura. Estratégias neste sentido estão se multiplicando na América Latina, fortalecendo uma diversidade de povos que salvaguardaram a natureza mais exuberante do continente. O desafio dessas iniciativas não é apenas criar produtos para o turismo, mas um outro modelo de economia, uma outra forma de produção e de consumo, de geração e distribuição da renda. O projeto de turismo de base comunitária do Fórum está sendo uma verdadeira escola aos seus participantes, na união de diferentes culturas, na visão regional de seus desafios e na reflexão sobre o seu desenvolvimento. É um projeto ambicioso no seu alcance, mas também realista nos seus objetivos, uma semente de reflexão sobre a realidade complexa em que se inserem e os caminhos que podem tomar.

Outro caminho aberto à encruzilhada do desenvolvimento em Paraty vem das políticas desenvolvimentistas do governo federal, planejadas para o setor de energia, como a usina nuclear Angra 3 e a prospecção do Pré-sal. É um caminho que passa por cima de qualquer resistência e projetos alternativos, que vem determinando o destino dos mais diversos territórios brasileiros em nome do crescimento econômico, num atropelo autoritário que ainda traz a racionalidade e a corrupção do período militar.

Finalmente, para compreender a dinâmica do desenvolvimento é necessário observar as diferentes forças que organizam as suas possibilidades. A encruzilhada na qual nos encontramos hoje, com a crise do modelo de desenvolvimento dominante, sinaliza diferentes caminhos a tomar, o que vai depender tanto dos projetos em disputa quanto das estratégias dos atores em empreender esta tarefa. De todos os caminhos, optei por estudar o mais improvável, porém o mais racional, em bases sustentáveis, para repensar o nosso destino.

7. BIBLIOGRAFIA

- ACIMA/CEDEC. "Brasil 500 anos – uma abordagem socioambiental". *Revista Debates Socioambientais*. São Paulo, ano V, n 13, 1999.
- ACOSTA, A. "El Buen Vivir, una oportunidad por construir". *Revista Ecuador Debate*, 28 /12 2008.

- ADAMS, Cristina. “As florestas virgens manejadas”. *Boletim MPEG*. Belém, v 10, n 1, 1994.
- _____. *Caiçara e Mata Atlântica: diferentes visões de uma mesma questão*. Dissertação de Mestrado. PROCAM: USP, 1995.
- _____. “As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma abordagem interdisciplinar”. *Revista de Antropologia*, v 43, n 1, 2000.
- ALMEIDA, Alfredo. “Amazônia: a dimensão política dos conhecimentos tradicionais”. In ASCERALD, Henri (org). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, 2004.
- _____. “Terras tradicionalmente ocupadas – processos de territorialização e movimentos sociais”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v 6, n 1, 2004.
- ANDERSON, Anthony. *Land use strategies for successfull extractive economies*. Washington: Natural Wildlife Federation, 1989.
- ANGELO, Sueli. “Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de Conservação Ambiental”. In DIEGUES, Antonio Carlos (org) *Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador*. São Paulo: Hucitec, v 1, 2004.
- ARAÚJO, L. e MOURA, F. “A expansão do turismo na zona costeira: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural” in CORIOLANO, L. N. E VASCONCELOS, F.P (orgs.). *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- ARENDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- AYRES, Débora. “A implantação de uma unidade de conservação em área de várzea: a experiência de Mamirauá”. In atas do *Congresso: International Interdisciplinary Approaches to Biodiversity Conservation and Land Use Dynamics in the New World*. Belo Horizonte, 1993.
- BAHL, M. “Dimensão cultural do turismo étnico” in *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Editores Alexandre Panosso Netto e Marília Gomes dos Resi. Barueri: São Paulo, 2009.”
- BANCO MUNDIAL. *Poblaciones indígenas y desarrollo económico – consideraciones ecológicas-humanas*. Washington DC, 1984.
- BANERJEE, S. “The Myth of Sustainable Development” in *Situation Analysis*, issue 4 Autumn, 2004.

- BARBORACK, Jim. “Mitos e realidades da concepção atual de áreas protegidas”. In *Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação Vol 1*. Curitiba: IAP, Unilivre, 1997.
- BATISSE, Michel. “Developing and focusing the biosphere reserve concept”. *Nature and Resources*. Paris: UNESCO, ano 3, v XXII, 1986.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECK, U. *A sociedade de risco: rumo a uma nova modernidade*. São Paulo: Ed 34, 2010.
- BENEVIDES, I. “Para uma agenda de discussão do turismo como fator do desenvolvimento local” in RODRIGUES. A (org). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BIELSCHOWSKY, R (org) *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, Vol. 1, 13-68, 2000.
- BOLTANSKI, L e CHIAPIELLO, E. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Madrid: Akal, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *A profissão de sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRANDÃO, Carlos. *Os caipiras de São Paulo*: São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: MTur, 2006.
- _____. *Plano Nacional de Turismo 2003-2007*. Brasília: MTur, 2003.
- _____. *Plano Nacional de Turismo 2007-2010*. Brasília: MTur, 2007.
- _____. *Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil*. Brasília: Brasiliana, 1982.
- _____. *Proposta para criação da Área de Proteção Ambiental Cairuçu*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1982.
- BRITO, Maria Cecília. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PROCAM, USP, 1995.
- BUTLER, R. “The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management resources”. *Canadian Geographer*, v. 24, n. 1, p 5-12, 1980.

- CAJKA, Frans. “Antropología Ecológica: una manera de ver el mundo”. *Antropología y Marxismo*, n 3, 1980.
- CAPOBIANCO, João Paulo e RAMOS, Adriana (org). *Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.
- CARVALHO, Isabel e SCOTTO, Gabriela (coord). *Conflitos socioambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Grapho, IBASE e Fundação Heinrich Boll, 1995.
- CATAO, Helena. *Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro, Ilha Grande, RJ*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRuralRJ, 2004.
- CATTANI, A.D. LAVILLE, J.L. GAIGER, L.I. E HESPANHA, P. (coord). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Barcelona, Paidós, 2001.
- CAVALIERI, Lúcia. *As comunidades caiçaras no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia, USP, 2003.
- CECHIN, André. *A natureza como limite da economia. A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Ed SENAC/Edusp, 2010.
- COLCHESTER, Marcus. “Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In DIEGUES, Antonio Carlos (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Annablume, Hucitec, 2000.
- _____. *Saving nature – indigenous people, protected areas and biodiversity Conservation*. Discussion paper, Switzerland: WWF, 1994.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. *Anais do III Seminário da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*. Rio de Janeiro, 1993.
- CORDELL, John. *Locally Managed Sea Territories in Brazilian Coastal Fishing*. Roma: FAO, 1982.
- CORIOLOANO, Luzia e VASCONCELOS, F.P (orgs.). *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007.

- _____. *Turismo e geografia: abordagens críticas*. Fortaleza: EdUECE, 2005.
- _____. *Turismo, territórios e sujeitos nos discursos e práticas políticas*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia: Universidade Federal de Sergipe, 2004.
- DAGNINO, E., OLVERA, A. e PANFICHI, A. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- DAMASCENO, Cilda. “A ética burguesa do turismo” in CORIOLANO, Luzia. *Turismo com ética*. Fortaleza: EdUECE, 2005.
- DaMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- _____. *Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- DENHAM, D. *Teaching Rebellion: Stories from the Grassroots Mobilization in Oaxaca*. PM Press, 2008.
- DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Ed Atlas, 1985.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec e USP, 2004.
- _____. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. “Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras”. *Anais da 4ª Conferência de União Internacional para Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais*. São José, Costa Rica, 1988.
- _____. “Pesca artesanal: tradição e modernidade”. *II Encontro de Ciências Sociais*. São Paulo: NUPAUB, Fundação Ford, UICN, 1989.
- _____. e ARRUDA, Rinaldo. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- EHLERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável – origens e perspectiva de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.
- ELLEN, Roy. *Environment, subsistence and system*. New York: Cambridge, 1982.
- EMBRATUR. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília: EMBRATUR, 1997.

- ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World, 1945-1992*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.
- FIORI, José. “Sistema mundial: império e pauperização – para retomar o pensamento crítico latino-americano” in FIORI, J e MEDEIROS, D (orgs). *Polarização Mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FIPE. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil*. São Paulo: FIPE, 2006.
- FLEURY, Sonia. “Política social, exclusión y equidad en América Latina” in *Nueva Sociedad*. Caracas: No. 156, julio-agosto, pp. 72-93, 1998.
- FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB-USP, 1969.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do domínio da Mata Atlântica no período 1985-1990*. São Paulo: SOS Mata Atlântica, 1983.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. *The Entropy Law and Economic Process*. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, 1971.
- GORZ, André. “Por que a sociedade salarial tem necessidade de novos criados” in MALAGUTI, M, e CARCANHOLO, R. *Neoliberalismo: a tragédia de nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- GRANOVETTER, M. “Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão” in *RAE-eletrônica*, v.6, n. 1, art.5 jan/jun, 2007.
- _____. “The strength of weak ties”. *American Journal of Sociology*, 78, 1973.
- GURGEL, Heitor. *Paraty, caminho do outro. Subsídios para a história do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1983.
- HABERMAS, Jürgen. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HIRSCHMAN, A. *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Auto-subversão: teorias consagradas em cheque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IBAMA. <http://ibama.gov.br>. Portaria 1.522 de 19/12/1989.
- JAPPE, Anselm. “O reino da contemplação passiva” in NOVAES, Adauto (org). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Ed Senac, 2005.
- KOLHY, Lélío. “Espaços territoriais, proteção ambiental e conflitos socioambientais: questionamentos sobre a exclusão das populações tradicionais”. *Revista de Direitos Difusos*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, ano IV, v 20, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEIS, H. R. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes, UFSC, 1999.
- LEROY, Jean-Pierre e ACSELRAD, Henri. “Novas Premissas de Sustentabilidade Democrática” in *Cadernos de Debate*. Rio de Janeiro: FASE, Nº 1, 2000.
- LEVY-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LHOTE, Cristine. *Trindade para os trindadeiros*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH, UNICAMP, 1982.
- LÖWY, M. *Ecologia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MALUF, R. S. “Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15:53-86, 2000.
- MAZZOTTI, A. J. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- MELLO, J.M.C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, D. “A história e as estórias” in NOGARA, P. *Mamanguá: Berçário Marinho e Reduto Tradicional de Caiçaras*. São Paulo: Do Autor, 2005.
- MÉSZAROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: BOMTEMPO editorial, 2002.
- MORIN, Edgar. *O Método. O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999a.
- _____. “Por uma reforma do pensamento” in Pena-Vega, A. e NASCIMENTO, E. P. *O pensar complexo*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999b.
- OMT. Organização Mundial do Turismo. *Panorama OMT del turismo internacional*. Nações Unidas, 2011.

- _____. *Barômetro OMT del Turismo Mundial*, Vol. 5, 2007.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PISCITELLI, A. “Turismo e sexo na internet: sites de turismo sexual incidem no Nordeste do Brasil” in CORIOLANO, L. N. E VASCONCELOS, F.P (orgs.). *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004 – Liberdade cultural num mundo diversificado*. Brasília: PNUD, 2004.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PRADO Jr. C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e a prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RIBEIRO, M. “Turismo comunitário: relações entre anfitriões e convidados” in *Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas*. Editores Alexandre Panosso Netto e Marília Gomes dos Resi. Barueri: São Paulo, 2009.”
- ROCHA, A. “Territórios do Espetáculo para o Turismo em Fortaleza” in CORIOLANO, L. N. E VASCONCELOS, F.P (orgs) *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007.
- RODRIGUES, Adyr (org). *Turismo, Modernidade e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- ROMANO, J. *Estratégias de Desenvolvimento Nacional: de volta para o futuro*, mimeo, 2009.
- ROSTOW, W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.
- RUIZ, Carlos y ARMANA, Enrique. *Estructura y Organización del Mercado Turístico*. Madrid: Centro de Estudios Ramón Areces, 1998.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SAMPAIO, C. A. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- SANCHES, Rosely. “Caíçara communities of the southeastern coast of São Paulo State (Brazil): traditional activities and Conservation Policy for the Atlantic Rain Forest”. *Human Ecology Review*, v 8, n 2, 2001.

- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Ed Record, 2001.
- _____. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. *A guerra dos lugares*. Folha de São Paulo: Caderno Mais, 8/8/1999.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Culture and development*. Tokio: World Bank, 2001.
- SILVEIRA, M. “Da fetichização dos lugares à produção local do turismo”. In RODRIGUES, Adyr (org). *Turismo, Modernidade e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SIQUEIRA, Patrícia. *Genocídio dos Caiçaras*. São Paulo: Editores Massao Ohno-Ismael Guarnelli, 1984.
- SHIVA, V. “Do lado dos últimos” in *Portal Ecodebate*, 23 de janeiro de 2008.
- _____. *Monoculturas da Mente*. São Paulo: Ed Gaia, 2003.
- SLOB, B. & WILDE, J. *Turismo e sustentabilidade no Brasil*. Holanda: SOMO & IUCN – NL, 2008.
- STIGLITZ, Joseph. *Towards a new paradigm for development: strategies, policies and processes*. Geneve: UNCTAD, 1998.
- TAVARES, M. C. *O subdesenvolvimento da periferia latino-americana: o caso do Brasil no começo do século XXI*. Rio de Janeiro: CEPAL/UFRJ, 2001.
- VEIGA, José Eli. *Dialética e Desenvolvimento em Furtado*. São Paulo: FEA-USP, 2006.
- VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2008.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ZAOUAL, H. *Globalização e Diversidade Cultural*. São Paulo: Cortez, 2003.